

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR  
N.º 113, DE 2024  
(Do Poder Executivo)  
MSC 461/2024  
OF 515/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6861, de 20 de setembro de 2022, que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Tubá Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 461

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Tubá Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 1º de julho de 2024.



Brasília, 13 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada em 15 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6861, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nºs 23.841/2019/SEI-MCTIC e 13.387/2022/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10409112** e o código CRC **4A574DFD**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 515/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Tubá Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/07/2024, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

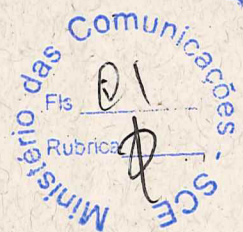


A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5864610** e o código CRC **0201766F** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



## TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: 53000.002845/2014-18

Interessado: **SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA EPP**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 17 (dezessete) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 29/01/2014

**WEBERSON WAYNE NÓBREGA PEIXOTO**

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial  
SDCOM/GTDI/SCE-MC

Tubarão/SC, 16 de Janeiro de 2014



Ilmo Sr  
Ministro das Comunicações  
Paulo Bernardo Silva  
Ministério das Comunicações  
Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 002845/2014-18

DRMC/SC  
20/01/2014-15:53 - 5 Dcom

Prezado Sr. Ministro das Comunicações,

Vimos através deste, solicitar a renovação de outorga da **Sociedade Rádio Tubá Ltda EPP**, exploradora do Serviço de **Rádiodifusão Sonora em AM**, no município de **Tubarão – SC**. Em anexo, segue a documentação necessária exigida por vosso órgão.

Atenciosamente

Anselmo Buss  
CPF 288.577.809-10  
Procurador da Sociedade Rádio Tubá Ltda ME  
CNPJ 86.432.085/0001-00



## DECLARAÇÃO



Declaramos para os devidos fins que:

- A **Sociedade Rádio Tubá Ltda ME**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em AM, no município de Tubarão – SC, não possui outra autorização para executar o mesmo tipo de serviço neste município.

- A **Sociedade Rádio Tubá Ltda ME**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em AM, no município de Tubarão - SC, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

-----  
Anselmo Buss  
CPF 288.577.809-10  
Procurador da Sociedade Rádio Tubá Ltda ME  
CNPJ 86.432.085/0001-00

Tubarão/SC, 16 de Janeiro de 2014



## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, na **Sociedade Rádio Tubá Ltda ME**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em AM, no município de Tubarão – SC, somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do referido serviço objeto da outorga a ser renovada.

Anselmo Buss  
CPF 288.577.809-10  
Procurador da Sociedade Rádio Tubá Ltda ME  
CNPJ 86.432.085/0001-00

Tubarão/SC, 16 de Janeiro de 2014

Livro: 0346-P

Folha: 008

Prot: 14733, em 10/12/2013

TRASLADO

Natureza: PROCURAÇÃO



PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE FAZ  
SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME, NA  
FORMA ABAIXO:

S A I B A M todos quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, **aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze (10/12/2013)**, nesta cidade e Comarca de Tubarão, Estado de Santa Catarina, neste Serviço Notarial, perante mim, **Gabriela Maccari Holthausen, Escrevente**, compareceu como Outorgante: **SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 86.432.085/0001-00, com sede na Rua Gustavo Richard, nº 90, Centro, Tubarão/SC, neste ato representada por seu sócio-administrador **RAIMUNDO GHIZONI**, brasileiro, sacerdote, nascido em Tubarão/SC, aos 13/06/1925, com 88 anos de idade, solteiro, conforme declara, inscrito no CPF/MF sob nº 019.022.969-15, portador da Cédula de Identidade RG nº 265.002-9-SESP/SC, expedida em 29/10/1999, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, nº 57, Centro, Tubarão/SC, tudo conforme 8ª Alteração do Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) sob número de registro 900065293, em 03/05/1990, bem como Certidão Específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) datada de 02/12/2013. Reconheço a identidade da comparecente, pelos documentos de identificação que me foram apresentados, assim como sua capacidade para a prática deste ato, do que dou fé. E perante mim foi dito que, na forma como se acha representada, por este público instrumento, nomeia seu procurador: **ANSELMO BUSS**, brasileiro, sacerdote, nascido em Rio Fortuna/SC, aos 24/10/1955, com 58 anos de idade, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 288.577.809-10, portador da Cédula de Identidade RG nº 5/R 510.526-SSP/SC, expedida em 29/05/1991, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, nº 57, Centro, Tubarão/SC, a quem confere os mais amplos, ilimitados e gerais poderes para **GERIR E ADMINISTRAR**, a empresa Outorgante, podendo para tanto, dito procurador, **a)** representar a Outorgante em todos os atos que dependam de sua presença e assinatura na defesa de seus interesses; comprar, vender e transferir, mercadorias, ferramentas, maquinários, peças, utensílios em geral, bens móveis, inclusive veículos e telefones, podendo assinar todos os documentos públicos ou particulares, e papéis necessários, inclusive autorização para transferência de veículos; pagar e receber importâncias, dar e aceitar recibos e quitações, prestar declarações, apresentar provas, transmitir e receber posse, domínio, direitos e ações, obrigar e responder pela evicção legal; assinar contratos de quaisquer espécies e naturezas, estipular, concordar e discordar de cláusulas e condições; emitir, aceitar e endossar duplicatas e outros títulos de crédito; admitir e demitir empregados, assinando contratos de trabalho ou rescisões contratuais; assinar carteiras de trabalho, dar baixa nas mesmas, assinar todos os papéis e documentos relativos ao FGTS e PIS; **b)** representar a Outorgante perante quaisquer Repartições Públicas, sejam Federais, Estaduais e Municipais, inclusive, Detran, Sebrae, Ciretran, Junta de Conciliação e

AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO





**Tabelião Designada**  
**Juliana Regina Wall**  
Rua São José, 25 - Centro - Tubarão - SC  
Fone: 48 3626-0868

**2º TABELIONATO**  
NOTAS E  
PROTESTOS DE TÍTULOS

**AUTENTICACAO**  
Autentico a presente cópia fotostática que confere com o original  
que me foi apresentado.  
Em test. \_\_\_\_\_ da verdade.  
Tubarão-SC, 16 de Janeiro de 2014.

**PATRICK DE OLIVEIRA MAREGA-ESCREVENTE**  
Selo Digital de fiscalização do Tipo-NORMAL-DHV29380-V330  
Emol: R\$2,60 - Selo(s): R\$1,45 = R\$ 4,05  
Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

**EM BRANCO**  
DESTA LINHA PARA BAIXO



Livro: 0346-P

Folha: 009

Prot: 14733, em 10/12/2013

TRASLADO

Natureza: PROCURAÇÃO

Julgamento, Receita Federal e Estadual, INSS, IAPAS, Ministérios, Justiça do Trabalho, Conselho de Contribuinte, Cartórios em geral, empresas de telecomunicações e também perante repartições particulares e comerciais, e nelas alegar, promover, requerer, apresentar, retirar, cadastrar e assinar o que preciso for, retirar certidões, segunda via de documentos, pagar impostos e taxas, aceitar recibos e quitações, levantar, retirar e cancelar títulos protestados, quitar títulos, apresentar títulos de crédito e outros documentos de dívida para protesto; representá-la perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, ou de outro Estado, requerer alvarás, averbações, arquivamentos e outras autorizações para o exercício de suas atividades; c) abrir, movimentar e/ou encerrar contas correntes ou outras contas bancárias em nome da Outorgante, junto a quaisquer estabelecimentos bancários e cooperativas de crédito, desta ou de outras praças, inclusive **BANCO DO BRASIL S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO ITAÚ S/A, SICREDI e SICOOB**, podendo assinar todos os documentos necessários, depositar, sacar importâncias, passar recibos e dar quitações, verificar saldos, retirar extratos de contas, renovar cadastros, requisitar e retirar talonários de cheques, emitir, endossar e assinar cheques para efeito de depósito, caução ou desconto; assinar contratos de cheques especiais, efetuar aplicações de qualquer natureza e forma, resgatar importâncias aplicadas bem como seus juros e correções, emitir e receber ordens de pagamentos; sustar pagamento de cheques, emitir, aceitar, assinar, descontar, caucionar, avalizar e entregar para cobrança bancária duplicatas de quaisquer espécies, letras de câmbio, notas promissórias e quaisquer outros títulos, assinando os respectivos documentos, propostas e borderôs; assinar contratos de empréstimos e financiamentos que forem realizados em nome da empresa Outorgante, dando bens da empresa em garantia; retirar o crédito financiado e aplicá-lo onde necessário for; contratar seguros, renovar ou cancelar os mesmos, receber indenizações, assinando os documentos que forem precisos; d) contratar advogados para agir em juízo de qualquer Instância e Tribunal, propondo ações contra terceiros ou defendendo-a de outros que contra ela forem propostas e acompanhá-las até final sentença, investindo-os dos poderes das cláusulas "AD JUDICIA", para tudo requerer, interpor recursos, requerer medidas preventivas, preparatórias e incidentes; receber e dar quitação, fazer acordos, prestar compromissos e declarações, desistir, impugnar, recorrer, variar de ação, transigir, confessar; comparecer em audiências, prestar depoimentos; assinar ainda contratos de prestação de serviços ou outros de qualquer espécie, ou rescindi-los; e) participar de licitações públicas, concordar com todos os seus termos, assistir a aberturas de propostas; fazer impugnações, reclamações, protestos e recursos, fazer novas propostas, rebaixos e descontos; transigir, desistir, receber importâncias, passar recibos e dar quitações, prestar declarações, apresentar provas e documentos; f) retirar das agências de Correios e Telégrafos, cartas ou encomendas pertencentes a Outorgante com ou sem registro e valor declarado; declarar imposto de renda, assinar referidas declarações e entregá-las nas repartições competentes, receber restituições correspondentes; g) representar a Outorgante junto a imobiliárias, a fim de assinar folhas, papéis, recibos, contratos, juntar e retirar



**Tabela Designada**  
**Juliana Regina Wall**  
Rua São José, 25 - Centro - Tubarão - SC  
Fone: 48 3626-0868

**2º TABELIONATO**  
NOTAS &  
PROTESTO DE TÍTULOS

**AUTENTICACAO**  
Autentico a presente cópia fotostática que confere com o original  
que me foi apresentado.  
Em test.                      da verdade.  
Tubarão-SC, 16 de Janeiro de 2014.

**PATRICK DE OLIVEIRA MAREGA-ESCREVENTE**  
Selo Digital de fiscalização do Tipo-NORMAL-DHV29381-BLDY  
Emol: R\$2,60 - Selo(s): R\$1,45 = R\$ 4,05  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

**EM BRANCO**  
DESTA LINHA PARA BAIXO.







REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMARCA DE TUBARÃO

Juliana Regina Wall  
TABELIÃ DESIGNADA

Ministério das Comunicações  
Fis 07  
Rubrica

2º TABELIONATO

NOTAS &  
PROTESTO DE TÍTULOS



Livro: 0346-P

Folha: 010

Prot: 14733, em 10/12/2013

TRASLADO

Natureza: PROCURAÇÃO

documentos, prestar e assinar declarações, emitir notificações, concordar, discordar, exigir, transigir, pagar taxas, locar, receber aluguel, taxa de condomínio, combinar cláusulas, condições, acertar preços, prazos, formas de pagamentos, executar débitos de inquilinos e fiadores, dar e receber quitação; praticar, enfim, todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato. **DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS:** a) cópias dos documentos de identificação do representante da empresa Outorgante; b) cópias do contrato social e alterações contratuais; e c) cópia da Certidão Específica emitida pela JUCESC. Ficam ressalvados eventuais erros, omissões ou os direitos de terceiros. O presente ato foi registrado no Livro de Protocolo de Escrituras sob nº 14733 em data de 10/12/2013. A pedido da Outorgante, lavrei a presente procuração pública, que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Ficam dispensadas as testemunhas, conforme o artigo 884, parágrafo único, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, uma vez que a comparecente pôde ser identificada por seus documentos de identificação. (a.a) RAIMUNDO GHIZONI, Gabriela Maccari Holthausen, Amanda Boppré Silva. Eu, \_\_\_\_\_ Gabriela Maccari Holthausen, Escrevente, conferi, subscrevo e dou fé. **Emolumentos R\$ 37,60 + 1 Selo R\$ 1,35 = Total R\$ 38,95.**

Em Test. \_\_\_\_\_ da verdade.  
Tubarão-SC, 10 de dezembro de 2013

Gabriela Maccari Holthausen  
Escrevente

Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Selo Digital de Fiscalização  
Selo Normal

DH036445-PBOT

Confira os dados do ato em:  
[selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

Tabeliã Designada  
Juliana Regina Wall  
Rua São José, 25 - Centro - Tubarão - SC  
Fone: 48 3636-1868

2º TABELIONATO  
NOTAS &  
PROTESTO DE TÍTULOS

**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia fotostática que confere com o original  
que me foi apresentado.  
Em test. \_\_\_\_\_ da verdade.  
Tubarão-SC, 16 de Janeiro de 2014.

PATRICK DE OLIVEIRA MAREGA-ESCREVENTE  
Selo Digital de fiscalização do Tipo-NORMAL-DHV29382-7XPJ  
Emol: R\$2,60 - Selo(s): R\$1,45 = R\$ 4,05  
Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5/R-510.526

DATA DE EMISSÃO 29.05.1991

NOME ANSELMO BUSS

FILIAÇÃO Roberto Joao Buss

Lucia Ottersbach Buss

NATURALIDADE RIO PORTUNA-SC

DATA DE NASCIMENTO 24.10.1955

DOC. ORIGEM Cert. Nas. nº 5881 I. A-9 FL. 37V

Cart. Loch-Rio Portuna-SC

CPF 288577809-10

Assinatura: *Ansélmo Buss*

AUXILIAR CRIMINALÍSTICO

Assinatura: *Auxiliar Criminalístico*

LEI Nº 7.718 DE 29/08/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Tabeliã Designada

**Juliana Regina Wall**

Rua São José, 25 - Centro - Tubarão - SC

Fone: 48 3625-0868

2º TABELIONATO

NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS

**AUTENTICAÇÃO**

Autentico a presente cópia fotostática que confere com o original que me foi apresentado.

Em test. da verdade.

Tubarão-SC, 16 de Janeiro de 2014.

**PATRICK DE OLIVEIRA MAREGA-ESCREVENTE**

Selo Digital de fiscalização do Tipo-NORMAL-DHV29390-911K

Enol: R\$2,60 - Selo(s): R\$1,45 = R\$ 4,05

Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)



**EM BRANCO**  
DESTA LINHA PARA BAIXO





Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de  
Radiofrequência  
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de  
Estações

Data/Hora: 18/01/2014 16:46:52

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: SC

Município: Tubarão

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICACOES LTDA	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004
REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004
 SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA EPP	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: -

Data: 18/01/2014

Hora: 16:46:52

[Menu Principal](#) ▼BOLETO >>> **Nada Consta** | [menu](#) [ajuda](#)

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA EPP

**CNPJ:** 86.432.085/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 00:20:35 do dia 16/01/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/02/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**PARA VALIDAÇÃO DESTE DOCUMENTO ACESSO O SITE  
WWW.MEUIPTU.COM.BR E INFORME O Nº DA CERTIDÃO.**CERTIDÃO NEGATIVA****Nº 0018385****Informações do Contribuinte**

CÓDIGO	NOME DO CONTRIBUINTE	CPF / CNPJ
575895	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA - ME	86.432.085/0001-00

**Endereço do Contribuinte**

	ENDEREÇO		NÚMERO
	RUA SENADOR GUSTAVO RICHARD		90
NÚMERO CEP	MUNICÍPIO - UF	NOME EDIFÍCIO	APTO / SALA
88701220	TUBARÃO - SC		

**Informações do Requerente**

Nº DE DOCUMENTO	NOME DO REQUERENTE	FINALIDADE
299.913.589-00	Valdomir Oliveira	Comprovação de regularidade
	OBSERVAÇÕES	

**Data de Emissão: 15/01/2014****Data de Validade: 15/04/2014**

De acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 001 de 27 de dezembro de 2002, que institui o Código Tributário deste Município, **CERTIFICAMOS QUE**, revendo os livros de lançamentos desta Prefeitura, o contribuinte acima descrito, **NADA DEVE** à Fazenda Municipal, referente a Impostos, Taxas ou Multas, até a presente data, ressalvado o direito do FISCO MUNICIPAL, quanto a qualquer débito que venha a ser apurado.

Nada mais havendo, o referido é verdade do que dou fé.

**Tubarão, 15 de Janeiro de 2014**





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.-ME**  
CNPJ/CPF: **86.432.085/0001-00**  
(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	130140272833498
Data Emissão:	04-12-2013 11:18:00
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	02-02-2014 11:18:00

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA - ME**  
**CNPJ: 86.432.085/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:14:13 do dia 14/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/04/2014.

Código de controle da certidão: **4188.2D5C.B52A.4F6D**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 86432085/0001-00  
**Razão Social:** SOC RADIO TUBA LTDA  
**Nome Fantasia:** RADIO TUBA  
**Endereço:** R GUSTAVO RICHARD 90 2 ANDAR / CENTRO / TUBARAO / SC / 88700-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/01/2014 a 01/02/2014

**Certificação Número:** 2014010308313414312122

Informação obtida em 03/01/2014, às 08:31:34.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 002182013-20001085

Nome: SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA - ME

CNPJ: 86.432.085/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 21/08/2013.

Válida até 17/02/2014.

Certidão emitida gratuitamente.







GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana  
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN EMPREG EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SC 000403		Vencimento 30/04/2013		Exercício 2013	
Endereço R TEN SILVEIRA 324 S01 CP 914		Número		Complemento	
Bairro/Distrito CENTRO		CEP 88010-301		Cidade/Município FLORIANOPOLIS	
Código da Entidade Sindical 000.009.019.13018-3		CNPJ da Entidade 82.533.134/0001-32		UF SC	

**Dados do Contribuinte**

Nome/Razão Social/Denominação Social SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 86.432.085/0001-00			
Endereço R SENADOR RICHARD		Número 90		Complemento SALA	
CEP 88701-220	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município TUBARAO		UF SC	Código Atividade 601

**Dados de Referência da Contribuição**

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		<b>Dados da Contribuição</b> (=) Valor do Documento 642,57	
Capital Social - Empresa 1,00	Nº Empregados Contribuintes 24	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento 1,00	Total Remuneração - Contribuintes 19.277,00	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento 24		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado	

104-0

10499.71300 18617.786431 20850.001015 8 56840000064257

Código do Cedente 000.009.019.13018-3	Nosso Número 864320850001	Valor do Documento 642,57	Data Vencimento 30/04/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

\* \* \*  
 BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERACAO  
 TITULOS OUTROS BANCOS  
 AGENCIA DE OPERACAO:  
 AGENCIA: 0611 - TUBARAO SC  
 DADOS DO DOCUMENTO PAGO  
 RLPB SEGUINCAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS:  
 10499.71300 18617.786431 20850.001015 8  
 56840000064257  
 VALOR PAGO: 642,57  
 DATA DE VENCIMENTO: 30/04/2013  
 PAGAMENTO EFETUADO EM 18.04.2013  
 VIA AGENCIA, CRL 000876315671104  
 AUTENTICACAO  
 11 759045800A14F6CE27F3087D8C5871  
 D8E7F04E  
 110000012 064394519 189413 642,57C TITDIN  
 \* \* \*

17/01/13

GRCSU

**CAIXA****GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana - GRCSU**Vencimento  
31/01/2013  
Exercício  
2013

## Dados da Entidade Sindical

## Nome da Entidade

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DO ESTADO DE SC

## Endereço

RUA SALDANHA MARINHO, 374

## Número

88010-450

## Complemento

ED. ZIGURATE

## Bairro/Distrito

CENTRO

## CEP

Cidade/Município  
FLORIANÓPOLISCódigo da entidade sindical  
000.800.01329-8CNPJ da entidade  
75.304.725/0001-72UF  
SC

## Dados do Contribuinte

## Nome/Razão Social/Denominação Social

SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME

## Endereço

RUA GUSTAVO RICHARD

## Número

90

## Complemento

Cidade/Município  
Tubarão

## Bairro/Distrito

centro

## CEP

88701-220

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte

86432085000100

Código da Atividade

601

UF

sc

## Dados de Referência da Contribuição

## Categoria

(X) Patronal/Empregador ( ) Empregados ( ) Prof.Liberal ( ) Autônomos

Nº empregados contribuintes

Capital Social - empresa

1,00

Total Remuneração - contribuintes

Capital Social - estabelecimento

0,00

Total de empregados - estabelecimento

## Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento

164,64

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

Art. 600 - Acrescentar multa de 10% (dez por cento), nos 30 (trinta) primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

104-0 | 10499.70138 29617.788640 30000.402013 6 55950000016464

Código do Cedente  
0408/000.800.01329-8Nosso Número  
886430000402Valor do Documento  
164,64Data de Vencimento  
31/01/2013

Exercício

Autenticação Mecânica

24/01/2013 11:13:44  
522919547 0011

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CAIXA DINÂMICA FEDERAL

10499/01382961778864030000402013655950000016464  
DATA DO PAGAMENTO 24/01/2013  
VALOR DO DOCUMENTO 164,64  
VALOR COBRADO 164,64NR. AUTENTICAÇÃO 3.19C.D84.3FF.53E.805  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.



**TERMO DE CADASTRO DE  
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 27 de julho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto**, **Tecnico de Nivel**, em 29/07/2015, às 15:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0628485** e o código CRC **53B6DF69**.

[Menu Principal](#) ▼**BOM DIA**  
**Roseli Aparecida Fernandes de Oliveira**Sistemas  
InterativosSRD » » Relatórios » » **Outorga** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM****UF: SC****Município: Tubarão**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICACOES LTDA	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004
REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004
SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA EPP	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004

**Usuário: [roseli.mc](#) - Roseli Aparecida Fernandes de Oliveira****Data: 09/11/2017****Hora: 11:10:04****Registro 1 até 3 de 3 registros****Página: [1] [Ir]  [Reg]** [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA EPP  
**CNPJ:** 86.432.085/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:47:52 do dia 26/11/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/12/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: SC

Município: Tubarão

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICACOES LTDA	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004
REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004
SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: **anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida**

Data: **26/11/2018**

Hora: **15:48:29**

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



**Menu Principal** ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 86.432.085/0001-00

SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO DAMIANI (ESPOLIO)	<a href="#">102.080.899-34</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	11742	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
LINO BRUNEL	<a href="#">344.773.579-15</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
NEVIO CAPELER (ESPOLIO)	<a href="#">018.969.709-15</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	7123	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
PEDRO DE BIASI	<a href="#">461.369.169-91</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão

**Usuário:** anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

**Data:** 26/11/2018

**Hora:** 15:50:32



Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 102.080.899-34

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO DAMIANI (ESPOLIO)	<a href="#">102.080.899-34</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	11742	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 26/11/2018

Hora: 15:51:17



BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida  
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 344.773.579-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LINO BRUNEL	<a href="#">344.773.579-15</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		FUNDACAO RADIO FM LUZ E VIDA	<a href="#">80.735.749/0001-16</a>	Diretor (DIRETOR GERAL)	0	--	--	FM	--	SC	Orleans
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 26/11/2018

Hora: 15:51:38



Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 018.969.709-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEVIO CAPELER (ESPOLIO)	<a href="#">018.969.709-15</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	7123	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 26/11/2018

Hora: 16:01:25



**BOA TARDE**  
**Débora Neves Seabra de Almeida**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 461.369.169-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PEDRO DE BIASI	<a href="#">461.369.169-91</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

**Usuário:** [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

**Data:** 26/11/2018

**Hora:** 16:01:55



**BOA TARDE**  
Débora Neves Seabra de Almeida  
Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - OM

### Identificação do Canal PB

**UF:** SC  
**Município:** Tubarão  
**Frequência:** 730 kHz  
**Classe:** B

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME  
**Nome Fantasia:** RADIO TUBA  
**Nº Estação:** 323055869  
**Primeiro**  
**Licenciamento:**

**Fistel:** 14008010955  
**CNPJ:** 86.432.085/0001-00  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último**  
**Licenciamento:** 23/07/2014 18:17:04

☒ **Dados do Plano Básico**

☒ **Dados da Outorga**

☐ **Documentos Emitidos**

### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
			- Selecione -				24/10/1950	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -				02/08/1982	Multa
			- Selecione -				10/11/1982	Multa
			- Selecione -				24/10/1984	Renovação
			- Selecione -					Multa
			- Selecione -					Multa
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Enquadramento Plano Básico
			- Selecione -					Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação
			- Selecione -					Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação
			- Selecione -				18/08/2000	Multa
			- Selecione -				15/06/2001	Renovação
			- Selecione -	ER			07/04/2003	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação
			- Selecione -				19/08/2004	Deliber. do C. Nacional

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**

Tela Inicial

Imprimir





CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 002

**Certificamos que:**

CERTIFICAMOS PARA OS DEVIDOS FINS A SEGUINTE RELAÇÃO DOS ATOS ARQUIVADOS NESTA JUCESC DA EMPRESA SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA, CNPJ 86.432.085/0001-00, ATÉ A PRESENTE DATA.

POR SER VERDADE, FIRMO A PRESENTE CERTIDÃO.

**nome empresarial:** SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA

**NIRE:** 42 2 0024165 1

**CNPJ:** 86.432.085/0001-00

**Arquivamentos Posteriores**

evento	número	data	descrição
B02	42200241651	08/05/1947	REGISTRO/CONSTITUICAO
021	480008372	13/05/1948	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	500005281	09/06/1950	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	500010055	09/06/1950	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	570018406	21/02/1957	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	600022739	14/01/1960	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	750088266	30/12/1975	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	780004439	04/05/1978	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	79007908	12/06/1979	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
B05	900065293	03/05/1990	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
304	990877930	08/11/1999	ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EMPRESA JA CONSTITUIDA
310	20022400290	30/12/2002	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
985	20040090892	03/02/2004	ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
310	20042885671	06/12/2004	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
309	20063115409	13/12/2006	REENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE COMO MICROEMPRESA

FLORIANÓPOLIS - SC, 15 de janeiro de 2018

HENRY GOY PETRY NETO  
SECRETÁRIO GERAL



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 002 / 002

evento	número	data	descrição
310	20063116235	14/12/2006	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20073310980	21/12/2007	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20083108440	01/12/2008	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20093181175	17/11/2009	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20102954976	17/11/2010	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20113190395	23/11/2011	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20123379156	20/11/2012	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20133102661	02/12/2013	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20143030299	17/11/2014	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20151760721	09/11/2015	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20161542840	22/11/2016	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20170977781	27/11/2017	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
985	20170979180	14/12/2017	ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
021	20176581855	15/12/2017	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20176581855	15/12/2017	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
206	20170979172	15/12/2017	PROCURACAO

FLORIANÓPOLIS - SC, 15 de janeiro de 2018

  
HENRY GOY PETRY NETO  
SECRETÁRIO GERAL





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Decreto n.º 90.348 de 23 de outubro de 19 84

Renova as concessões outorgadas às entidades que menciona para explora  
rem serviço de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unida  
des da Federação indicadas.

**O Presidente da República**,  
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Consti  
tuição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26  
de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs  
29103.000068/84, 29104.000070/84, 29104.000147/84, 61.067/83, 29112.  
000088/84, 29103.000060/84, 29106.000093/84 e 29104.000064/84, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº  
4.117, de 27 de agosto de 1962, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir  
de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relaciona  
das neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, pa  
ra explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão so  
nora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 38, de 26 de janeiro de 1960  
Entidade: EMISSORA RIO SÃO FRANCISCO LTDA. ✓  
Cidade: Penedo  
Unidade da Federação: Alagoas
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 852, de 7 de outubro de 1948  
Entidade: RÁDIO CULTURA DE SETE LAGOAS LTDA. ✓  
Cidade: Sete Lagoas  
Unidade da Federação: Minas Gerais
- Ato de Outorga: Portaria MJMI nº 306-B, de 25 de junho de 1962  
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO FRUTAL LTDA. ✓  
Cidade: Frutal  
Unidade da Federação: Minas Gerais
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 435, de 04 de julho de 1958  
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE CORUMBÁ LTDA. ✓  
Cidade: Corumbá  
Unidade da Federação: Mato Grosso do Sul

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 268, de 5 de junho de 1939  
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE CAMPO GRANDE LTDA.  
Cidade: Campo Grande  
Unidade da Federação: Mato Grosso do Sul
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 441, de 02 de outubro de 1959  
Entidade: RÁDIO PAJEÚ DE EDUCAÇÃO POPULAR LTDA.  
Cidade: Afogados de Ingazeira  
Unidade da Federação: Pernambuco
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947  
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO TUBÃ LTDA.  
Cidade: Tubarão  
Unidade da Federação: Santa Catarina
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 1.167, de 22 de dezembro de 1950  
Entidade: RÁDIO TRÊS PONTAS LTDA.  
Cidade: Três Pontas  
Unidade da Federação: Minas Gerais

Parágrafo Único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

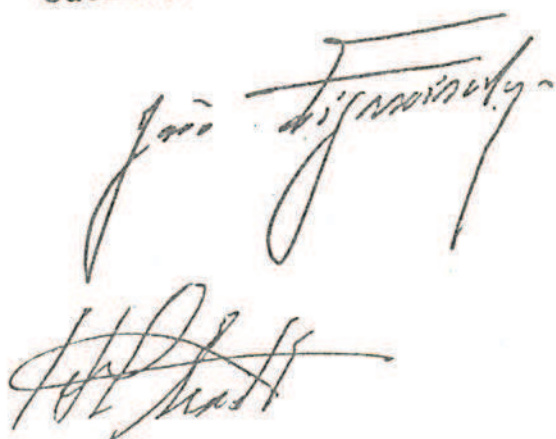
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF., 23 de outubro  
dência e 96º da República.

de 1984; 163º da Independência

JOÃO F. FIGUEIREDO

H. C. MATOS





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

**DESPACHO INTERNO**

**Processo nº 53000.002845/2014-18**

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado às páginas 58-63 do evento SEI nº3002901, pela Sociedade Rádio Tuba Ltda. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos ao Serviço de Alteração de Características Técnicas - SEACT, para que verifique se a estação encontra-se em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, conforme o Decreto 52.795/1963, art. 113, inciso X.

2. Após a adoção das medidas de estilo, solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão-CORAC informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 13/06/2019, às 16:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3618609** e o código CRC **5A56E5FC**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Data de Envio:**

26/11/2018 19:06:48

**De:**

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

**Para:**

cgfi@mctic.gov.br

**Assunto:**

solicitação de informação

**Mensagem:**

Processo nº 53000.002845/2014-18

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Sociedade Rádio Tuba Ltda. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Tubarão, estado de Santa Catarina, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Zimbra

marluce.oliveira@mctic.gov.br


---

**Re: solicitação de informação**

---

**De :** cgfi@mctic.gov.br

Ter, 27 de nov de 2018 14:43

**Assunto :** Re: solicitação de informação 1 anexo**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>**Cc :** Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Sociedade Rádio Tuba Ltda. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Tubarão/SC, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

At.te,

----- Mensagem original -----

De: "coror" &lt;coror@mctic.gov.br&gt;

Para: cgfi@mctic.gov.br

Enviadas: Segunda-feira, 26 de novembro de 2018 19:06:48

Assunto: solicitação de informação

Processo nº 53000.002845/2014-18

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Sociedade Rádio Tuba Ltda. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Tubarão, estado de Santa Catarina, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

FLS: 001/001

### DESCRIÇÃO DO SISTEMA

<b>Nome/Razão Social:</b> SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<b>CNPJ:</b> 86.432.085/0001-00
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO TUBA	<b>Fistel:</b> 14008010955
<b>Serviço:</b> Radiodifusão Sonora em Onda Média	<b>UF:</b> SC
<b>Localidade:</b> TUBARÃO	<b>Classe:</b> B
<b>Frequência:</b> 730 kHz	<b>Potência Diurna :</b> 5 kW <b>Potência Noturna:</b> 1 kW
<b>Num. Estação:</b> 323055869	<b>Indicativo:</b> ZYJ787 <b>Telefone (Sede):</b> 3622-1504

### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

<b>1 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA</b>  <b>Logradouro:</b> R. MANOEL GUSTAVO HENRIQUE <b>Número:</b> S/N <b>Bairro:</b> CONGONHAS  <b>Localidade:</b> TUBARÃO <b>UF:</b> SC  <b>Latitude:</b> 28° 30' 36" 00" S <b>Longitude:</b> 48° 59' 13" 00" W <b>Cota da Base da Torre:</b> metros					
<b>2 - EQUIPAMENTOS DA ESTAÇÃO</b> <table border="0"> <tr> <td> <b>2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL</b>  <b>Fabricante:</b> MTA Eletrônica Industrial Ltda.  <b>Modelo:</b> AM 6000  <b>Potência Operação:</b> 5 kW  <b>Código homologação:</b> 010950200518         </td> <td> <b>2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR 1</b>  <b>Fabricante:</b> SNE SOCIEDADE NACIONAL DE ELETRONICA LTDA  <b>Modelo:</b> BTA-2500A  <b>Potência Operação:</b> 1 kW  <b>Código homologação:</b> 014294XXX0003         </td> <td> <b>2.3 - TRANSMISSOR AUXILIAR 2</b>  <b>Fabricante:</b>  <b>Modelo:</b> ***  <b>Potência Operação:</b> ***  <b>Código homologação:</b> </td> </tr> </table>			<b>2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL</b> <b>Fabricante:</b> MTA Eletrônica Industrial Ltda. <b>Modelo:</b> AM 6000 <b>Potência Operação:</b> 5 kW <b>Código homologação:</b> 010950200518	<b>2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR 1</b> <b>Fabricante:</b> SNE SOCIEDADE NACIONAL DE ELETRONICA LTDA <b>Modelo:</b> BTA-2500A <b>Potência Operação:</b> 1 kW <b>Código homologação:</b> 014294XXX0003	<b>2.3 - TRANSMISSOR AUXILIAR 2</b> <b>Fabricante:</b> <b>Modelo:</b> *** <b>Potência Operação:</b> *** <b>Código homologação:</b>
<b>2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL</b> <b>Fabricante:</b> MTA Eletrônica Industrial Ltda. <b>Modelo:</b> AM 6000 <b>Potência Operação:</b> 5 kW <b>Código homologação:</b> 010950200518	<b>2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR 1</b> <b>Fabricante:</b> SNE SOCIEDADE NACIONAL DE ELETRONICA LTDA <b>Modelo:</b> BTA-2500A <b>Potência Operação:</b> 1 kW <b>Código homologação:</b> 014294XXX0003	<b>2.3 - TRANSMISSOR AUXILIAR 2</b> <b>Fabricante:</b> <b>Modelo:</b> *** <b>Potência Operação:</b> *** <b>Código homologação:</b>			
<b>3 - SISTEMA IRRADIANTE</b> <b>Tipo:</b> Onidirecional/Onidirecional <b>Altura da Torre:</b> 103 metros <b>Número de Torres:</b> 1 <b>Número de Radiais :</b> 120 <b>Comprimento dos Radiais (m):</b> 100 <b>Espaçamento entre Radiais (graus) :</b> 3 <b>Altura Torre (m) :</b> 103					
<b>4 - CARGA TOPO</b> <b>Figura Geométrica:</b> **** <b>Dimensões:</b> **** <b>Altura(m):</b> ****					
<b>5 - LINHA DE TRANSMISSÃO</b> <b>Fabricante:</b> CELLFLEX <b>Modelo:</b> 7/8 <b>Comprimento:</b> 145 m <b>Impedância:</b> 50 Ohms <b>Atenuação:</b> 0,13 dB/100m					
<b>6 - OBSERVAÇÕES:</b> ***					
<b>7- LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS</b> <table border="0"> <tr> <td> <b>7.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL</b>  <b>Logradouro:</b> RUA GUSTAVO RICHARD  <b>Número:</b> 90  <b>Bairro:</b> CENTRO  <b>Localidade/UF:</b> Tubarão/SC         </td> <td> <b>7.2 - ESTÚDIO AUXILIAR</b>  <b>Logradouro:</b> ***  <b>Número:</b> ***  <b>Bairro:</b> ***  <b>Localidade/UF:</b> ***         </td> </tr> </table>			<b>7.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL</b> <b>Logradouro:</b> RUA GUSTAVO RICHARD <b>Número:</b> 90 <b>Bairro:</b> CENTRO <b>Localidade/UF:</b> Tubarão/SC	<b>7.2 - ESTÚDIO AUXILIAR</b> <b>Logradouro:</b> *** <b>Número:</b> *** <b>Bairro:</b> *** <b>Localidade/UF:</b> ***	
<b>7.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL</b> <b>Logradouro:</b> RUA GUSTAVO RICHARD <b>Número:</b> 90 <b>Bairro:</b> CENTRO <b>Localidade/UF:</b> Tubarão/SC	<b>7.2 - ESTÚDIO AUXILIAR</b> <b>Logradouro:</b> *** <b>Número:</b> *** <b>Bairro:</b> *** <b>Localidade/UF:</b> ***				

### 8 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00:00	24:00



Consulta para uso exclusivo da ANATEL.	<p><b>Local de Emissão:</b> /</p> <p><b>Data da Emissão:</b> 24/06/2019 08:59:27</p>
--	--

Tela Inicial



Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Estação Principal	Estação Auxiliar
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	------------------

Dados da Entidade

CNPJ

86432085000100

Buscar

Clique AQUI para Editar os dados da Entidade.

Nome Entidade

SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA EPP

Nome Fantasia

RADIO TUBA

DDD

48

Telefone

3622-1504

Email para Contato

radiotuba@netuno.com.br

Tipo Usuário

Integral

Tipo Orgão

Adm Privada

Mosaico

Responsável Técnico

CPF

Buscar

Nome Responsável

E-mail

Dados da Outorga

Serviço

AM

Caráter

Primário

Fistel

14008010955

SCRAD Jurídico

675

SCRAD Técnico

674

Data Limite de Instalação

Validade da Radiofrequência

Data do Contrato

01/05/1994

Local Específico



Canal Cidadania

Finalidade

Comercial

Abrangência

Local

Informações do documento da Outorga

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do Documento
201511947	640	Portaria	MC	26/09/1947

Endereço Correspondência

CEP

88701220

Buscar

Logradouro

RUA SENADOR RICHARD

Número

90

Complemento

Bairro

Mosaico

CENTRO

UF

SC

Município

Tubarão

Endereço da Sede

Logradouro

Rua Gustavo Richard

Número

90

Complemento

CEP

88701220

Bairro

Centro

Município

Tubarão

UF

SC

Observação

Observações

SG27/88,SNC72/90,210/92;SSC27/94;RES.ANATEL 117/99,ATO 31.199/2002

Horário de funcionamento



← Fechar



## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA EPP	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO TUBA	
<b>Telefone:</b> (48) 3622-1504	<b>E-mail:</b> radiotuba@netuno.com.br
<b>CNPJ:</b> 86.432.085/0001-00	<b>Número do Fistel:</b> 14008010955
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/05/1994	<b>Serviço:</b> 205 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> SG27/88,SNC72/90,210/92;SSC27/94;RES.ANATEL 117/99,ATO 31.199/2002	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Rua Gustavo Richard	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 90	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88701220

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA SENADOR RICHARD	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 90	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88701220

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> R. MANOEL GUSTAVO HENRIQUE	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CONGONHAS	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88700000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> RUA GUSTAVO RICHARD	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 90	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88700000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC
<b>Latitude:</b> -28.51	<b>Longitude:</b> -48.98694

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b>	<b>Frequência:</b> 730 KHz	<b>Classe:</b> B	<b>ERP:</b> dia: 0.005 noite: 0.001kW
<b>Altura:</b> 103 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

## Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 323055869				Número Indicativo: ZYJ787			
Data Último Licenciamento: 23/07/2014				Número da Licença: 000003/2014-SC			
Sistema de Terra							
Número de Torres: 1				Número de Radiais: 120			
Altura da Torre: 103.00				Comprimento de Radiais: 100.00			
Espaçamento entre radiais: 3.00				Condutividade: 3			
Carga Topo							
Figura geométrica:							
Dimensão:				Altura:			
Campo Característico							
Campo Característico: 311.00 mV/m							
Estação Principal							
Localização							
Latitude: -28.51		Longitude: -48.98694			Cota da base: 0 m		
Transmissor Principal							
Código Equipamento: 010950200518				Modelo: AM 6000			
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.				Potência de Operação: 5.000 kW			
Linha de Transmissão Principal							
Modelo: 7/8				Fabricante: CELLFLEX			
Comprimento da Linha: 145.00 m		Atenuação: .13 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms	
Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento: 014294XXX0035				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: 1.000 kW			
Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
201511947	640	Portaria	MC	26/09/1947	23/10/1947	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
5350000783300	894	Portaria	Dentel-SC	20/09/1950	24/10/1950	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
5350000783300	894	Portaria	Dentel-SC	20/09/1950	24/10/1950	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
9999	20682	Despacho	MC	02/06/1982		Advertência	Jurídico
9999	1561	Portaria	MC	15/07/1982	02/08/1982	Multa	Jurídico

9999	2296	Portaria	MC	05/11/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
9999	90348	Decreto	PR	23/10/1984	24/10/1984	Renovação	Jurídico
9999	240789	Despacho	MC	24/07/1989		Multa	Jurídico
9999	161089	Despacho	MC	16/10/1989		Multa	Jurídico
9999	200892	Despacho	MC	20/08/1992		Advertência	Jurídico
5350000783300	121	Portaria	Dentel-SC	06/04/1993		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	104	Portaria	Dentel-SC	06/10/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	82	Portaria	Dentel-SC	27/09/1995		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	153	Portaria	MC	08/08/2000	18/08/2000	Multa	Jurídico
9999	111111	Decreto	PR	13/06/2001	15/06/2001	Renovação	Jurídico
9999	35087	Ato	ER	03/04/2003	07/04/2003	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	543	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Horário de funcionamento

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA EPP

**CNPJ:** 86432085000100**Presidente:****Endereço:** Rua Gustavo Richard - Centro**E-mail:** radiotuba@netuno.com.br**Capital Social:** 39.565,00**Reserva de Capital:****Total:** 39.565,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
018.969.709-15	NEVIO CAPELER (ESPOLIO)	7.123	7.123,00
102.080.899-34	ANTONIO DAMIANI (ESPOLIO)	11.742	11.742,00
344.773.579-15	LINO BRUNEL	10.485	10.485,00
461.369.169-91	PEDRO DE BIASI	10.485	10.485,00

### Conselho

### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
344.773.579-15	LINO BRUNEL	ADMINISTRADOR	
461.369.169-91	PEDRO DE BIASI	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Voltar

Imprimir

Exportar Excel





Sistemas  
Interativos

**Menu Principal** ▼

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial

Resultado da Consulta

## Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<a href="#">203</a>		SC	Tubarão	FM	0		
<a href="#">235</a>		SC	Tubarão	FM	0		
<a href="#">255</a>	REDE TABAJARA FM DE COMUNICACOES LTDA	SC	Tubarão	FM	3	M	
<a href="#">267 E</a>		SC	Tubarão	FM	0		
<a href="#">279</a>	RADIO CIDADE FM DE TUBARAO LTDA	SC	Tubarão	FM	3	M	
<a href="#">279</a>	RADIO CIDADE FM DE TUBARAO LTDA	SC	Tubarão	FM	3	K	
<a href="#">285</a>		SC	Tubarão	FM	0		
<a href="#">40</a>	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL	SC	Tubarão	GTVD	2	G	
<a href="#">44</a>	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO	SC	Tubarão	GTVD	1		
<a href="#">730 kHz</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	SC	Tubarão	OM	3	M	
<a href="#">1090 kHz</a>	REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA	SC	Tubarão	OM	3	M	
<a href="#">1210 kHz</a>	JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICACOES LTDA	SC	Tubarão	OM	3	M	
<a href="#">31</a>		SC	Tubarão	PBTVD	0		
		SC		RADCOM			
<a href="#">200</a>	ASSOCIAÇÃO TUBARONENSE DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA	SC	Tubarão	RADCOM	3	B	
<a href="#">11</a>	RBS PARTICIPACOES S. A. <i>Geradora:</i> RBS PARTICIPACOES S. A.	SC	Tubarão	RTV	3	N	P
<a href="#">16</a>	REDE 21 COMUNICACOES LTDA <i>Geradora:</i> REDE 21 COMUNICACOES LTDA	SC	Tubarão	RTV	2	A	P
<a href="#">2</a>	<i>Geradora:</i>	SC	Tubarão	RTV	0		P
<a href="#">2</a>	<i>Geradora:</i>	SC	Tubarão	RTV	0		P
<a href="#">24-</a>	<i>Geradora:</i>	SC	Tubarão	RTV	0		P
<a href="#">36</a>	TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA <i>Geradora:</i> TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA	SC	Tubarão	RTV	2	H	S
<a href="#">44</a>	TVF COMUNICACOES LTDA - ME <i>Geradora:</i> RADIO E TV ARAUCARIA LTDA	SC	Tubarão	RTV	1	P	S
<a href="#">5-</a>	TV BARRIGA VERDE S.A. <i>Geradora:</i> TV BARRIGA VERDE S.A.	SC	Tubarão	RTV	3	N	P
<a href="#">58</a>	<i>Geradora:</i>	SC	Tubarão	RTV	0		P
<a href="#">7-</a>	TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA <i>Geradora:</i> TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA	SC	Tubarão	RTV	2	H	P
<a href="#">17</a>	TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA.	SC	Tubarão	RTVD	1		
<a href="#">18</a>	REDE 21 COMUNICACOES LTDA	SC	Tubarão	RTVD	2	H	
<a href="#">20</a>	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA	SC	Tubarão	RTVD	2	H	
<a href="#">30</a>	TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA	SC	Tubarão	RTVD	3	M	

<a href="#">33</a>	RBS PARTICIPACOES S. A.	SC	Tubarão	RTVD	2	H
<a href="#">39</a>	TV BARRIGA VERDE S.A.	SC	Tubarão	RTVD	2	G
<a href="#">46</a>	TELEVISAO LAGES LTDA	SC	Tubarão	RTVD	3	M
<a href="#">57</a>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Tubarão	RTVD	2	H
<a href="#">11</a>		SC	Tubarão	TV	0	
<a href="#">4+ E</a>	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL	SC	Tubarão	TV	3	M

Usuário: -      Data: **24/06/2019**      Hora: **08:51:10**

Registro **1** até **35** de **35** registros

Página: [1]    [Ir]     [Reg]

**Sistemas  
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

## Consulta Geral - OM

### Identificação do Canal PB

**UF:** SC  
**Município:** Tubarão  
**Frequência:** 730 kHz  
**Classe:** B

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME  
**Nome Fantasia:** RADIO TUBA  
**Nº Estação:** 323055869  
**Primeiro  
Licenciamento:**

**Fistel:** 14008010955  
**CNPJ:** 86.432.085/0001-00  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último  
Licenciamento:** 23/07/2014 18:17:04

- ☐ [Dados do Plano Básico](#)
- ☐ [Dados da Outorga](#)
- ☐ [Documentos Emitidos](#)
- ☐ [Característica da Estação Instalada](#)
- ☐ [Dados do Licenciamento](#)

[Tela Inicial](#)[Imprimir](#)

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

**CHECKLIST****Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média – OM**

Processo nº 53000.002845/2014-18

Frequência: 730,0 KHz

CNPJ: 86.432.085/0001-00

Localidade: TUBARÃO

UF: SC

Entidade: **SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA-ME****1. LISTA DE VERIFICAÇÃO**

**Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).**

<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DOCUMENTO/ PÁGINA</b>
1) Houve migração do Serviço de OM para FM?		X	
1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:  Há transmissão simultânea do sinal da entidade em OM e FM?			
1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:  A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de FM?  <i>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</i>			
2) A estação de OM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe a Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?	S		4330526



Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO/ PÁGINA
3) A Entidade <b>não</b> está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	4330526
4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	N	2368852
5) <b>LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA</b> Resolução Anatel n.º 116, de 25/03/1999 e Portaria SERAD n.º 4.775/2018).		
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	3002901/58 a 63
5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	3002901
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (+10% a -15%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ( $\pm 10$ Hz); g) Homologação/Certificação.	S	3002901/58 a 63
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (+10% a -15%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ( $\pm 10$ Hz); g) Homologação/Certificação.	S	3002901/58 a 63
5.4) Antena.		
6.4.1) Onidirecional: a) Altura da torre; b) Número de radiais; c) Comprimento dos Radiais; b) Dispositivos de Proteção (indicar as medidas de proteção elétrica e do pessoal existente: cerca de proteção e aviso pictórico).	S	3002901/58 a 63
5.4.2) Diretivo: a) Número de torres; b) Altura de cada torre; c) Separação entre as torres; d) Azimute(s) de alinhamento das torres (torre nº 1 como origem); e) Dispositivos de Proteção (indicar as medidas de proteção elétrica e do pessoal existente: cerca de proteção e aviso pictórico).	NA	

5.5) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	N	
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	S	3002901/60
5.7) Declaração do profissional habilitado.	N	
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade de .....no Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N	
5.7.2) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."	NA	
5.7.3) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	NA	
5.7.4) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."	NA	
5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de onda média (tropical - 120 m)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.</b>	N	
5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, <b>e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.</b>	S	3002901/61 a 64
6) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018.	NA	
6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração</b> , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).	NA	

## 2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

### OBSERVAÇÕES:

Item 4: Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.

Item 5.5: Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.

Item 5.7: Declaração do profissional habilitado.

Item 5.8: Declaração da entidade:



Documento assinado eletronicamente por **Elza de Azevedo, Engenheiro**, em 10/07/2019, às 09:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4330777** e o código CRC **7282144F**.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

**NOTA TÉCNICA Nº 10198/2019/SEI-MCTIC**

Processo n.º: **53000.002845/2014-18.**

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando na frequência de 730,0 kHz (setecentos e trinta), classe B, pela **SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA-ME** inscrita no CNPJ sob o n.º 86.432.085/0001-00, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média na localidade de Tubarão/SC, apresentado para fins de renovação da outorga.

Os autos foram encaminhados, através de Despacho Interno (Evento SEI nº3618609), para análise do laudo técnico apresentado às folhas 58 a 64 (Evento SEI nº 3002901). Utilizar este texto, apenas, nos casos de análise inicial.

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e pelo inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)  
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
– O requerimento que encaminha a documentação não foi firmado por representante legal da entidade ou procurador cadastrado neste Ministério.	– Apresentar requerimento que encaminha a documentação firmado por representante legal da entidade (dirigente da pessoa jurídica) ou procurador cadastrado neste Ministério.
– As seguintes características técnicas de operação da emissora informadas no laudo de vistoria técnica da estação não foram apresentadas: <ul style="list-style-type: none"><li>fabricante, modelo e comprimento da Linha de transmissão.</li></ul>	– Apresentar Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração</b> , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963), nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada.  Nota: o modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:  <a href="#">Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018</a>

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>– Não apresentou a declaração do profissional habilitado;</p> <p>– Não apresentou o Parecer Conclusivo do profissional habilitado.</p> <p>– Não apresentou a declaração do representante legal da entidade.</p>	<p>– Apresentar Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos dos subitens 8.4.17 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.</p> <p>– Apresentar Parecer Conclusivo do profissional habilitado indicando que o Laudo atende à toda regulamentação técnica vigente a ele aplicável, nos termos do subitem 8.4.18 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.</p> <p>– Apresentar Declaração do representante legal da entidade, nos termos do subitem 8.4.19 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora Geral de Pós-Outorga, para decisão.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elza de Azevedo, Engenheiro**, em 10/07/2019, às 09:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Duarte Faria, Coordenador de Análises Técnicas**, em 31/07/2019, às 10:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 12/08/2019, às 16:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4333002** e o código CRC **4B7C1049**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 21475/2019/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 31 de julho de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

**SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA-ME (CNPJ nº 86.432.085/0001-00)**

Rua Senador Richard, nº 90 - Centro

CEP: 88.701-220 - Tubarão/SC

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53000.002845/2014-18.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 10198/2019/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 12/08/2019, às 16:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4333296** e o código CRC **773B9266**.

**Data de Envio:**

13/08/2019 15:56:04

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

representanteradiotuba1@gmail.com  
engenheirosergiocustodio@gmail.com  
penadebi@gmail.com  
uliano85@gmail.com  
serlucus@hotmail.com

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.002845/2014-18

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_4333296.html  
Nota\_Tecnica\_4333002.html

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

**CHECKLIST****Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média – OM**

Processo nº 53000.002845/2014-18

Frequência: 730,0 kHz

CNPJ: 86.432.085/0001-00

Localidade: TUBARÃO

UF: SC

Entidade: **SOCIEDADE RADIO TUBÁ LTDA - ME****1. LISTA DE VERIFICAÇÃO**

**Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).**

<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DOCUMENTO/ PÁGINA</b>
1) Houve migração do Serviço de OM para FM?		X	
1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:  Há transmissão simultânea do sinal da entidade em OM e FM?			
1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:  A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de FM?  <i>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</i>			
2) A estação de OM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe a Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?	S		4330526

Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO/ PÁGINA
3) A Entidade <b>não</b> está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	4330526
4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	S	4627355/01 e 02
5) <b>LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA</b> Resolução Anatel n.º 116, de 25/03/1999 e Portaria SERAD n.º 4.775/2018).		
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	3002901/58 a 63 e 4627355/62 a 69
5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	3002901/58 e 4627355/62 a 69
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (+10% a -15%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ( $\pm 10$ Hz); g) Homologação/Certificação.	S	3002901/58 a 62 e 4627355/62 a 69
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (+10% a -15%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ( $\pm 10$ Hz); g) Homologação/Certificação.	NA	
5.4) Antena.		
6.4.1) Onidirecional: a) Altura da torre; b) Número de radiais; c) Comprimento dos Radiais; d) Dispositivos de Proteção (indicar as medidas de proteção elétrica e do pessoal existente: cerca de proteção e aviso pictórico).	S	3002901/58 a 63 e 4627355/62 a 69
5.4.2) Diretivo: a) Número de torres; b) Altura de cada torre; c) Separação entre as torres; d) Azimute(s) de alinhamento das torres (torre nº 1 como origem); e) Dispositivos de Proteção (indicar as medidas de proteção elétrica e do pessoal existente: cerca de proteção e aviso pictórico).	NA	

5.5) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	4627355/62 a 69
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	S	3002901/64
5.7) Declaração do profissional habilitado.		
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade de .....no Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	4627355/65
5.7.2) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."	NA	
5.7.3) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	NA	
5.7.4) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."	NA	
5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de onda média (tropical - 120 m)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.</b>	S	4627355/65
5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, <b>e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.</b>	S	3002901/61 a 64 e 4627355/67 a 69
6) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018.	NA	
6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração</b> , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).	S	4627355/65



## 2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>OBSERVAÇÕES:</b>



Documento assinado eletronicamente por **Elza de Azevedo, Engenheiro**, em 30/09/2019, às 09:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4645280** e o código CRC **3DD7FB52**.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

## NOTA INFORMATIVA Nº 3233/2019/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.002845/2014-18**.

Assunto: **Renovação de outorga**.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando na frequência 730,0 kHz (setecentos e trinta), classe B, encaminhado pela **SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA - ME** inscrita no CNPJ sob o n.º 86.432.085/0001-00, concessionária do serviço de radiodifusão em sonora em ondas médias, na localidade de Tubarão/SC, apresentado para fins de renovação da outorga.

### ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)  
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, composta de laudos de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, eventos SEI nº3002901, fls. 58 a 65 e SEI nº4627355, fls. 62 a 69, atestam que a estação operava, na data de confecção dos referidos laudos, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão - CORAC informando que os laudos técnicos da estação exigidos nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, estão em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elza de Azevedo, Engenheiro**, em 30/09/2019, às 09:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Duarte Faria, Analista de Infraestrutura**, em 01/10/2019, às 15:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima**, **Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 01/10/2019, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4646665** e o código CRC **E46CD597**.

#### **Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.002845/2014-18**

Interessado: **SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA-ME**

Assunto: **Renovação de Outorga**

À CORAC,

Tendo em vista que a análise dos laudos técnicos apresentados concluiu que a entidade se encontra devidamente instalada em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga, conforme teor da Nota Informativa nº 3233/2019/SEI-MCTIC, encaminhamos o processo à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas de Serviços de Radiodifusão - CORAC para prosseguimento da análise jurídica do pedido de Renovação de Outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 01/10/2019, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4646703** e o código CRC **0D0D4743**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

**NOTA TÉCNICA Nº 21610/2019/SEI-MCTIC**

**Processo nº 53000.002845/2014-18**

**Assunto: EXIGÊNCIA.** Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, referente ao período de 01/05/2014 a 01/05/2024.

---

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar Termo de Inventariante ou Formal de Partilha dos Espólios dos sócios Antônio Damiani e Névio Capeler.**

---

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 06/11/2019, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4805578** e o código CRC **1B765CA2**.

---

**Minutas e Anexos**

Não Possui.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Comercial  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 42316/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 01 de novembro de 2019.

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da  
**SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA-ME (CNPJ nº 86.432.085/0001-00)**  
Rua Senador Richard, nº 90 - Centro  
88701 220 - Tubarão/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.002845/2014-18.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 21610/2019/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 06/11/2019, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4805643** e o código CRC **AD057308**.

**Data de Envio:**

19/11/2019 10:35:08

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

representanteradiotuba1@gmail.com  
engenheirosergiocustodio@gmail.com  
penadebi@gmail.com  
uliano85@gmail.com  
serlucus@hotmail.com

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga  
Prezado(a),

Ref: 53000.002845/2014-18

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_4805643.html  
Nota\_Tecnica\_4805578.html

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas  
InterativosSRD » » Relatórios » » **Outorga** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: SC

Município: Tubarão

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICACOES LTDA	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004
REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004
SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	Tubarão	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **28/11/2019**Hora: **15:04:35**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir]  [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

[Menu Principal](#)BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas  
InterativosSRD >>> Consultas >>> Geral | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Geral - OM

### Identificação do Canal PB

UF: SC  
Município: Tubarão  
Frequência: 730 kHz  
Classe: B

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Específico:  
Fase: 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

Entidade: SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME  
Nome Fantasia: RADIO TUBA  
Nº Estação: 323055869

Fistel: 14008010955  
CNPJ: 86.432.085/0001-00  
Situação: Entidade não possui débitos

Primeiro  
Licenciamento:

Último  
Licenciamento: 23/07/2014 18:17:04

[+ Dados do Plano Básico](#)[+ Dados da Outorga](#)[- Documentos Emitidos](#)

### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
			- Selecione -			24/10/1950	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Jur.
			- Selecione -				Advertência	Jur.
			- Selecione -			02/08/1982	Multa	Jur.
			- Selecione -			10/11/1982	Multa	Jur.
			- Selecione -			24/10/1984	Renovação	Jur.
			- Selecione -				Multa	Jur.
			- Selecione -				Multa	Jur.
			- Selecione -				Advertência	Jur.
			- Selecione -				Enquadramento Plano Básico	Jur.
			- Selecione -				Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
			- Selecione -				Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
			- Selecione -			18/08/2000	Multa	Jur.
			- Selecione -			15/06/2001	Renovação	Jur.
			- Selecione -	ER		07/04/2003	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
			- Selecione -			19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.

[+ Característica da Estação Instalada](#)[+ Dados do Licenciamento](#)



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA EPP**

**CNPJ:**           **86.432.085/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:05:36 do dia 28/11/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/12/2019.

Certidão expedida gratuitamente.





**BOA TARDE**  
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas  
Interativos

**Menu Principal** ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 86.432.085/0001-00

### SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO DAMIANI (ESPOLIO)	<a href="#">102.080.899-34</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	11742	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
LINO BRUNEL	<a href="#">344.773.579-15</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
NEVIO CAPELER (ESPOLIO)	<a href="#">018.969.709-15</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	7123	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
PEDRO DE BIASI	<a href="#">461.369.169-91</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão

**Usuário:** ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

**Data:** 28/11/2019

**Hora:** 15:06:00



## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF  
CPF: 102.080.899-34

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO DAMIANI (ESPOLIO)	<a href="#">102.080.899-34</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	11742	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

### Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF  
CPF: 344.773.579-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LINO BRUNEL	344.773.579-15	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		FUNDACAO RADIO FM LUZ E VIDA	<a href="#">80.735.749/0001-16</a>	Diretor (DIRETOR GERAL)	0	--	--	FM	--	SC	Orleans
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco      Data: 28/11/2019      Hora: 15:06:32



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF  
CPF: 018.969.709-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEVIO CAPELER (ESPOLIO)	<a href="#">018.969.709-15</a>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	7123	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco      Data: 28/11/2019      Hora: 15:06:43



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF  
CPF: 461.369.169-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PEDRO DE BIASI	461.369.169-91	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco      Data: 28/11/2019      Hora: 15:06:52

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Comercial  
Coordenação-Geral de Pós-outorga

**NOTA TÉCNICA Nº 9617/2018/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 01250.002482/2018-91

**Assunto:** ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO. Alteração Contratual/Estatutária.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sociedade Rádio Tuba Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, por intermédio da qual apresenta a 9ª Alteração Contratual efetivada pela Entidade.

**ANÁLISE**

2. O requerimento inicial encontra-se firmado pelo Sr. Pedro de Biasi, intitulado representante legal da Entidade, nos termos do instrumento de alteração contratual. Desta forma, considerando a comprovação da legitimidade do subscritor do r. requerimento, o pedido passa a ser conhecido por esta Pasta, dando condições de prosseguimento da análise.

3. Acompanhado do requerimento em questão, constata-se o encaminhamento da Ata de Reunião dos Sócios acompanhada da 9ª alteração contratual realizada em 14.12.2017, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 20176581855, em 15.12.2017, que dispõe sobre: aumento do capital social, entrada e saída de sócios e modificação do quadro diretivo.

4. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério, nos termos da Portaria nº 055, de 17 de agosto de 1979, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U de 31.08.1979 (decorrente da 8ª alteração contratual) e pela Portaria nº 066, de 27.04.1990, são os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - CR\$
Raimundo Ghizoni	2.250	562.500,00
Antônio Damiani	1.250	312.500,00
Névio Capeler	700	175.000,00
TOTAL	4.200	1.050.000,00

NOME	CARGO
Raimundo Ghizoni	Sócio-Gerente

5. Já de acordo com o que se observa do instrumento da 9ª Alteração Contratual apresentado no bojo deste processo, constata-se que os quadros societário e diretivo da empresa passaram a ser constituídos da seguinte forma:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Pedro de Biasi	10.485	10.485,00
Lino Brunel	10.485	10.485,00



Espólio de Antônio Damiani	11.472	11.472,00
Espólio de Névio Capeler	7.123	7.123,00
TOTAL	39.565	39.565,00

NOME	CARGO
Pedro de Biasi	Administrador
Lino Brunel	Administrador

6. Observa-se que a Alteração Contratual apresentada, apesar de independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), *in verbis*:

(...) as alterações contratuais ou estatutárias deverão ser encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato, acompanhadas de todos os documentos que comprovam atendimento à legislação em vigor, nos termos regulamentares;

6.1. Por efeito desse dispositivo, confrontadas as datas de protocolização do requerimento (16.01.2018) e do registro da operação (15.12.2017), constata-se que houve respeito ao prazo legal supracitado, uma vez que a manifestação da Entidade se deu de forma TEMPESTIVA.

7. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores, restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, conforme atesta a Lista de Verificação de Documentos (evento SEI nº 2928710), uma vez que restou comprovada a (i) condição de brasileiro nato/naturalizado; e (ii) apresentação de declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previsto no art. 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64/1990.

8. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 27.04.2018 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 2928704).

9. Por fim, constatada a regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade.

## CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

- a) de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta;
- b) dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica as Alterações Contratuais às pgs. 03/44 - evento SEI nº 2833573 e dos termos de inventariante de espólio às pgs. 04/05 - evento SEI nº 2610740, atualização dos sistemas pertinentes, de acordo com o exposto

no parágrafo 5, e posterior remessa do feito ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 27/04/2018, às 17:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 27/04/2018, às 18:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2928863** e o código CRC **85311BEB**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**FICHA CADASTRAL JURÍDICA**

**ENTIDADE** : SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME.  
**CNPJ** : 86.432.085/0001-00.  
**ENDEREÇO** : Rua Gustavo Richard, nº 90 – Bairro Centro – Tubarão / SC.  
**CEP** : 88.701-220.

**QUADRO DIRETIVO**

NOME	CARGO	NOTA TÉCNICA SEI-MCTIC	
		Nº	DATA
PEDRO DE BIASI 461.369.169-91	ADMINISTRADOR	9671	27/ 04/ 2018
LINO BRUNEL 344.773.579-15	ADMINISTRADOR	9671	27/ 04/ 2018

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA
Processo nº 01250.002482/2018-91			

SECIR/nsa.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**FICHA CADASTRAL JURÍDICA**

**ENTIDADE** : SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME.  
**CNPJ** : 86.432.085/0001-00.

**QUADRO SOCIETÁRIO**

9ª Alteração Contratual, de 14 de dezembro de 2017. Registrado na JUCESC sob nº 20176581855, em 15/ 12/ 2017.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
ANTÔNIO DAMIANI (ESPÓLIO) 102.080.899-34	11.742			11.742,00
PEDRO DE BIASI 461.369.169-91	10.485			10.485,00
LINO BRUNEL 344.773.579-15	10.485			10.485,00
NÉVIO CAPELER (ESPÓLIO) 166.681.899-20	7.123			7.123,00
TOTAL	39.565			39.565,00
Processo nº 01250.002482/2018-91				

SECIR/nsa.



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

Ano CXLI Nº 160

Brasília - DF, quinta-feira, 19 de agosto de 2004

ISSN 1676-2339



SEÇÃO

1

## Sumário

### PÁGINA

Atos do Congresso Nacional.....	1
Atos do Poder Executivo.....	5
Presidência da República.....	5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	6
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	13
Ministério da Cultura.....	16
Ministério da Defesa.....	18
Ministério da Educação.....	19
Ministério da Fazenda.....	20
Ministério da Integração Nacional.....	45
Ministério da Justiça.....	46
Ministério da Previdência Social.....	65
Ministério da Saúde.....	71
Ministério das Comunicações.....	99
Ministério de Minas e Energia.....	100
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	113
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	115
Ministério do Meio Ambiente.....	116
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	116
Ministério do Trabalho e Emprego.....	117
Ministério dos Transportes.....	118
Tribunal de Contas da União.....	120
Poder Judiciário.....	194
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	194

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 543, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Tubá Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 544, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BRASIL COMUNITÁRIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 786, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Brasil Comunitário a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM MAR AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.942, de 1º de outubro de 2002, outorga permissão à Rádio FM Mar Azul Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 631, de 24 de outubro de 2001, que renova, a partir de 22 de dezembro de 1996, a permissão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 547, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO MACHADOS FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machados, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 599, de 22 de abril de 2002, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Machados FM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machados, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ALTANEIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altaneira, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.731, de 2 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente de Altaneira a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altaneira, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

## TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Imprensa Nacional	DF	Demais Estados
de 4 a 28	R\$ 0,30	R\$ 0,65	R\$ 3,10
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 0,85	R\$ 3,30
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 1,45	R\$ 3,90
de 160 a 250	R\$ 1,90	R\$ 2,25	R\$ 4,70
de 254 a 500	R\$ 3,50	R\$ 3,85	R\$ 6,30
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 6,55	R\$ 9,00

- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0093

## PPA 2004/2007

Estamos disponibilizando a versão eletrônica da Lei e seus anexos que dispõem sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007





ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

EXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

NC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
PROTECAO DA AMAZONIA									4.461.050
PROJETOS									
26	0496 5525	OBRAS CIVIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM							4.461.050
26	0496 5525 0001	OBRAS CIVIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM - NACIONAL AREA CONSTRUIDA (M²) 9449	F	4	P	90	0	100	4.461.050
TOTAL - FISCAL									4.461.050
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.461.050

#### DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2001

Renova concessão das entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º do art. 5º, 785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1972,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - RÁDIO CULTURA DE ANDARAÍ LTDA., a partir de 1º de março de 1997, na cidade de Andaraí, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 79.393, de 15 de março de 1977, e renovada pelo Decreto nº 95.169, de 9 de novembro de 1987 (Processo nº 0001135/96);

II - RÁDIO IMPERIAL DE PETRÓPOLIS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 612, de 5 de agosto de 1947, e renovada pelo Decreto nº 90.576, de 28 de novembro de 1984 (Processo nº 53770.000175/94);

III - FUNDAÇÃO MARCONI, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina, outorgada originalmente à Rádio Urussanga Limitada, conforme Portaria P nº 929, de 19 de outubro de 1951, autorizada a transformar-se em Fundação Assistencial, utilizando a denominação Fundação Marconi, pela Portaria nº 711, de 16 de setembro de 1966, e renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 000078/94);

IV - RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 000062/94);

V - RÁDIO SOCIEDADE CRUZ DE MALTA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 838, de 9 de setembro de 1949, e renovada pelo Decreto nº 89.401, de 22 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50820.000080/94);

VI - RÁDIO SOCIEDADE CRUZ DE MALTA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina, outorgada originalmente à Sociedade Rádio Guarujá Ltda., pela Portaria MVOP nº 548, de 22 de novembro de 1960, transferida pelo Decreto nº 89.408, de 29 de fevereiro de 1984, para a concessão de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 89.408, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50820.000079/94);

VII - RÁDIO TABAJARA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, outorgada originalmente à Rádio Estadual Limitada, conforme Portaria MVOP nº 548, de 22 de novembro de 1960, transferida pelo Decreto nº 89.408, de 29 de fevereiro de 1984, para a concessão de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 89.408, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50820.000079/94);

nº 201, de 6 de abril de 1960, transferida pela Portaria nº 1.107, de 29 de setembro de 1976, para a concessionária de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 91.011, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 50820.000084/94);

VIII - REDE FRONTEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Mirador Ltda, pela Portaria MVOP nº 577, de 9 de dezembro de 1960, renovada pelo Decreto nº 91.569, de 23 de agosto de 1985, e transferida pelo Decreto de 16 de maio de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53820.000118/94);

IX - SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA ELDORADO CATARINENSE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 552, de 19 de junho de 1948, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 50820.000065/94);

X - RÁDIO DIFUSORA DE IÇARA LTDA., a partir de 12 de fevereiro de 1992, na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 86.888, de 29 de janeiro de 1982 (Processo nº 29106.001393/91);

XI - SOCIEDADE RÁDIO GUARUJÁ LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 19.809, 15 de outubro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 95.999, de 2 de maio de 1988 (Processo nº 50820.000076/94);

XII - SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, e renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984 (Processo nº 50820.000085/94);

XIII - RÁDIO EMISSORA PORTOFELICENSE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 287, de 24 de abril de 1958, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 50830.000294/94);

XIV - RÁDIO SHOW DE IGARAPAVA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Transmissora Igarapava Ltda., conforme Portaria MVOP nº 50, de 20 de janeiro de 1947, renovada pela Portaria nº 85, de 26 de abril de 1984, transferida pela Portaria nº 308, de 9 de maio de 1996, para a concessionária de que trata este inciso, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 92, de 16 de maio de 1996, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53830.000666/94);

Art. 2º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 9 de julho de 2001, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada à TV PAMPA ZONA SUL LTDA., pelo Decreto nº 92.777, de 12 de junho de 1986 (Processo nº 53790.000562/01).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									27.969.050
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							27.969.050
99 999	0999 0998 0001	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	0	F	00	0	100	27.969.050
TOTAL - FISCAL									27.969.050
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.969.050

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de junho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Pimenta da Veiga

## Presidência da República

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### MENSAGEM

Nº 548, de 13 de junho de 2001. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 2.071-32, de 13 de junho de 2001.

Nº 549, de 13 de junho de 2001. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 2.072-69, de 13 de junho de 2001.

Nº 550, de 13 de junho de 2001. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 2.073-38, de 13 de junho de 2001.

Nº 551, de 13 de junho de 2001. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 2.075-40, de 13 de junho de 2001.

Nº 552, de 13 de junho de 2001. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 2.077-33, de 13 de junho de 2001.

Nº 553, de 13 de junho de 2001. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 2.080-64, de 13 de junho de 2001.

Nº 554, de 13 de junho de 2001. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 2.085-37, de 13 de junho de 2001.

Nº 555, de 13 de junho de 2001. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 2.086-40, de 13 de junho de 2001.



**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº</b> 53000.002845/2014-18		
<b>Entidade:</b> Sociedade Rádio Tuba Ltda.	<b>CNPJ:</b> 86.432.085/0001-00	
<b>Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM</b>	<b>Localidade:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC
<b>Validade da Outorga:</b> vencida	<b>Período:</b> 01/05/2014 a 01/05/2024	

<b>1. REQUISITOS MÍNIMOS</b>		
<b>1.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"><li>- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;</li><li>- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;</li><li>- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;</li><li>- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</li><li>- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;</li><li>- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;</li></ul>	OK	4627355 fls.2-3
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	4800855

<b>2. RELATIVOS À ENTIDADE</b>			
<b>2.1. DOCUMENTOS</b>		<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>HABILITAÇÃO JURÍDICA</b>	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	4627355 fls. 5-45
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	4627355 fls.46-48
<b>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	4627355 fls.49-51
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	4627355 fl.52,53

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	4627355 fl.54
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	4627355 fl.55
			4627355 fl.56
			4627355 fl.57
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	4627355 fl.58
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	4627355 fl.55 4627355 fl.60
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	4627355 fl.61
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	4627355 fls.62-69

### **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Heitor dos S. C. Pereira CARGO: Analista Técnico-Administrativo	31/10/2019

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

**NOTA TÉCNICA Nº 23841/2019/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 53000.002845/2014-18

**Assuntos:** DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sociedade Rádio Tubá Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, referente ao período de 01.5.2014 a 01.5.2024.

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da concessão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947. A última renovação se deu por intermédio do Decreto s/nº de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U de 15 de junho de 2001 (evento SEI nº 4912980, fl. 4), cancelado pelo Decreto Legislativo nº 543, de 2004, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U de 19 de agosto de 2004 (evento SEI nº 4912980, fl. 3). Com efeito, depreende-se que a concessão em questão se encontra vencida desde 1º.5.2004 (evento SEI nº 4912882, fl. 1).

6.1. Concernente ao período 2004-2014, a Entidade apresentou tempestivamente o pedido de renovação no dia 29/1/2004, gerando o protocolo nº 53000.003960/2004-20. Junto ainda nessa ocasião com boa parte da documentação exigida à época. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em fevereiro de 2011, quando o processo foi remetido à Engenharia para atestar a regularidade do Laudo de Vistoria apresentado pela Entidade. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

6.1.1. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática, no âmbito do serviço público, que impedem um quadro de ideal celeridade na apreciação dos feitos em geral. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que, ressalta-se, não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

6.1.2. Esta Pasta possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. O que se busca, diante desse necessário, é promover a análise de pleitos observando a ordem cronológica de suas apresentações, de modo que os processos mais recentes são analisados após a conclusão dos processos mais antigos.

6.1.3. Evidencia-se, assim, que esta Pasta vem buscando, apesar das dificuldades, atender todo o País de forma responsável.

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado em 20.1.2014, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação se deu entre 1º.11.2013 a 1º.2.2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir

as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passaram a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#) e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 4800872.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 4627355, fls. 49-51). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 4627355, fls. 52,53). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 4627355, fls. 46-48), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados por esta Pasta, decorrentes da 9ª Alteração Contratual, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Pedro de Biasi	10.485	10.485,00
Lino Brunel	10.485	10.485,00
Espólio de Antônio Damiani	11.472	11.472,00
Espólio de Névio Capeler	7.123	7.123,00
TOTAL	39.565	39.565,00

NOME	CARGO
Pedro de Biasi	Sócio administrador
Lino Brunel	Sócio administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da concessionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.002482/2018-91. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 9.617/2018/SEI-MC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º 4912971), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

12.2. O espólio sócio do Sr. Antônio Damiani é representado por seu inventariante Angelo Damiani, conforme o termo de inventariante juntado aos autos sob o evento SEI nº 4884220, fl. 2.

12.3. O espólio sócio do Sr. Névio Capeler é representado por sua inventariante Nara Bernadete Bússolo Capeler, conforme o termo de inventariante e o formal de partilha, juntados aos autos sob o evento SEI nº 4884220, fls. 3-10.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios (**diretos e indiretos**) e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 28.11.2019 (evento SEI nº 4912882, fls. 4-8).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto de análise nestes autos.

13.2. Os espólios dos Srs. Antônio Damiani e Névio Capeler participam apenas da concessão objeto de análise nestes autos, na qualidade de sócios.

13.3. O Sr. Pedro de Biasi participa apenas da concessão objeto de análise nestes autos, na qualidade de sócio administrador.

13.4. O Sr. Lino Brunel, além da concessão objeto de análise nestes autos, de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Orleans/SC, na qualidade de sócio administrador.

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI nº 4912882, fl. 2). Ademais, conforme atesta o Despacho Interno CGFI (evento SEI nº 623260), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa nº 3233/2019 (evento SEI nº 4646665), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

---

## CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo (acompanhado das minutas dispostas no campo próprio abaixo) ser remetido à Conjur.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

**RICARDO HENRIQUE PEREIRA NOLASCO**

Chefe do Serviço Legal de Renovação de Outorgas

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenadora-Geral de Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)

**JOÃO EDUARDO TABALIPA FERREIRA**

Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica nº 23841/2019/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

**LUCIANA MARIA MONTEIRO DE LIMA**

Coordenadora-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica nº 23841/2019/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Secretário de Radiodifusão.

(assinado eletronicamente)

**FLÁVIO FERREIRA LIMA**

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial

(assinado eletronicamente)  
**ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 29/11/2019, às 13:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 03/12/2019, às 15:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Chefe do Serviço Legal de Renovação de Outorga**, em 03/12/2019, às 15:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 03/12/2019, às 17:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 06/12/2019, às 08:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4912988** e o código CRC **58B2E7CB**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2019.

Renovar a concessão outorgada à Rádio Tubá Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 25, III, da Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 23841/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º \_\_\_\_\_, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Tubá Ltda, nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.



Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado eletronicamente)*

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2019.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação, o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 23841/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº XXXX, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Tubá Ltda. (inscrita sob o CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo ao Senhor, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**NOTA n. 00894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA**

**ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO**

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão,

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Sociedade Rádio Tubá Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, referente ao período de 1º.5.2014 a 1º.5.2024.

2. Sobre o pedido, a Secretaria de Radiodifusão, na NOTA TÉCNICA Nº 23841/2019/SEI-MCTIC, apresentou a seguinte conclusão:

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

3. Contudo, entendemos que alguns ajustes e esclarecimentos se fazem necessários antes de qualquer manifestação conclusiva acerca da possibilidade de deferimento do pleito, conforme será demonstrado a seguir.

4. Primeiramente, observamos que se trata de serviço de radiodifusão sonora em onda média, mas não há informações sobre o tipo de onda média, se local ou regional. Tal informação é relevante, pois o serviço de radiodifusão em onda média local foi extinto nos termos do art. 1º do Decreto nº 8.139/2013, e, por isso, não pode ser renovada.

5. No que se refere à composição societária, verificamos que os sócios Antônio Damiani e Névio Capeler faleceram. No caso do sócio Névio Capeler, já foi expedido formal de partilha, em 20.8.2018,, mas não houve alteração do contrato social para contemplar a nova situação (Doc. SEI nº 4884220). Em relação ao sócio Antônio Damiani, foi juntado termo de compromisso de inventariante, datado de 26.9.2017, mas não há notícias sobre o deslinde do processo (Doc. SEI nº 4884220) .

6. Sobre o ponto, esclarecemos que durante o procedimento de inventário, a Administração tem admitido a renovação de outorgas de entidades cujos quadros societários estejam relativamente indefinidos, em razão do falecimento de sócio. Todavia, para isso, além da identificação do inventariante (regularmente constituído) é preciso aferir se o processo ainda está em andamento. Findo o procedimento de inventário, não há motivos para aceitar essa situação. No presente caso, um dos inventários foi concluído, mas não se formalizou a sucessão de sócios perante a sociedade.

7. Ante o exposto, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para que:

a) informe o tipo de onda média de que trata o processo; e

b) intime a sociedade, com fim de prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, e regularize a situação das cotas do sócio falecido Nívio Capeler, mediante as devidas alterações contratuais.

À consideração superior.

Brasília, 24 de dezembro de 2019.

**DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL**

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000002845201418 e da chave de acesso 602ef4eb

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 361656081 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 24-12-2019 15:45. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 00026/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico, para avaliação.

Brasília, 08 de janeiro de 2020.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000002845201418 e da chave de acesso 602ef4eb

---

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 363757649 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 08-01-2020 13:59. Número de Série: 264097435512019350. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**DESPACHO n. 00050/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **DESPACHO N° 00026/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** da lavra do Dr. Emmanuel Felipe Borges Pereira Santos, Advogado da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, aprovando a **NOTA n. 00894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** exarado pela Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrências, como proposto.

Brasília, 09 de janeiro de 2020.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA  
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000002845201418 e da chave de acesso 602ef4eb

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 363874214 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 10-01-2020 13:33. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

DESPACHO

Processo nº: 53000.002845/2014-18

Interessado: Sociedade Rádio Tubá Ltda-ME

Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial,

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminho o presente Processo a Vossa Senhoria, para providências quanto ao atendimento às recomendações da Consultoria Jurídica, constantes na Nota 894/2019 (5036308).

Brasília, 10 de janeiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 13/01/2020, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5036711** e o código CRC **E7D3AAC4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Comercial

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53000.002845/2014-18

**Referência:** Nota nº 00894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

**Interessado:** Sociedade Rádio Tubá Ltda.

**Assunto:** Renovação de Outorga. Deferimento. Consulta Conj. Devolução dos autos

De ordem, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Zanati Dultra, Técnico de Nível Superior**, em 13/01/2020, às 12:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5039142** e o código CRC **BFA62F28**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.002845/2014-18

SEI nº 5039142

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

**NOTA TÉCNICA Nº 3649/2020/SEI-MCTIC**

**Processo nº 53000.002845/2014-18**

**Assuntos: Exigência.** Fase de deferimento. Renovação de Outorga.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sociedade Rádio Tubá Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º foi analisado pela Secretaria de Radiodifusão - Serad que, nos termos da Nota Técnica n.º 23841/2019/SEI-MCTIC (evento SEI nº 4912988), concluiu pela possibilidade do seu deferimento e envio dos autos à DOUTA Consultoria Jurídica - Conjur, órgão setorial da Advocacia-Geral da União junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto.

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos da Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI nº 5036308), restituiu os autos à Serad aduzindo o seguinte, tal qual como escrito:

"(...)

5. No que se refere à composição societária, verificamos que os sócios Antônio Damiani e Névio Capeler faleceram. No caso do sócio Névio Capeler, já foi expedido formal de partilha, em 20.8.2018,, mas não houve alteração do contrato social para contemplar a nova situação (Doc. SEI nº 4884220). Em relação ao sócio Antônio Damiani, foi juntado termo de compromisso de inventariante, datado de 26.9.2017, mas não há notícias sobre o deslinde do processo (Doc. SEI nº 4884220).

6. Sobre o ponto, esclarecemos que durante o procedimento de inventário, a Administração tem admitido a renovação de outorgas de entidades cujos quadros societários estejam relativamente indefinidos, em razão do falecimento de sócio. Todavia, para isso, além da identificação do inventariante (regularmente constituído) é preciso aferir se o processo ainda está em andamento. Findo o procedimento de inventário, não há motivos para aceitar essa situação. No presente caso, um dos inventários foi concluído, mas não se formalizou a sucessão de sócios perante a sociedade.

"

4. Assim sendo, resta concluído que, para o prosseguimento do feito, **a interessada deverá prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, bem como regularizar a situação das cotas do sócio falecido Sr. Névio Capeler**, mediante as devidas alterações contratuais.

**CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 02/03/2020, às 11:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5192963** e o código CRC **38CF563A**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 7412/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 19 de fevereiro de 2020.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

**SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00)**

Rua Senador Richard, nº 90 - Centro

88701 220 - Tubarão/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.002845/2014-18.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 3649/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 02/03/2020, às 11:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5193055** e o código CRC **D8BC6C01**.

**Data de Envio:**

03/03/2020 14:20:29

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

representanteradiotuba1@gmail.com  
engenheirosergiocustodio@gmail.com  
penadebi@gmail.com  
uliano85@gmail.com  
serlucus@hotmail.com

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga  
Prezado(a),

Ref: 53000.002845/2014-18

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_5193055.html  
Nota\_Tecnica\_5192963.html



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.182.068-3

NOME PEDRO DE BIASI

FILIAÇÃO AMELIO DE BIASI

NATURALIDADE SANTANA NANI DE BIASI

DOC ORIGEM PEDRAS GRANDES SC

C NASC 2002 LV A-07 FL 160

CART FRABA-PEDRAS GRANDES SC

CPF 461.369.169/91

DATA DE NASCIMENTO 10/NOV/1959

DELEGADO DE POLICIA DR. JOAO CESAR FERES AMANES

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 2116 DE 29/08/03

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA

DIRETORIA DE POLICIA TECNICO-CIENTIFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTeira DE IDENTIDADE

10/NOV/1959

MINISTERIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

Nome PEDRO DE BIASI

Nº de Inscrição 461369169-91

Data do Nascimento 10/11/59

Barcode

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/12/93

Assinatura PEDRO DE BIASI

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FISICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Documento confere com original apresentado

JUCESC 17.12.119

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Escritório Regional de Tubarão

José Gonçalves de Souza

Mat. 172006-6-01



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE




VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

128.673-0

NOME

ANTÔNIO DAMIANI

FILIAÇÃO

VERGÍLIO DAMIANI

LEONORA DESTRO

NATURALIDADE

NOVA VENÉZA SC

DOC ORIGEM

C NASC 101 LV A-06 FL 40

CART ROZZANO-NOVA VENÉZA SC

CPF

102.080.899/34

Delegado Regional de Polícia

Dr. Jairo José Damiani

Assinatura do Titular

SC

Lei Nº 7.116 DE 29/06/83

DATA DE NASCIMENTO

12/MAI/1929

DATA DE EXPEDICÃO

04/FEV/2003



Lino Brunel - RG



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	265.346-4
DATA DE EXPEDIÇÃO	01/ABR/2001
NOME	LINO BRUNEL
FILIAÇÃO	ANTONIO BRUNEL ROSALIA MILACK BRUNEL
NATURALIDADE	ORIGIUNHA SC
DATA DE NASCIMENTO	18/NOV/1953
DOC ORIGEM	C NASC 22815 LV 47 FL 10 CART BENEDET ORIGIUNHA
CPF	344.773.579/15
ASSINATURA DE DIRETOR	
LEI Nº 116 DE 28/08/85	

*João de Mello*  
Delegado Regional da Polícia  
Matr. 142.687-0

### Endereço

Rua Anita Garibaldi, 83  
Caixa Postal, 341  
88701-220 – TUBARÃO – SC  
Fone: (48) 3622-0776/ 9605-3505

Documento confere com original apresentado  
14/12/11  
JUCESC  
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Escritório Registral de Tubarão  
rubarão  
José Gonçalves de Souza  
Matr. 172006-6-01



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 75.367-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/FEV/2002

NOME NEVIO CAPELER

FILIAÇÃO APOLONIO CAPELER  
ROSALIA LAZZARIN

NATURALIDADE NOVA VENEZA SC DATA DE NASCIMENTO 10/FEV/1934

DOC ORIGEM C CAS 249 LV B - 12 FL 206  
CART RIBEIRO - ORLEANS SC

CPF 018.969.709/15 TUBARAO SC

ASSINATURA DO DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA  
Aníbal Jeremias  
MOT. 167.127-6

LEI Nº 7.116 DE 29/08/89

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



2ª VIA

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:  
**ANTONIO DAMIANI**

MATRÍCULA:  
**105650 01 55 2014 4 00094 136 0029511 53**

SEXO

Masculino

COR

branca

ESTADO CIVIL E IDADE

solteiro - 85 anos

NATURALIDADE

Nova Veneza - SC

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

128.673-0 - SSP/SC CPF: 102.080.899-34

ELEITOR

SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Vergilio Damiani e Leonora Destro - Avenida Portugal, 466, Passagem, Tubarão - SC

DATA(EXTENSO) E HORA DE FALECIMENTO

Vinte e dois de novembro de dois mil e quatorze - 18:02

DIA MÊS ANO

22 11 2014

LOCAL DE FALECIMENTO

Hospital Nossa Senhora da Conceição, à(em) Rua Vidal Ramos, 215, bairro Centro, Tubarão-SC

CAUSA DA MORTE

Choque Cardiogênico (R57.0), Infarto Agudo do Miocárdio (F21) - Fibrilação Ventricular (I49), Dislipidemia Mista (E78)

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO) · DECLARANTE

Cemitério Municipal de Nova Veneza - SC

Edésio Medeiros Gonçalves

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Rafael Lichtenfels Schmitz de CRM nº 12138

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES

Nascido em 12/05/1929, religioso. Não deixou filhos.

NOME DO OFÍCIO:

Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos

OFICIAL REGISTRADOR:

Rodrigo Cesar Melo

MUNICÍPIO/COMARCA/UF:

Tubarão - SC

ENDEREÇO:

Rua Coronel Cabral, 389, Centro - Cep: 88701-050 -  
registrociviltubarao@yahoo.com.br - (48) 3632-4371


Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Selo Digital de Fiscalização  
Normal

**EXF45821-MSBZ**

Confira os dados do ato em:  
<http://selo.tjsc.jus.br/>

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Tubarão - SC, 29 de novembro de 2017

  
Tatiane Costa da Silva Ferreira  
Oficial Substituta

Digitado por: João Paulo Machado de Souza  
Emolumentos

1 Certidão segunda via de óbito - R\$ 20,30  
1 Selo de Fiscalização pago (EXF45821-MSBZ) - R\$ 1,65  
ISS - R\$ 0,61  
Total: R\$ 22,76

Anoreg-ASC-01635727





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



2ª VIA

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:  
**NÉVIO CAPELER**

MATRÍCULA:  
**105650 01 55 2015 4 00095 299 0029974 23**

SEXO

Masculino

COR

branca

ESTADO CIVIL E IDADE

casado - 81 anos

NATURALIDADE

Nova Veneza - SC

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

75.367-0 - SSP/SC CPF: 018.969.709-15

ELEITOR

SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Apolônio Capeler e Rosália Lazzarin - Rua São José, 307, Centro, Tubarão - SC

DATA(EXTENSO) E HORA DE FALECIMENTO

Dezesseis de abril de dois mil e quinze - 21:10

DIA MÊS ANO

16 04 2015

LOCAL DE FALECIMENTO

Hospital Nossa Senhora da Conceição, à(em) Rua Vidal Ramos, 215, bairro Centro, Tubarão - SC

CAUSA DA MORTE

Infarto agudo do miocárdio (I21)

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)

Cemitério Municipal de Orleans - SC

DECLARANTE

Nára Bernadete Bussolo Capeler

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

José Nixon Batista de CRM nº 14862

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES

Nascido em 10/02/1934, professor aposentado, casado com Nára Bernadete Bussolo Capeler. Deixou 1 filha sendo: Raíssa Beatriz Bussolo Capeler, 40 anos de idade.

Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Selo Digital de Fiscalização  
Normal

**EXF45822-TL8H**

Confira os dados do ato em:  
<http://selo.tjsc.jus.br/>

NOME DO OFÍCIO:

Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos

OFICIAL REGISTRADOR:

Rodrigo Cesar Melo

MUNICÍPIO/COMARCA/UF:

Tubarão - SC

ENDEREÇO:

Rua Coronel Cabral, 389, Centro - Cep: 88701-050 -  
registrociviltubarao@yahoo.com.br - (48) 3632-4371

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Tubarão - SC, 29 de novembro de 2017

Tatiane Costa da Silva Ferreira  
Oficial Substituta

Digitado por: João Paulo Machado de Souza  
Emolumentos

1 Certidão segunda via de óbito - R\$ 20,30  
1 Selo de Fiscalização pago (EXF45822-TL8H) - R\$ 1,85  
1 ISS - R\$ 0,61  
Total: R\$ 22,76



Anoreg-ASC-01635726







ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
Comarca - Tubarão  
2ª Vara Cível

### TERMO DE COMPROMISSO DE INVENTARIANTE

**Autos nº 0302797-74.2015.8.24.0075**

**Ação: Inventário**

**Inventariante: NARA BERNADETE BÚSSOLO CAPELER/**

**Autor da Herança: Nêvio Capeler/**

Em 19 de outubro de 2015, nesta Comarca de Tubarão, Estado de Santa Catarina, compareceu **Nara Bernadete Bússolo Capeler**, RG nº 142.266-9, CPF nº 166.681.899-20, sendo por este(a) informado que vinha, nos termos da Lei e de acordo com a decisão prolatada na página 11, firmar o compromisso de inventariante, assumindo a obrigação de exercer a função e atribuições previstas nos arts. 991 e 992 do CPC, prestando, ainda, as primeiras declarações no prazo legal.

E, para constar, foi deferida a lavratura do presente termo.

Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli  
Juíza de Direito

*Nara Bernadete Bússolo Capeler*  
Nara Bernadete Bússolo Capeler  
Inventariante

R. G. 142.266-9




ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
Comarca - Tubarão  
2ª Vara Cível

TERMO DE COMPROMISSO DE INVENTARIANTE

Autos n. 0306837-36.2014.8.24.0075

Ação: Inventário  
Inventariante: Angelo Damiani  
Autor da Herança: Antonio Damiani

Em 26/09/2017, nesta Comarca de Tubarão, do Estado de Santa Catarina, compareceu Inventariante **ANGELO DAMIANI, Casado, Agricultor, Rodovia João Spilere, Próximo a ponte de Arame, Picadão, Nova Veneza - SC**, sendo por este(a) informado que vinha, nos termos da lei e de acordo com decisão proferida nos autos em epígrafe, firmar o compromisso de inventariante, assumindo a obrigação de exercer a função e atribuições previstas nos arts. 618 e 619 do CPC, prestando, ainda, as primeiras declarações no prazo legal.

  
Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli  
Juíza de Direito

  
Angelo Damiani  
Inventariante

RG: 198.305



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**NOTA TÉCNICA Nº 10852/2021/SEI-MCOM**

**PROCESSO Nº: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADO: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Tubarão/SC, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

**ANÁLISE**

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 3649/2020/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício n.º 7412/2020/SEI-MCTIC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI5192963 e 5193055). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o n.º 01250.015549/2020-71, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

**§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)**

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Tubarão/SC, encontra-se com o status "(AM-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Assistente**, em 06/09/2021, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 06/09/2021, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8085188** e o código CRC **548C1779**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 18988/2021/MCOM

Brasília, 06 de setembro de 2021.

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da  
**SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00)**  
Rua Senador Richard, nº 90 - Centro  
88701 220 - Tubarão/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.002845/2014-18.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 10852/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 06/09/2021, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8085265** e o código CRC **E8B78AAB**.

Anexos:

•

**Data de Envio:**

06/09/2021 18:45:38

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

**Para:**

representanteradiotuba1@gmail.com  
engenheirosergiocustodio@gmail.com  
penadebi@gmail.com  
uliano85@gmail.com  
serlucus@hotmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53000.002845/2014-18

INTERESSADA: - SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_8085265.html  
Nota\_Tecnica\_8085188.html



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>86.432.085/0001-00</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>04/06/1968</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO TUBA</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R GUSTAVO RICHARD</b>	NÚMERO <b>90</b>	COMPLEMENTO <b>2 ANDAR</b>
CEP <b>88.701-260</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>TUBARAO</b>
UF <b>SC</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>RADIOTUBARA@RADIOTUBA.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(48) 3626-4633/ (48) 3626-4631</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/07/2022** às **10:46:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 86.432.085/0001-00  
**Razão Social:** SOC RADIO TUBA LTDA  
**Endereço:** R GUSTAVO RICHARD 90 2 ANDAR / CENTRO / TUBARAO / SC / 88700-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/07/2022 a 06/08/2022

**Certificação Número:** 2022070802331639068543

Informação obtida em 18/07/2022 10:48:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 86.432.085/0001-00

Certidão nº: 22633613/2022

Expedição: 18/07/2022, às 10:45:53

Validade: 14/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **86.432.085/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA**  
**CNPJ: 86.432.085/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:00:43 do dia 15/07/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/01/2023.

Código de controle da certidão: **9F2E.A0B6.4194.7CF6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	86.432.085/0001-00
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$39.565,00 (Trinta e nove mil e quinhentos e sessenta e cinco reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	ANTONIO DAMIANI
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	NEVIO CAPELER
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	PEDRO DE BIASI
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	LINO BRUNEL
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 18/07/2022 às 10:47 (data e hora de Brasília).



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e dezenove, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **MARCOS CESAR PONTES**, e a **SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 86.432.085/0001-00, representada por seu Administrador, **Pedro de Biasi**, inscrito no RG n.º 1.182.068-3, SSP/SC, CPF n.º 461.369.169-91, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Tubarão, estado de Santa Catarina, decorrente da concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA., por meio da Portaria MVOP n.º 640, de 26 de setembro de 1947, publicado no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 1947, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA o canal 285 (duzentos e oitenta e cinco), Classe A1 correspondente à frequência 104,9 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

**§ 1º.** A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

**§ 2º.** Enquanto não estiver concluído o processo de renovação n.º 53000.002845/2014-18, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar.

**Cláusula 2ª.** A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua assinatura;



**b)** apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;

**c)** após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;

**d)** iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**§ 1º** O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**§ 2º** O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

**§ 3º** A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “a”, “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de **Tubarão**, estado de **Santa Catarina**.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

*(assinado eletronicamente)*  
**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações**

*(assinado eletronicamente)*  
**Secretário da Secretaria de Radiodifusão**

(assinado eletronicamente)  
**Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**

(assinado eletronicamente)  
**Permissionária**

(assinado eletronicamente)  
**Testemunha**

(assinado eletronicamente)  
**Testemunha**



Documento assinado eletronicamente por **Pedro de biasi (E), Usuário Externo**, em 31/05/2019, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Caliman Donna, Técnico de Nível**, em 03/06/2019, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weberson Wayne Nobrega Peixoto, Chefe de Serviço**, em 03/06/2019, às 11:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 05/06/2019, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 06/06/2019, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/09/2019, às 19:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4266620** e o código CRC **DF6A49CA**.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2019 - UASG 550005

Nº Processo: 71000001592201943. PREGÃO SISPP Nº 1/2019. Contratante: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS -ADMINISTRATIVOS DO MINISTERIO. CNPJ Contratado: 01183525000172. Contratado : CONFORTO AMBIENTAL TECNOLOGIA EM -DESPOLUICAO AMBIENTAL. Objeto: Prestação de serviçosde diagnóstico da qualidade do ar, no interior do Edifício do Bloco "A", realizando a avaliação biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados do predio, localizado na Esplanada dos Ministérios em Brasília-DF, cuja administração é de responsabilidade do Ministério da Cidadania - MC, conforme condições, quantidades e exigências previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993 . Vigência: 06/12/2019 a 06/12/2020. Valor Total: R\$5.225,96. Fonte: 151000000 - 2019NE800104. Data de Assinatura: 06/12/2019.

(SICON - 10/12/2019) 550005-00001-2019NE000001

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA  
SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000002/2019 ao Convênio Nº 852907/2017. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DA CIDADANIA, Unidade Gestora: 240051. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 03658028000109. Prorrogação de vigência. Valor Total: R\$ 175.488,04, Valor de Contrapartida: R\$ 18.023,28, Vigência: 12/12/2019 a 11/11/2023. Data de Assinatura: 11/12/2017. Signatários: Concedente: JOSE PAULO SOARES MARTINS, CPF nº 19791046034, Conveniente: ADAO CANDIDO LOPES DOS SANTOS, CPF nº 572.717.040-00.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº. 839535/2016 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENIENTE: Município de Ribeirão Preto/SP - CNPJ nº. 56.024.581/0001-56. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da Clausula Quinta da vigência do Convênio 839535/2016 para 28/12/2020. PARTÍCIPIES: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Ribeirão Preto/SP - CNPJ nº. 56.024.581/0001-56. PROCESSO: 71001.052168/2016-12. DATA DE ASSINATURA: 02/12/2019.

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA RURAL

EXTRATOS DE ADEÇÃO

PARTÍCIPIES: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Pacatuba - CE  
ESPÉCIE: Termo de Adesão nº 2446/2019, processo 71000.014717/2019-03  
OBJETO: Adesão do Município ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.  
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.  
DATA DE ASSINATURA: 09/12/2019. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural - CPF nº 718.319.673-91, pelo Ministério. CARLOMANO GOMES MARQUES, Prefeito Municipal de Pacatuba - CE - CPF nº 061.775.223-00, pelo Município.

PARTÍCIPIES: PARTÍCIPIES: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Água Santa - RS  
ESPÉCIE: Termo de Adesão nº 0902/2013, processo 71000.080271/2013-10  
OBJETO: Adesão do Município ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.  
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.  
DATA DE ASSINATURA: 09/12/2019. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural - CPF nº 718.319.673-91, pelo Ministério. JACIR MIORANDO, Prefeito Municipal de Água Santa - RS - CPF nº 888.859.920-72, pelo Município.

PARTÍCIPIES: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Pontão - RS  
ESPÉCIE: Termo de Adesão nº 2455/2019, processo 71000.047388/2019-79  
OBJETO: Adesão do Município ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.  
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.  
DATA DE ASSINATURA: 09/12/2019. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural - CPF nº 718.319.673-91, pelo Ministério. NELSON JOSE GRASSELLI, Prefeito Municipal de Pontão - RS - CPF nº 424.367.530-91, pelo Município.

PARTÍCIPIES: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Santa Teresinha - PB  
ESPÉCIE: Termo de Adesão nº 2450/2019, processo 71000.048197/2019-24  
OBJETO: Adesão do Município ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.  
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.  
DATA DE ASSINATURA: 09/12/2019. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural - CPF nº 718.319.673-91, pelo Ministério. TEREZINHA LÚCIA ALVES DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Santa Teresinha - PB - CPF nº 032.736.634.-64, pelo Município.

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA URBANA

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Convênio, publicado no DOU de 15/01/2018, Seção 3, referente ao CONVÊNIO nº 844196/2017, onde se lê: Vigência: 29/12/2017 a 29/11/2018 leia-se: Vigência: 29/12/2017 a 29/12/2019.

No Extrato do Termo Aditivo, publicado no DOU de 20/12/2018, Seção 3, referente ao CONVÊNIO Nº 844196/2017, onde se lê: Prorrogação da vigência do Convênio MTE/SENAES nº 844196/2017 por mais doze (12) meses, até 31 de dezembro de 2019, leia-se Prorrogação da vigência do Convênio MTE/SENAES nº 844196/2017 por mais doze (12) meses, até 29 de dezembro de 2020.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000003/2019 ao Convênio Nº 771198/2012. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DA CIDADANIA, Unidade Gestora: 550005. Conveniente: MUNICIPIO DE FEIRA DE SANTANA, CNPJ nº 14043574000151. Prorrogar o vencimento do projeto de 09 de dezembro de 2019, para 09 de julho de 2020. Valor Total: R\$ 3.056.462,88, Valor de Contrapartida: R\$ 214.440,96, Vigência: 09/12/2019 a 09/07/2020. Data de Assinatura: 09/12/2013. Signatários: Concedente: WELLINGTON COIMBRA, CPF nº 34318100715, Conveniente: COLBERT MARTINS DA SILVA FILHO, CPF nº 132.361.645-49.

Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e RÁDIO CULTURA DE SANTOS DUMONT LTDA - ME. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSONÁRIA, RÁDIO CULTURA DE SANTOS DUMONT LTDA - ME. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santos Dumont, estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 04 de setembro de 2019. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e GUILHERME MELILLO ALMEIDA - Administrador da RÁDIO CULTURA DE SANTOS DUMONT LTDA - ME.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSONÁRIA, SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 04 de setembro de 2019. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Pedro de Biasi - Administrador da SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e FREQUENCIAL EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSONÁRIA, Rádio FREQUENCIAL EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Maringá, estado do Paraná. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 16 de outubro de 2019. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e TEREZINHA DE JESUS DIAS - Administradora da Rádio FREQUENCIAL EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e RÁDIO CLUBE DE MALLETT LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSONÁRIA, RÁDIO CLUBE DE MALLETT LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mallet, estado do Paraná. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 03 de dezembro de 2019. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e JOÃO GARCIA - Administrador da RÁDIO CLUBE DE MALLETT LTDA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: UNIÃO e SOCIEDADE ACREANA DE COMUNICAÇÃO FRONTEIRA LTDA. ESPÉCIE: Termo aditivo ao contrato de concessão para transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de RIO BRANCO, Estado do ACRE. VIGÊNCIA: Vinculada ao prazo de vigência da concessão do canal analógico outorgado para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens. DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2019. MARCOS CESAR PONTES - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e NAILDO CARLOS DE ASSIS, Representante Legal da SOCIEDADE ACREANA DE COMUNICAÇÃO FRONTEIRA LTDA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: UNIÃO e FUNDAÇÃO ISABELA PAOLILLO ROSSI. ESPÉCIE: Termo aditivo ao contrato de concessão para transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos. OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de BARUERI, Estado de SÃO PAULO. VIGÊNCIA: Vinculada ao prazo de vigência da concessão do canal analógico outorgado para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2019. MARCOS CESAR PONTES - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e JOÃO LUCAS ALVARENGA ZAMPINI, Representante Legal da FUNDAÇÃO ISABELA PAOLILLO ROSSI.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: UNIÃO e FUNDAÇÃO APERIPÊ DE SERGIPE. ESPÉCIE: Termo aditivo ao contrato de concessão para transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos. OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de ARACAJU, Estado de SERGIPE. VIGÊNCIA: Vinculada ao prazo de vigência da concessão do canal analógico outorgado para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2019. MARCOS CESAR PONTES - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e FRANCISCO FERREIRA PEREIRA, Representante Legal da FUNDAÇÃO APERIPÊ DE SERGIPE.



Id solicitação: 5bdb3e5eb18da

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> Sociedade Radio Tuba Ltda	
<b>Nome Fantasia:</b> Radio Tuba	
<b>Telefone:</b> (48) 36221504	<b>E-mail:</b> PLINO53@GMAIL.COM
<b>CNPJ:</b> 86.432.085/0001-00	<b>Número do Fistel:</b> 50418943370
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/05/1994	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 01/05/2024	
<b>Observações:</b> Termo Aditivo de Adaptação de Outorga de OM para FM, nº 38, de 04/09/2019, publicado no DOU de 11/12/2019, Processo nº 53000.018022/2014-04, ID_OM57dbac752343c	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Rua Gustavo Richard	<b>Complemento:</b> 2 Andar	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 90	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88701260

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Manoel Estevão Fernandes	<b>Complemento:</b> MORRO CONGONHAS	
<b>Bairro:</b> Congonhas	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88701800

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Senador Richard	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 90	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88701220

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 285	<b>Frequência:</b> 104.9 MHz	<b>Classe:</b> A1	<b>ERP Máxima:</b> 24.5345kW
<b>HCI:</b> 60 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1010135322						Número Indicativo: ZYR969					
Data Último Licenciamento: 24/04/2021						Número da Licença: 53500.023736/2021-14					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 28° 31' 18.98" S				Longitude: 48° 59' 8.02" S				Cota da base: 207.1 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 070011701323						Modelo: FM12K5S					
Fabricante: BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 9.40 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF158-50JA						Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS					
Comprimento da Linha: 75 m		Atenuação: 0.658 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.50 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: IFFMDC6						Fabricante: IF TELECOM					
Ganho: 5.16 dBd		Beam-Tilt: 4 °		Orientação NV: 310 °		Polarização: Circular		HCl: 60 m		ERP Máxima: 24.53 kW	
Padrão de Antena dBd											
0º: 2.9	5º: 2.83	10º: 2.75	15º: 2.67	20º: 2.6	25º: 2.54	30º: 2.5	35º: 2.49	40º: 2.5	45º: 2.52	50º: 2.56	55º: 2.6
60º: 2.65	65º: 2.71	70º: 2.79	75º: 2.88	80º: 2.97	85º: 3.04	90º: 3.1	95º: 3.14	100º: 3.16	105º: 3.17	110º: 3.18	115º: 3.19
120º: 3.2	125º: 3.2	130º: 3.2	135º: 3.2	140º: 3.21	145º: 3.22	150º: 3.24	155º: 3.29	160º: 3.35	165º: 3.42	170º: 3.49	175º: 3.55
180º: 3.6	185º: 3.63	190º: 3.64	195º: 3.65	200º: 3.65	205º: 3.65	210º: 3.65	215º: 3.65	220º: 3.65	225º: 3.65	230º: 3.65	235º: 3.63
240º: 3.61	245º: 3.57	250º: 3.52	255º: 3.46	260º: 3.4	265º: 3.34	270º: 3.3	275º: 3.27	280º: 3.24	285º: 3.23	290º: 3.21	295º: 3.2
300º: 3.2	305º: 3.19	310º: 3.2	315º: 3.21	320º: 3.21	325º: 3.21	330º: 3.2	335º: 3.16	340º: 3.12	345º: 3.07	350º: 3.02	355º: 2.96
Coordenadas por radial											
0º: Lat - Lon -	5º: Lat - Lon -	10º: Lat - Lon -	15º: Lat - Lon -	20º: Lat - Lon -	25º: Lat - Lon -	30º: Lat - Lon -	35º: Lat - Lon -	40º: Lat - Lon -	45º: Lat - Lon -	50º: Lat - Lon -	55º: Lat - Lon -
60º: Lat - Lon -	65º: Lat - Lon -	70º: Lat - Lon -	75º: Lat - Lon -	80º: Lat - Lon -	85º: Lat - Lon -	90º: Lat - Lon -	95º: Lat - Lon -	100º: Lat - Lon -	105º: Lat - Lon -	110º: Lat - Lon -	115º: Lat - Lon -
120º: Lat - Lon -	125º: Lat - Lon -	130º: Lat - Lon -	135º: Lat - Lon -	140º: Lat - Lon -	145º: Lat - Lon -	150º: Lat - Lon -	155º: Lat - Lon -	160º: Lat - Lon -	165º: Lat - Lon -	170º: Lat - Lon -	175º: Lat - Lon -
180º: Lat - Lon -	185º: Lat - Lon -	190º: Lat - Lon -	195º: Lat - Lon -	200º: Lat - Lon -	205º: Lat - Lon -	210º: Lat - Lon -	215º: Lat - Lon -	220º: Lat - Lon -	225º: Lat - Lon -	230º: Lat - Lon -	235º: Lat - Lon -
240º: Lat - Lon -	245º: Lat - Lon -	250º: Lat - Lon -	255º: Lat - Lon -	260º: Lat - Lon -	265º: Lat - Lon -	270º: Lat - Lon -	275º: Lat - Lon -	280º: Lat - Lon -	285º: Lat - Lon -	290º: Lat - Lon -	295º: Lat - Lon -
300º: Lat - Lon -	305º: Lat - Lon -	310º: Lat - Lon -	315º: Lat - Lon -	320º: Lat - Lon -	325º: Lat - Lon -	330º: Lat - Lon -	335º: Lat - Lon -	340º: Lat - Lon -	345º: Lat - Lon -	350º: Lat - Lon -	355º: Lat - Lon -
Distância por radial											
0º:	5º:	10º:	15º:	20º:	25º:	30º:	35º:	40º:	45º:	50º:	55º:
60º:	65º:	70º:	75º:	80º:	85º:	90º:	95º:	100º:	105º:	110º:	115º:
120º:	125º:	130º:	135º:	140º:	145º:	150º:	155º:	160º:	165º:	170º:	175º:
180º:	185º:	190º:	195º:	200º:	205º:	210º:	215º:	220º:	225º:	230º:	235º:
240º:	245º:	250º:	255º:	260º:	265º:	270º:	275º:	280º:	285º:	290º:	295º:
300º:	305º:	310º:	315º:	320º:	325º:	330º:	335º:	340º:	345º:	350º:	355º:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											



<b>Código Equipamento:</b> 070011701323	<b>Modelo:</b> FM1K0S
<b>Fabricante:</b> BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.	<b>Potência de Operação:</b> 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 24.53 kW

RDS	
<b>Código PI:</b>	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
201511947	640	Portaria	MC	26/09/1947	23/10/1947	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500546492019 80	141	Despacho	MCTIC	10/02/2020	12/02/2020	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
5350000783300	894	Portaria	Dentel-SC	20/09/1950	24/10/1950	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
9999	20682	Despacho	MC	02/06/1982		Advertência	Jurídico
9999	1561	Portaria	MC	15/07/1982	02/08/1982	Multa	Jurídico
9999	2296	Portaria	MC	05/11/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
9999	90348	Decreto	PR	23/10/1984	24/10/1984	Renovação	Jurídico
9999	240789	Despacho	MC	24/07/1989		Multa	Jurídico
9999	161089	Despacho	MC	16/10/1989		Multa	Jurídico
9999	200892	Despacho	MC	20/08/1992		Advertência	Jurídico
5350000783300	121	Portaria	Dentel-SC	06/04/1993		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	104	Portaria	Dentel-SC	06/10/1994		Autoriza o Uso de Radiofrequência e Consolida as Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	82	Portaria	Dentel-SC	27/09/1995		Autoriza o Uso de Radiofrequência e Consolida as Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	153	Portaria	MC	08/08/2000	18/08/2000	Multa	Jurídico
9999	111111	Decreto	PR	13/06/2001	15/06/2001	Renovação	Jurídico
9999	35087	Ato	ER	03/04/2003	07/04/2003	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	543	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.006909/202 0-59	1474	Ato	ORLE	18/03/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CNPJ											
<b>CNPJ:</b> 86.432.085/0001-00											
<b>SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME</b>											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO DAMIANI (ESPOLIO)	102.080.899-34	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	11742	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	11742	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Tubarão
LINO BRUNEL	344.773.579-15	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
NEVIO CAPELER (ESPOLIO)	018.969.709-15	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	7123	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	7123	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
PEDRO DE BIASI	461.369.169-91	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Tubarão

Usuário: anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa

Data: 18/07/2022

Hora: 10:53:35

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF		CPF: 018.969.709-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEVIO CAPELER (ESPOLIO)	<u>018.969.709-15</u>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<u>86.432.085/0001-00</u>	Sócio	7123	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<u>86.432.085/0001-00</u>	Sócio	7123	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **18/07/2022**

Hora: **10:55:25**

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 102.080.899-34											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO DAMIANI (ESPOLIO)	<u>102.080.899-34</u>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<u>86.432.085/0001-00</u>	Sócio	11742	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<u>86.432.085/0001-00</u>	Sócio	11742	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **18/07/2022**

Hora: **10:54:33**



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 344.773.579-15											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LINO BRUNEL	344.773.579-15	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		FUNDACAO RADIO FM LUZ E VIDA	<a href="#">80.735.749/0001-16</a>	Diretor (DIRETOR GERAL)	0	--	--	FM	--	SC	Orleans
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<a href="#">86.432.085/0001-00</a>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: 18/07/2022

Hora: 10:55:00

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF		CPF: 461.369.169-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PEDRO DE BIASI	<u>461.369.169-91</u>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<u>86.432.085/0001-00</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<u>86.432.085/0001-00</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<u>86.432.085/0001-00</u>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Tubarão
		SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	<u>86.432.085/0001-00</u>	Sócio	10485	0,00%	0,00%	OM	Regional	SC	Tubarão

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **18/07/2022**

Hora: **10:55:54**

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	SC	Município:	Tubarão	
Entidade		Município	Data Outorga	Validade
JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICACOES LTDA		Tubarão		
RADIO CIDADE FM DE TUBARAO LTDA		Tubarão		
REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA		Tubarão		
REDE TABAJARA FM DE COMUNICACOES LTDA		Tubarão	17/09/1996	
SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME		Tubarão	01/05/1994	

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#) Data: **18/07/2022** Hora: **11:18:07**

Registro 1 até 5 de 5 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **Sociedade Radio Tuba Ltda**

**CNPJ:** **86.432.085/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:52:44 do dia 18/07/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/08/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>Sociedade Radio Tuba Ltda</b>				CNPJ <b>86432085000100</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>1010135322</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>28° 31' 18.98" S</b>	LONGITUDE <b>48° 59' 8.02" W</b>
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Manoel Estevão Fernandes, nº S/N.</b>		DISTRITO		
BAIRRO <b>Congonhas</b>		MUNICÍPIO <b>Tubarão</b>		UF <b>SC</b>

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 01/05/2024

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Tubarão UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 104.9 MHz CANAL: 285

CLASSE: A1 COTA BASE DA TORRE: 207.1

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYR969

NOME FANTASIA: Radio Tuba NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Tubarão

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Senador Richard BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Tubarão UF: SC

NUMERO: 90 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: BT Equipamentos Eletrônicos MODELO: FM12K5S

CÓDIGO: 070011701323 POTÊNCIA: 9.40 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: BT Equipamentos Eletrônicos MODELO: FM1K0S

CÓDIGO: 070011701323 POTÊNCIA: 1.00 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IF TELECOM MODELO: IFFMDC6

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 5.16 dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 310 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 60 m BEAM TILT: 4 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RADIO FREQUENCY SYSTEMS MODELO: LCF158-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 18/07/2022 10:59:29

APLICAÇÃO

Emitido Em  
24/04/2021Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDlyNjJkNTY3M2ViNDg0Yw==>



**Data de Envio:**

18/07/2022 11:32:22

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta de Pena de Cassação

**Mensagem:**

Processo nº: 53000.002845/2014-18

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Tubarão/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**Anexos:**

E\_mail\_3623260\_Sociedade\_Radio\_Tuba\_Ltda\_dia\_27.pdf

**RE: Consulta de Pena de Cassação**

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 18/07/2022 14:26

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rebecca Rackell Oliveira Q. de Araújo Linhares Martins <rebecca.martins@mcom.gov.br>; cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Prezado(a), Informa-se que, apesar da emissora de SOCIEDADE RÁDIO TUBA LTDA. EPP (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), executante do serviço de radiodifusão Onda Média, no município de Tubarão/SC o processo nº 53000.042931/2012, foi **arquivado**, em razão da inexistência de infração, nos termos delineados na Nota Técnica nº 26124/2017/SEI-MC ([2386921](#)).

Ats.

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

**Enviado:** segunda-feira, 18 de julho de 2022 11:32

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Consulta de Pena de Cassação

Processo nº: 53000.002845/2014-18

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Tubarão/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**NOTA TÉCNICA Nº 10008/2022/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADO: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tubarão/SC, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

**ANÁLISE**

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 10852/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 18988/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI8085188 e 8085265). Em resposta, a Interessada protocolou requerimentos sob os nºs 53115.027726/2021-00 e 53115.001739/2022-21, acompanhados de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar certidão simplificada emitida pela Junta Comercial** (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade.

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o referido documento relacionado no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 19/07/2022, às 13:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 19/07/2022, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10183465** e o código CRC **855299CC**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 17272/2022/MCOM

Brasília, 19 de julho de 2022.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ Nº 86.432.085/0001-00)**  
Rua Senador Richard, nº 90 - Centro  
88.701-220 Tubarão/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.002845/2014-18.**

Senhor (a) Representante Legal

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 10008/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 19/07/2022, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10183523** e o código CRC **8C5B82AB**.

**Anexos:**

- Nota Técnica 10008 (10183465)

**Data de Envio:**

19/07/2022 16:05:43

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

**Para:**

RADIOTUBARA@RADIOTUBA.COM.BR  
engenheirosergiocustodio@gmail.com  
penadebi@gmail.com  
uliano85@gmail.com  
serlucus@hotmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53000.002845/2014-18

INTERESSADA: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

**Anexos:**

Oficio\_10183523.html  
Nota\_Tecnica\_10183465.html



# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Debora braga reis de souza

Relatório Consultar ▼ Sair

## Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

86.432.085/0001-00

Razão Social

Pesquisar

10 ▼



1 / 1



Razão Social



CNPJ



Emails

SOCIEDADE RADIO TUBA  
LTDA

86.432.085/0001-  
00

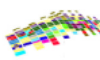
RADIOTUBARA@RADIOTUBA.COM.BR, engenheirosergiocustodio@gmail.com, penadebi@gmail.com,  
uliano85@gmail.com, serlucus@hotmail.com

10 ▼



1 / 1





Mosaico




renata.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

2 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	
		86432085000100				(Todos)															
Ver Estações	AM-C4 (Canal Licenciado)	86432085000100	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	14008010955	P	Comercial	OM	205	SC	Tubarão				730	C	Principal	28° 30' 36.00" S	48° 59' 13.00" W			
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	86432085000100	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME	50418943370	P	Comercial	FM	230	SC	Tubarão		285		104.9	A1		28° 31' 18.98" S	48° 59' 8.02" W		60	



Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE

Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal

Dados da consulta

Consulta

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

internet

tela

menu

ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	86.432.085/0001-00

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado

Data: 12/09/2022

Hora: 15:49:44




Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE

Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal

Dados da consulta

Consulta

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ


Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [renata.mc](#) - [Renata Vieira Machado](#)

Data: [12/09/2022](#)

Hora: [15:50:19](#)






Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE

Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal

Dados da consulta

Consulta

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	SOCIEDADE RADIO TUBA

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [renata.mc - Renata Vieira Machado](#)    Data: [12/09/2022](#)    Hora: [15:51:29](#)



Visualizar autos

0302797-74.2015.8.24.0075 Arquivado

Classe  
Inventário

Assunto  
Inventário e Partilha

Foro  
Tubarão

Vara  
2ª Vara Cível


Juiz  
Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli

▼ [Mais](#)

PARTES DO PROCESSO

Invente.	NARA BERNADETE BÚSSOLO CAPELER Advogado: Peterson Medeiros de Oliveira Advogada: Anna Luiza Fernandes Aguiar
A. da Her.	Névio Capeler

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
28/08/2018	Realizado o pagamento de custas/despesas <i>Custas Finais paga em 27/08/2018 através da guia nº 075.3051976-49 no valor de 218,82</i>
23/08/2018	Certificada a publicação da relação de intimação de advogado <i>Relação :0579/2018 Data da Publicação: 23/08/2018 Número do Diário: 2890 Página:</i>
21/08/2018	Encaminhado edital/relação para publicação <i>Relação: 0579/2018 Teor do ato: Fica intimada a inventariante de que o formal de partilha já se encontra expedido e assinado eletronicamente, devendo providenciar sua impressão. Os autos serão arquivados, conforme determinado na sentença. Advogados(s): Peterson Medeiros de Oliveira (OAB 16231/SC), Anna Luiza Fernandes Aguiar (OAB 46009/SC)</i>
21/08/2018	 Certidão emitida <i>Arquivamento - Artigo 327 - Código de Normas CGJ</i>
21/08/2018	Arquivado Definitivamente

▼ [Mais](#)

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
10/06/2015	Comprovante de recolhimento de despesas
29/10/2015	Declarações
16/05/2016	Informações
28/09/2016	Petição pede dilação de prazo
11/10/2016	Apresentação de documentos
17/04/2018	Prosseguimento do Feito
31/07/2018	Comprovante de recolhimento de custas

INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS



AUDIÊNCIAS

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.



Visualizar autos

0306837-36.2014.8.24.0075 Cancelado

Classe  
**Inventário**

Assunto  
**Inventário e Partilha**

Foro  
**Tubarão**

Vara  
**2ª Vara Cível**

Juiz  
**Lara Maria Souza da Rosa Zancatelli**

Aperçado ao  
[0003071-43-2017.8-24.0075](#)

▼ Mais

PARTES DO PROCESSO

Inventor	Angelo Damiani Advogado: Jair Wersing Filho
A, da Her.	Antonio Damiani Advogado: Jair Wersing Filho
Promotor	Ministério Público do Estado de Santa Catarina

MÓVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
28/06/2020	<input type="checkbox"/> Decorrido o prazo SINERGIA - Decurso Automático do Prazo de Intimação
28/04/2020	Certificada a publicação da relação de intimação de advogado Relação : 0303/2020 Data da Publicação: 28/04/2020 Número do Diário: 3290
24/04/2020	Processo migrado para o eproc. Ficam as partes e os advogados INTIMADAS de que, doravante, o presente processo passará a tramitar eletronicamente no sistema eproc da Justiça Estadual de Santa Catarina, com o número 0306837-36.2014.8.24.0075, nas normas do § 1º do art. 3º da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 5 de 26 de julho de 2018, passando sua tramitação a reger-se pelas normas dessa resolução. Ficam intimados os procuradores que não efetuaram a validação cadastral no sistema eproc para fazê-la, conforme inciso IV do art. 9º da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 5 de 26 de julho de 2018.
18/04/2020	Prazo alterado pelo ajuste na tabela de feriados. Prazo referente ao usuário foi alterado para 14/05/2020 devido à alteração da tabela de feriados. Prazo referente à intimação foi alterado para 08/06/2020 devido à alteração da tabela de feriados.
09/03/2020	Certificada a publicação da relação de intimação de advogado Relação : 0132/2020 Data da Publicação: 09/03/2020 Número do Diário: 3256

▼ Mais

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
06/05/2015	Procuração/Substabelecimento
21/07/2015	Manifestação Ministério Público
18/09/2015	Apresentação de documentos
30/03/2016	Outros
20/05/2016	Manifestação Ministério Público
22/06/2016	Apresentação de documentos

≡

e-SAJ | Consulta de Processos - 1º Grau

🔍

25/08/2017	Informações
27/11/2017	Informações
05/02/2018	Informações
13/06/2018	Pedido de concessão/renovação/dilação de prazo
10/09/2018	Pedido de juntada de comprovante de pagamento
09/09/2019	Pedido de desarquivamento

INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS

Recebido em	Classe
13/07/2016	<a href="#">Embargos de Declaração Cível (0003813-05-20168240075)</a>

APENSOS, ENTRANHADOS E UNIFICADOS

Número	Classe	Apensamento	Motivo
<a href="#">0003813-05-20168240075</a>	Embargos de Declaração Cível	21/07/2016	

AUDIÊNCIAS

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.





Visualizar autos

0002238-55.1999.8.24.0075 Cancelado

Classe  
Procedimento Comum Cível

Assunto  
DIREITO CIVIL

Foro  
Tubarão

Vara  
2ª Vara Cível

Juiz  
Lara Maria Souza da Rosa Zanetti

▼ Mais

PARTES DO PROCESSO

Autora	Nara Bernadete Bussolo Capellar Advogado: Jacira Caetano Ulysséa Advogada: Renata Caetano Góes Ulysséa Advogado: João Henrique Caetano Góes Ulysséa
Ré	Sociedade Rádio Tubã Ltda Advogado: Fabrycio da Silva Raupp Advogado: Klaus da Silva Raupp Advogado: Fernando Dauwe Advogado: Marina Silva Paiva Advogado: Cristina Elias Naschenweng Espindola Advogado: Felipe Longen Zaleski
Testemunha	A. B. de S.

▼ Mais

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
29/08/2020	<input type="checkbox"/> Decorrido o prazo SINERGIA - Decurso Automático do Prazo da Intimação
29/08/2020	<input type="checkbox"/> Decorrido o prazo SINERGIA - Decurso Automático do Prazo da Intimação
29/08/2020	<input type="checkbox"/> Decorrido o prazo SINERGIA - Decurso Automático do Prazo da Intimação
29/08/2020	<input type="checkbox"/> Decorrido o prazo SINERGIA - Decurso Automático do Prazo da Intimação
29/08/2020	<input type="checkbox"/> Decorrido o prazo SINERGIA - Decurso Automático do Prazo da Intimação

▼ Mais

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
06/05/1999	Procuração/Substabelecimento protocolo nº 053325.
12/05/1999	Procuração/Substabelecimento protocolo nº 053990.
13/05/1999	Outros ".... requer-se a concessão do prazo em dobro de que trata o art. 191 do CP..." - protocolo nº 054054.



e-SAJ | Consulta de Processos - 1º Grau



14/05/1999	protocolo nº 054272.
31/05/1999	Contestação protocolo nº 055980.
08/06/1999	Manifestação sobre a contestação Protocolo nº 056732
05/08/1999	Outros Protocolo nº 063325 do Dr. João Batista G. Ulysséa: "... dizer que comparecerá "audiência de Conciliação designada para o dia 26.10.99, às 17:30horas..."
26/04/2000	Rol de testemunhas protocolo nº 029594.
27/04/2000	Rol de testemunhas protocolo nº 029913.
22/05/2000	Outros apresentar assistente técnico e formulação de quesitos - protocolo nº 033265.
22/05/2000	Outros Apresentação de assistente técnico e formulação de quesitos - protocolo nº 033266.
23/05/2000	Outros Apresentação de quesitos e assistente técnico, protocolo nº 033416.
21/06/2000	Informações do sr. perito Wilson Meister - sobre proposta de honorários - protocolo nº 037338.
17/07/2000	Outros manifestação sobre a proposta de honorários periciais, protocolo nº 040770.
02/08/2000	Outros proposta de honorários periciais, protocolo nº 042680.
25/08/2000	Apresentação de documentos Petição juntando cheque no valor de R\$542,02, do Banco do Brasil, Agência 0201, da conta nº 5.556-5, do correntista Nicolau Rohling Buss, protocolo nº 045796.
05/10/2000	Outros manifestação do perito judicial, protocolo nº 050376.
25/10/2000	Outros req. prosseguimento do feito, protocolo nº 052638.
10/11/2000	Informações "...informar que efetuou o pagamento da última parcela referente aos honorários periciais...", protocolo nº 054799.
08/01/2001	Pedido de diligências intimação do autor - protocolo nº 060734.
31/01/2001	Apresentação de documentos Cheque nº 273 - R\$ 542,02 - ref. honorários periciais - protocolo nº 062581.
07/03/2001	Apresentação de documentos Petição juntando um cheque nº 000283 do Banco BESC-TB-SC, da Agência 0029, da conta 110.028-7, do correntista Nevio Capeller, no valor de R\$ 542,03, destinado ao Sr. Perito Judicial, protocolo nº 2118.
30/03/2001	Apresentação de documentos Petição juntando um cheque nº 000290, do Banco Besc- 027, da agência 029, da conta 110.028-7, do correntista Nevio Capeller, no valor de R\$ 542,03, protocolo nº 069662.
10/05/2001	Apresentação de documentos Petição juntando um cheque nº 00293 no Banco Besc-TB, agência 029, da conta 110.028-7, do correntista Nevio Capeller, no valor de R\$ 542,02, protocolo nº 075807.
05/11/2001	Outros Requer prazo de noventa dias para conclusão do laudo - Wilson Meister - protocolo nº 002883.
04/04/2002	Pedido de diligências apreensão do laudo pericial - protocolo nº 000747.
10/04/2002	Pedido de diligências expedição de ofício ao Sr. Perito - protocolo nº 001513.
	<i>Dúvida da elaboração</i>



e-SAJ | Consulta de Processos - 1º Grau



19/09/2002	devolução dos autos pelo perito - protocolo nº 011852.
23/09/2002	Laudo pericial protocolo nº 012201 - Wilson Meister.
24/09/2002	Pedido de diligências Requer expedição de alvará de levantamento dos honorários judiciais, protocolo nº 012440.
11/11/2002	Outros manifestação sobre o Laudo Pericial, protocolo nº 020363.
19/02/2003	Laudo pericial Protocolo 33327.
17/03/2003	Pedido de diligências "...requer seja desconsiderada a perícia...", protocolo nº 036712.
26/05/2003	Apresentação de documentos Petição juntando o Diário do Sul nº 2.506 de 09/05/2003, protocolo nº 047536.
18/06/2003	Outros "...requerer a juntada dos esclarecimentos relativos às folhas 1.256 a 1.257..." - Wilson Meister, protocolo nº 051519.
14/07/2003	Pedido de diligências acatada a impugnação e realização de nova perícia - protocolo nº 056068.
12/08/2003	Pedido de diligências reconsideração o r. despacho de fls. ... - protocolo nº 061091.
29/08/2003	Rol de testemunhas protocolo nº 064539.
22/09/2003	Laudo pericial protocolo nº 068190.
05/11/2003	Pedido de diligências "...intimação do Sr. Perito Judicial para que esclareça os seguintes quesitos...", protocolo nº 002798.
14/11/2003	Pedido de diligências Protocolo nº 004515 - Dra. Jecira Caetano Ulysséa
18/11/2003	Pedido de diligências adiamento da audiência designada para o dia 19.11.2003 às 16:30 h - protocolo nº 004871.
27/01/2004	Pedido de expedição de carta precatória Requer Expedição de Nova Carta Precatória conforme as explicações constantes na petição. Devolve, ainda, a Carta Precatória primária, em 33 laudas. Dr. Megalvio Mussi Júnior. Protocolo nº 012744.
13/02/2004	Outros E-mail oriundo da Vara Única da Comarca de Aracruz/SC comunicando ocorrência de Carta Precatória. Protocolo nº 015212.
27/02/2004	Apresentação de documentos Dr. Wilson Meister; "... requerer a juntada dos esclarecimentos relativos as folhas 1.354 a 1.355". - Protocolo nº 016912.
02/03/2004	Apresentação de documentos Diário do Sul de 29.10.2003 - protocolo nº 017262.
15/03/2004	Pedido de diligências Nomeação de Perito. Dr. João Batista Góes Ulysséa. Protocolo nº 019800.
20/04/2004	Carta precatória Retorno de Carta Precatória expedida à Comarca de Aracruz/SC, em 38 laudas. Protocolo nº 025802.
24/05/2004	Ofício Protocolo nº 000063, oriundo da Comarca de Criciúma, Designando o dia 02/06/2004, às 16:00 horas, para a realização do ato de precatado
25/05/2004	Outros Protocolo nº 71 - Dr. João Batista Góes Ulysséa. Requer seja nomeado outro perito judicial.
27/05/2004	Ofício Ofício nº 1677/04, oriundo da 3ª Vara Cível de Criciúma, informando data para a realização da audiência. Protocolo nº 000408.
27/05/2004	Carta precatória Devolução de CP expedida à comarca de Porto Alegre-RS. Protocolo nº 000419.
	Outros



e-SAJ | Consulta de Processos - 1º Grau



15/06/2004	Protocolo nº 594 - Dr. Megalvio Mussi - Requerendo audimento da audiência designada.
17/06/2004	Outros Dr. João Batista Góes Ulysséa. Protocolo nº 000097. Requer a reabertura do prazo para manifestar com relação ao despacho publicado na relação 0070/2004, DJ 11.449, já que se encontra em carga.
21/06/2004	Outros Dr. Megalvio Mussi Junior. Protocolo nº 000590. Requer o prosseguimento do feito.
25/06/2004	Carta precatória Protocolo nº 001242. Devolução de Carta Precatória expedida à comarca de Lages - SC.
16/07/2004	Carta precatória Protocolo nº 000909. Devolução de Carta Precatória expedida à comarca de Criciúma - SC.
23/07/2004	Ofício Protocolo 476 - Ofício oriundo do Foro Central de Porto Alegre, encaminhando cheque 526301, no valor de R\$ 45,30 (em anexo).
23/07/2004	Outros Devolução de ofício encaminhado à comarca de Porto Alegre. Protocolo nº 000669.
14/09/2004	Pedido de expedição de ofício Protocolo 004598 - Dr. João Batista Góes Ulysséa.
11/10/2004	Outros Protocolo 007671 - E-mail oriundo da Comarca de Laguna, comunicando a situação da Carta Precatória.
18/01/2005	Outros Protocolo 17769 - Dr. Clésio Moraes.
25/01/2005	Ofício Protocolo 18399 - Ofício 015/2005, oriundo da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, em resposta ao Ofício 016.
01/02/2005	Ofício Protocolo 018868 - Ofício 53/05, oriundo da Prefeitura Municipal de Jaguaruna, em resposta ao Ofício 012.
10/02/2005	Ofício Protocolo 19372 - Ofício 021/2005, oriundo da Prefeitura Municipal de Amazém, em resposta ao Ofício 015.
22/02/2005	Carta precatória Devolução de Carta Precatória expedida à comarca de Laguna - SC. Protocolo nº 020510.
06/04/2005	Outros Dr. João Batista Góes Ulysséa. Protocolo nº 000157. Requer produção de prova pericial.
18/04/2005	Outros Protocolo 002118 - Dr. Megalvio Mussi Junior.
08/06/2005	Outros Dr. Wilson Meister. Protocolo nº 009555. Autorização.
28/06/2005	Outros Protocolo 012965 - Dr. João Batista Góes Ulysséa.
01/09/2005	Outros Wilson Meister. Protocolo nº 022946.
08/09/2005	Laudo pericial Protocolo 023943 - Dr. Wilson Meister.
23/09/2005	Outros Protocolo nº 026018 - Dr. João Batista Góes Ulysséa.
03/10/2005	Outros Protocolo 027458 - Dr. Megalvio Mussi Jr.
31/10/2005	Outros Dr. João Batista Góes Ulysséa. Protocolo nº 033715. Apresentação de quesitos.
10/01/2006	Outros Dr. Megalvio Mussi Junior. Protocolo nº 042706. Autorização.
18/01/2006	Outros Dr. Megalvio Mussi. Protocolo nº 0044025. Agravo de Instrumento.
27/01/2006	Apresentação de documentos Viviane Meister. Protocolo nº 045130.



e-SAJ | Consulta de Processos - 1º Grau



03/02/2006	Dr. João Batista Góes Ulysséa. Protocolo nº 045960. Quesitos.
11/04/2006	Renúncia de mandato/encargo Dr. Guilherme Boulus Issa Mussi - Protocolo 056302
19/05/2006	Proposta de honorários Protocolo 063392 - Dr. Nei José de Macedo Lemos.
12/06/2006	Outros Protocolo 067146 - Dr. João Batista Góes Ulysséa.
13/06/2006	Outros Protocolo 067351 - Dr. Megalvio Mussi Jr.
26/06/2006	Outros Protocolo 069488 - Dr. João Batista Góes Ulysséa. Indicando assistente técnico.
05/07/2006	Outros Protocolo 070552 - Dr. João Batista Góes Ulysséa. Requer a elaboração da GRU judicial.
07/08/2006	Outros Protocolo 077050 - Dr. João Batista Góes Ulysséa. Pedido de remessa dos autos à contadoria
18/09/2006	Outros Via Fax - Protocolo 085817 - Dr. Nei José Macedo Lemos. Requer a liberação antecipada do valor.
25/09/2006	Outros Protocolo nº 080207 - Nei José Macedo Lemos. Manifestação
23/10/2008	Pedido de vista dos autos - protocolo nº 003352 - Dr(ª) João Batista G Ulysséa.
15/07/2009	Ofício nº 045030056188-000-001 oriundo da comarca de Palhoça/SC - protocolo nº 007525
16/04/2010	Pedido de diligências Adv. João Batista Góes Ulysséa = 2758
27/08/2010	Informações Protocolo: 001403 Advogado: João B.G. Ulysséa
15/03/2011	Renúncia de mandato/encargo protocolo: 001391 advogado: João B. Góes Ulysséa
01/07/2011	Proposta de honorários Protocolo nº 000861, Muriel Duarte (Contador-Perito).
05/07/2011	Dedarações Protocolo nº 001149, Perito Nei José de Macedo, Manifestação do Perito.
01/08/2011	Dedarações Protocolo eletrônico nº 10LFP, Advogado Jadira Caetano Ulysséa. Manifestação do autor.
04/08/2011	Apresentação de documentos - extrato anual, via petição eletrônica - protocolo nº 10LMT - Dr(ª) Renata C G Ulysséa -
30/08/2011	Pedido de diligências Protocolo nº 618, Advogado(a) Muriel Duarte, Pedido de Concessão de Prazo.
16/11/2011	Apresentação de documentos Protocolo n. 13139.
12/12/2011	Comprovante de recolhimento de despesas - protocolo nº 172 -
18/01/2012	Comprovante de recolhimento de despesas - depósito da 3ª parcela - protocolo nº 3762 -
30/03/2012	Apresentação de documentos Protocolo Eletrônico n. 10LWY.
25/06/2012	Apresentação de documentos Protocolo eletrônico n. 1106C, Adv.: Renata Caetano Góes Ulysséa, Junta comprovante de pagamento dos honorários periciais.
13/07/2012	Comprovante de recolhimento de despesas - protocolo nº 11189.



22/08/2013	Protocolo nº 96508, Perito: Muriel Duarte.
22/08/2013	Laudo pericial Protocolo nº 96508, Perito: Muriel Duarte.
16/09/2013	Pedido de expedição de alvará Protocolo nº 101048, perito Muriel Duarte
04/10/2013	Outros Protocolo nº 104189, Adv. Renata C. G. Ulyseia. Manifestação ao laudo pericial.
07/10/2013	Outros Petição eletrônica, Adv. Ingrid O. Brilinger. Requer encerramento de instrução.
23/10/2013	Procuração/Substabelecimento - Advogado: Ingrid O. Brilinger - protocolo nº 106944
26/11/2013	Outros
25/02/2014	Procuração/Substabelecimento
09/09/2014	Pedido de expedição de ofício
29/06/2015	Pedido de habilitação
11/12/2015	Procuração/Substabelecimento
24/06/2016	Pedido de Intimação
18/07/2016	Outros
25/01/2017	Pedido de diligências
31/07/2017	Informações Perito.
16/10/2018	Apresentação de documentos
11/12/2018	Declarações

INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS

Recebido em	Classe
07/11/2005	<a href="#">Embargos de Declaração Civil - 00001</a>
08/02/2006	<a href="#">Agravo Retido (fora de uso) - 00002</a>

APENSOS, ENTRANHADOS E UNIFICADOS

Número	Classe	Apensamento	Motivo
<a href="#">0002238-55,1999.8.24.0075</a> (02)	Agravo Retido (fora de uso)	16/02/2006	

AUDIÊNCIAS

Data	Audiência	Situação	Qt. Pessoas
26/10/1999	Conciliatória	Realizada	0
01/05/2000	Instrução e Julgamento	Realizada	0
08/05/2000	Instrução e Julgamento	Realizada	0
08/05/2003	Instrução e Julgamento	Cancelada	0
19/11/2003	Instrução e Julgamento	Realizada	0
03/03/2004	Instrução e Julgamento	Parcialmente Realizada	0
06/11/2018	Saneamento	Realizada	2

e-SAJ | Consulta de Processos - 1º Grau

HISTÓRICO DE CLASSES

Data	Tipo	Classe	Área	Motivo
20/01/2017	Correção	Procedimento Comum Cível	Cível	-
14/04/1999	Inicial	Ação Ordinária	Cível	-



Visualizar autos

0302797-74.2015.8.24.0075    Arquivado

Classe  
Inventário

Assunto  
Inventário e Partilha

Foro  
Tubarão

Vara  
2ª Vara Cível


Juiz  
Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli

↕ [Mais](#)

PARTES DO PROCESSO

Invente.	NARA BERNADETE BÚSSOLO CAPELER Advogado: Peterson Medeiros de Oliveira Advogada: Anna Luiza Fernandes Aguiar
A. da Her.	Névio Capeler

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
28/08/2018	Realizado o pagamento de custas/despesas <i>Custas Finais paga em 27/08/2018 através da guia nº 075.3051976-49 no valor de 218,82</i>
23/08/2018	Certificada a publicação da relação de intimação de advogado <i>Relação :0579/2018 Data da Publicação: 23/08/2018 Número do Diário: 2890 Página:</i>
21/08/2018	Encaminhado edital/relação para publicação <i>Relação: 0579/2018 Teor do ato: Fica intimada a inventariante de que o formal de partilha já se encontra expedido e assinado eletronicamente, devendo providenciar sua impressão. Os autos serão arquivados, conforme determinado na sentença. Advogados(s): Peterson Medeiros de Oliveira (OAB 16231/SC), Anna Luiza Fernandes Aguiar (OAB 46009/SC)</i>
21/08/2018	 Certidão emitida <i>Arquivamento - Artigo 327 - Código de Normas CGJ</i>
21/08/2018	Arquivado Definitivamente

↕ [Mais](#)

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
10/06/2015	Comprovante de recolhimento de despesas
29/10/2015	Declarações
16/05/2016	Informações
28/09/2016	Petição pede dilação de prazo
11/10/2016	Apresentação de documentos
17/04/2018	Prosseguimento do Feito
31/07/2018	Comprovante de recolhimento de custas

INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS



AUDIÊNCIAS

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.

## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2019 - UASG 550005

Nº Processo: 71000001592201943.

PREGÃO SISPP Nº 1/2019. Contratante: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS -ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO. CNPJ Contratado: 01183525000172. Contratado : CONFORTO AMBIENTAL TECNOLOGIA EM -DESPOLUICAO AMBIENTAL. Objeto: Prestação de serviços de diagnóstico da qualidade do ar, no interior do Edifício do Bloco "A", realizando a avaliação biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados do prédio, localizado na Esplanada dos Ministérios em Brasília-DF, cuja administração é de responsabilidade do Ministério da Cidadania - MC, conforme condições, quantidades e exigências previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993 . Vigência: 06/12/2019 a 06/12/2020. Valor Total: R\$5.225,96. Fonte: 151000000 - 2019NE800104. Data de Assinatura: 06/12/2019.

(SICON - 10/12/2019) 550005-00001-2019NE000001

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA  
SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000002/2019 ao Convênio Nº 852907/2017. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Unidade Gestora: 240051. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 03658028000109. Prorrogação de vigência. Valor Total: R\$ 175.488,04, Valor de Contrapartida: R\$ 18.023,28, Vigência: 12/12/2019 a 11/11/2023. Data de Assinatura: 11/12/2017. Signatários: Concedente: JOSE PAULO SOARES MARTINS, CPF nº 19791046034, Conveniente: ADAO CANDIDO LOPES DOS SANTOS, CPF nº 572.717.040-00.

## SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº. 839535/2016 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENIENTE: Município de Ribeirão Preto/SP - CNPJ nº. 56.024.581/0001-56. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da Clausula Quinta da vigência do Convênio 839535/2016 para 28/12/2020. PARTÍCIPES: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Ribeirão Preto/SP - CNPJ nº. 56.024.581/0001-56. PROCESSO: 71001.052168/2016-12. DATA DE ASSINATURA: 02/12/2019.

## SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA RURAL

## EXTRATOS DE ADESAO

PARTÍCIPES: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Pacatuba - CE

ESPÉCIE: Termo de Adesão nº 2446/2019, processo 71000.014717/2019-03  
OBJETO: Adesão do Município ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.

DATA DE ASSINATURA: 09/12/2019. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural - CPF nº 718.319.673-91, pelo Ministério. CARLOMANO GOMES MARQUES, Prefeito Municipal de Pacatuba - CE - CPF nº 061.775.223-00, pelo Município.

PARTÍCIPES: PARTÍCIPES: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Água Santa - RS

ESPÉCIE: Termo de Adesão nº 0902/2013, processo 71000.080271/2013-10  
OBJETO: Adesão do Município ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.

DATA DE ASSINATURA: 09/12/2019. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural - CPF nº 718.319.673-91, pelo Ministério. JACIR MIORANDO, Prefeito Municipal de Água Santa - RS - CPF nº 888.859.920-72, pelo Município.

PARTÍCIPES: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Pontão - RS

ESPÉCIE: Termo de Adesão nº 2455/2019, processo 71000.047388/2019-79  
OBJETO: Adesão do Município ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.

DATA DE ASSINATURA: 09/12/2019. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural - CPF nº 718.319.673-91, pelo Ministério. NELSON JOSE GRASSELLI, Prefeito Municipal de Pontão - RS - CPF nº 424.367.530-91, pelo Município.

PARTÍCIPES: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania e o Município de Santa Teresinha - PB

ESPÉCIE: Termo de Adesão nº 2450/2019, processo 71000.048197/2019-24  
OBJETO: Adesão do Município ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.

DATA DE ASSINATURA: 09/12/2019. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural - CPF nº 718.319.673-91, pelo Ministério. TEREZINHA LÚCIA ALVES DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Santa Teresinha - PB - CPF nº 032.736.634-64, pelo Município.

## SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA URBANA

## RETIFICAÇÃO

No Extrato de Convênio, publicado no DOU de 15/01/2018, Seção 3, referente ao CONVÊNIO nº 844196/2017, onde se lê: Vigência: 29/12/2017 a 29/11/2018 leia-se: Vigência: 29/12/2017 a 29/12/2019.

No Extrato do Termo Aditivo, publicado no DOU de 20/12/2018, Seção 3, referente ao CONVÊNIO nº 844196/2017, onde se lê: Prorrogação da vigência do Convênio MTE/SENAES nº 844196/2017 por mais doze (12) meses, até 31 de dezembro de 2019, leia-se Prorrogação da vigência do Convênio MTE/SENAES nº 844196/2017 por mais doze (12) meses, até 29 de dezembro de 2020.

## DEPARTAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000003/2019 ao Convênio Nº 771198/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Unidade Gestora: 550005. Conveniente: MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, CNPJ nº 14043574000151. Prorrogar o vencimento do projeto de 09 de dezembro de 2019, para 09 de julho de 2020. Valor Total: R\$ 3.056.462,88, Valor de Contrapartida: R\$ 214.440,96, Vigência: 09/12/2019 a 09/07/2020. Data de Assinatura: 09/12/2013. Signatários: Concedente: WELLINGTON COIMBRA, CPF nº 34318100715, Conveniente: COLBERT MARTINS DA SILVA FILHO, CPF nº 132.361.645-49.

Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e RÁDIO CULTURA DE SANTOS DUMONT LTDA - ME. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, RÁDIO CULTURA DE SANTOS DUMONT LTDA - ME. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santos Dumont, estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 04 de setembro de 2019. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e GUILHERME MELILLO ALMEIDA - Administrador da RÁDIO CULTURA DE SANTOS DUMONT LTDA - ME.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 04 de setembro de 2019. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Pedro de Biasi - Administrador da SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e FREQUENCIAL EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio FREQUENCIAL EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Maringá, estado do Paraná. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 16 de outubro de 2019. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e TEREZINHA DE JESUS DIAS - Administradora da Rádio FREQUENCIAL EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e RÁDIO CLUBE DE MALLETT LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, RÁDIO CLUBE DE MALLETT LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mallet, estado do Paraná. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 03 de dezembro de 2019. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e JOÃO GARCIA - Administrador da RÁDIO CLUBE DE MALLETT LTDA.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: UNIÃO e SOCIEDADE ACREANA DE COMUNICAÇÃO FRONTEIRA LTDA. ESPÉCIE: Termo aditivo ao contrato de concessão para transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de RIO BRANCO, Estado do ACRE. VIGÊNCIA: Vinculada ao prazo de vigência da concessão do canal analógico outorgado para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens. DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2019. MARCOS CESAR PONTES - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e NAILDO CARLOS DE ASSIS, Representante Legal da SOCIEDADE ACREANA DE COMUNICAÇÃO FRONTEIRA LTDA.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: UNIÃO e FUNDAÇÃO ISABELA PAOLILLO ROSSI. ESPÉCIE: Termo aditivo ao contrato de concessão para transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos. OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de BARUERI, Estado de SÃO PAULO. VIGÊNCIA: Vinculada ao prazo de vigência da concessão do canal analógico outorgado para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2019. MARCOS CESAR PONTES - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e JOÃO LUCAS ALVARENGA ZAMPINI, Representante Legal da FUNDAÇÃO ISABELA PAOLILLO ROSSI.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: UNIÃO e FUNDAÇÃO APERIPÉ DE SERGIPE. ESPÉCIE: Termo aditivo ao contrato de concessão para transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos. OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de ARACAJU, Estado de SERGIPE. VIGÊNCIA: Vinculada ao prazo de vigência da concessão do canal analógico outorgado para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2019. MARCOS CESAR PONTES - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e FRANCISCO FERREIRA PEREIRA, Representante Legal da FUNDAÇÃO APERIPÉ DE SERGIPE.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 53000.002845/2014-18  
**Entidade:** SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.  
**CNPJ nº:** 86.432.085/0001-00  
**FISTEL nº:** 50418943370  
**Localidade:** Tubarão/SC  
**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 20/01/2014

**Período:** 01/05/2014 a 01/05/2024

**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- (X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial (Adaptada).
- ( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	0628483, Pág. 2  4627355, Págs. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8187241, Pág. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	4627355, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	4627355, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	4627355, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	4627355, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	4627355, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	4627355, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8187241, Pág. 2	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8187241, Pág. 2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10182998, Págs. 5-9 10393703	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10392866, Págs. 2-3	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	4627355, Págs. 52-53	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10182985, Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Fed. 10183065	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		Est. 4627355, Pág. 56		
		Mun. 4627355, Pág. 57		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10182998, Pág. 11	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 10183065	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 10182985, Pág. 2		

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10182985, Pág. 3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	<b>PEDRO DE BIASI</b> 8085139, Pág. 1;  <b>LINO BRUNEL</b> 8085139, Pág. 3;  <b>ANTÔNIO DAMIANI</b> (ESPÓLIO) 8085139, Págs. 2, 5 e 8;  <b>NÉVIO CAPELER</b> (ESPÓLIO) 8085139, Págs. 4, 6 e 7.	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	* Informações atualizadas acerca dos procedimentos de inventário do Sr. Antônio Damiani e do Sr. Névio Capeler ( S E 15354448, págs. 1-3);  ** Andamentos judiciais atualizados (SEI 10393810).
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10183052	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	( ) Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10184370	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

#### APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <b><u>está em conformidade</u></b> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/09/2022, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10182570** e o código CRC **F683A14A**.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 13387/2022/SEI-MCOM

**PROCESSO: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADA: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sociedade Rádio Tubá Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 86.432.085/0001-00** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50418943370** referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.
2. Por meio da Nota Técnica nº 23.841/2019/SEI-MCTIC, esta Secretaria de Radiodifusão – SERAD encaminhou os autos à Consultoria Jurídica - CONJUR, para análise jurídico-formal do procedimento administrativo de renovação de outorga (SEI 4912988).
3. Ocorre que, por intermédio da Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a unidade consultiva devolveu os autos a esta SERAD, com vistas à prestação de esclarecimentos complementares acerca do tipo de serviço de radiodifusão sonora em onda média executado pela entidade, da situação atual do inventário do sócio Antônio Damiani e das cotas do sócio falecido Névio Capeler (SEI 5036308).
4. Desta feita, foram editadas as Notas Técnicas nº 3649/2020/SEI-MCTIC, nº 10852/2021/SEI-MCOM e nº 10008/2022/SEI-MCOM, endereçadas à entidade, solicitando a complementação das informações necessárias ao deferimento do pedido (SEI 5192963, 8085188 e 10183465). Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 01250.015549/2020-71, nº 53115.027726/2021-00, nº 53115.001739/2022-21 e nº 01245.015024/2022-77).

### ANÁLISE

5. Inicialmente, para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever trecho da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a saber (SEI 5036308):

[...]

3. Contudo, entendemos que alguns ajustes e esclarecimentos se fazem necessários antes de qualquer manifestação conclusiva acerca da possibilidade de deferimento do pleito, conforme será demonstrado a seguir.

4. Primeiramente, observamos que se trata de serviço de radiodifusão sonora em onda média, mas não há informações sobre o tipo de onda média, se local ou regional. Tal informação é relevante, pois o serviço de radiodifusão em onda média local foi extinto nos termos do art. 1º do Decreto nº 8.139/2013, e, por isso, não pode ser renovada.

5. No que se refere à composição societária, verificamos que os sócios Antônio Damiani e Névio Capeler faleceram. No caso do sócio Névio Capeler, já foi expedido formal de partilha, em 20.8.2018,, (sic) mas não houve alteração do contrato social para contemplar a nova situação (Doc. SEI nº 4884220). Em relação ao sócio Antônio Damiani, foi juntado termo de compromisso de inventariante, datado de 26.9.2017, mas não há notícias sobre o deslinde do processo (Doc. SEI nº 4884220).

6. Sobre o ponto, esclarecemos que durante o procedimento de inventário, a Administração tem admitido a renovação de outorgas de entidades cujos quadros societários estejam relativamente indefinidos, em razão do falecimento de sócio. Todavia, para isso, além da identificação do inventariante (regularmente constituído) é preciso aferir se o processo ainda está em andamento. Findo o procedimento de inventário, não há motivos para aceitar essa situação. No presente caso, um dos inventários foi concluído, mas não se formalizou a sucessão de sócios perante a sociedade.

7. Ante o exposto, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para que:

a) informe o tipo de onda média de que trata o processo; e

b) intime a sociedade, com fim de prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, e regularize a situação das cotas do sócio falecido Névio Capeler, mediante as devidas alterações contratuais.

6. Em atendimento ao item 4 da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, oriunda da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, esclareça-se que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 10183007). Ressalte-se que o mencionado Termo Aditivo teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019 (SEI 10394195).

7. No tocante ao item 5 da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU por meio da Nota Técnica nº 3649/2020/SEI-MCTIC, a entidade foi instada a prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, bem como regularizar a situação das cotas do sócio falecido Sr. Névio Capeler, mediante as devidas alterações

contratuais (SEI 5192963). Em resposta, a entidade prestou os seguintes esclarecimentos (SEI 5354448):

[...]

É necessário, inicialmente, elucidar os motivos que levaram à 9ª alteração realizada no contrato social da pessoa jurídica em questão, que segue em anexo para conhecimento.

Com o falecimento dos sócios Névio Capeler e Antônio Damiani, o sócio remanescente, Raimundo Ghizoni, decidiu vender suas cotas. Como a administração empresarial restaria acéfala, ou seja, sem administrador, viu-se a necessidade de realizar uma nova alteração no contrato social da Rádio Tubá Ltda ME. Para isso, os padres Pedro de Biasi e Lino Brunel adquiriram as cotas de Raimundo Ghizoni, em quantias iguais de

10.485 (dez mil quatrocentos e oitenta e cinco) cotas de R\$ 1,00 (um real), passando a configurar como sócios-administradores.

Dessa forma, a pessoa jurídica em questão passou a ter legitimidade e representação legal, restando como sócios: Pedro de Biasi, Lino Brunel, e os espólios de Névio Capeler e de Antônio Damiani.

Esclarecido este ponto, parte-se para as questões suscitadas acima:

a) Quanto ao sócio Antônio Damiani, tem-se que seu **processo de inventário ainda está em trâmite na comarca de Tubarão**, conforme andamento processual em anexo. Nesta toada, incabível a transferência de suas cotas sociais da Rádio Tubá aos herdeiros, posto que não há sequer plano de partilha no referido processo de inventário.

Destarte, necessário aguardar determinação judicial naqueles autos do processo judicial, para que seja viável a transmissão das cotas aos seus herdeiros e consequentemente seja realizada nova alteração no contrato social para perfectibilizar tal futura decisão judicial.

b) O sócio Névio Capeler, enquanto vivo, **ajuizou ação de resilição contratual, requerendo sua saída da Rádio e buscando apurar seus haveres. A ação ainda corre em juízo, estando atualmente em análise o pedido de realização de perícia, para a apuração dos haveres postulados, conforme andamento processual em anexo.**

**Não é possível, portanto, realizar modificações societárias quanto a este sócio, posto que o assunto está sendo discutido em juízo. Assim, eventual modificação poderia ser realizada somente por determinação judicial no referido processo de resilição ou dissolução societária.** (grifamos)

8. Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, realizada no dia 12 de setembro de 2022, verificou-se que o processo de inventário do sócio Antônio Damiani ainda está em trâmite na comarca de Tubarão, conforme andamento processual (SEI 10393810 - Págs. 3-4).

9. Nesse sentido, tendo em vista o processo de inventário do sócio Antônio Damiani não foi concluído até o momento desta análise e, ainda, a alegação de impossibilidade de realizar as modificações societárias referentes às cotas do sócio Névio Capeler, posto que o assunto está sendo discutido em juízo, conforme andamento processual juntado aos autos (SEI 5354448 - Págs. 9-12), entende-se que, salvo melhor juízo, tais fatos não obstam a renovação da outorga, uma vez que os quadros societário/diretivo da entidade permanecem os mesmos conhecidos por esta Pasta Ministerial, por ocasião da 9ª alteração contratual.

10. Ressalta-se, ainda, que a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no citado Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 10182998 - Págs. 5-9; e SEI 10393703).

11. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade executa somente o serviço objeto desta análise, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Pedro de Biasi e o sócios Névio Capeler (espólio) e Antônio Damiani (espólio) não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Lino Brunel figura no quadro diretivo de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Orleans/SC.

12. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10182998 - Págs. 1-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10184370).

13. Já em relação à documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores, tem-se que está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10182570). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10182570).

16. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

17. No tocante à regularidade técnica para execução do serviço, salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, deverá ser comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

**§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.**

**§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifamos)**

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.



19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação, em frequência modulada, foi emitida em 24 de abril de 2021 e com validade até 1º de maio de 2024 (SEI 10183052; e SEI 10393648).

21. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual se faz necessária a remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação à Nota Técnica nº 23.841/2019/SEI-MCTIC.

## CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

23. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

24. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/09/2022, às 11:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 15/09/2022, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 15/09/2022, às 11:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 16/09/2022, às 12:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10394112** e o código CRC **009EEE0D**.

Minutas e Anexos

## MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 23.841/2019/SEI-MCTIC e nº 13.387/2022/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 23.841/2019/SEI-MCTIC e nº 13.387/2022/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

Ofício Interno nº 25494/2022/MCOM

Brasília, 16 de setembro de 2022

A Senhora  
**Carolina Scherer Bicca**  
Consultora Jurídica  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM (10394112)**

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM (10394112), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, **Secretário de Radiodifusão**, em 16/09/2022, às 17:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10403312** e o código CRC **37700B6B**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

---

**PARECER n. 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53000.002845/2014-18

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado)

EMENTA: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Inexistência óbice legal. Renovação da outorga anteriormente concedida. Encaminhamento à SERAD.

## I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 25494/2022/MCOM, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à Sociedade Rádio Tubá Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (adaptado), na localidade de Tubarão/SC, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos anteriores, que o Presidente da República, por meio do Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 115-E, de 15 de junho de 2001, e o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 543, de 2004, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 160, de 19 de agosto de 2004, renovaram a outorga conferida à Sociedade Rádio Tubá Ltda para executar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Tubarão/SC.

3. Verifica-se da documentação acostada que houve a adaptação da mencionada outorga com a finalidade de que fosse prestado o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, sendo celebrado termo aditivo para tanto, o qual foi publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 239, de 11 de dezembro de 2019 (Doc. nº 10394195 -SEI).

4. A Sociedade Rádio Tubá Ltda apresentou requerimento de renovação da outorga em 20 de janeiro de 2014, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024. (Doc. nº 0628483 - SEI).

5. Merece registro que esta Consultoria Jurídica, por meio da NOTA n. 00894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, solicitou os seguintes esclarecimentos à Secretaria de Radiodifusão (Doc. nº 5036308 -SEI), *in litteris*:

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Sociedade Rádio Tubá Ltda.. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, referente ao período de 1º.5.2014 a 1º.5.2024.

2. Sobre o pedido, a Secretaria de Radiodifusão, na NOTA TÉCNICA Nº 23841/2019/SEI-MCTIC, apresentou a seguinte conclusão:

(...)

3. Contudo, entendemos que alguns ajustes e esclarecimentos se fazem necessários antes de qualquer manifestação conclusiva acerca da possibilidade de deferimento do pleito, conforme será demonstrado a seguir.

4. Primeiramente, observamos que se trata de serviço de radiodifusão sonora em onda média, mas não há informações sobre o tipo de onda média, se local ou regional. Tal informação é relevante, pois o serviço de radiodifusão em onda média local foi extinto nos termos do art. 1º do Decreto nº 8.139/2013, e, por isso, não pode ser renovada.

5. No que se refere à composição societária, verificamos que os sócios Antônio Damiani e Nívio Capeler faleceram. No caso do sócio Nívio Capeler, já foi expedido formal de partilha, em 20.8.2018, mas não houve alteração do contrato social para contemplar a nova situação (Doc. SEI nº 4884220). Em relação ao sócio Antônio Damiani, foi juntado termo de compromisso de inventariante, datado de 26.9.2017, mas não há notícias sobre o deslinde do processo (Doc. SEI nº 4884220).

6. Sobre o ponto, esclarecemos que durante o procedimento de inventário, a Administração tem admitido a renovação de outorgas de entidades cujos quadros societários estejam relativamente indefinidos, em razão do falecimento de sócio. Todavia, para isso, além da identificação do inventariante (regularmente constituído) é preciso aferir se o processo ainda está em andamento. Findo o procedimento de inventário, não há motivos para aceitar essa situação. No presente caso, um dos inventários foi concluído, mas não se formalizou a sucessão de sócios perante a sociedade.

7. Ante o exposto, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para que:

a) informe o tipo de onda média de que trata o processo; e

b) intime a sociedade, com fim de prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, e regularize a situação das cotas do sócio falecido Nívio Capeler, mediante as devidas alterações contratuais.

6. Em atenção à mencionada NOTA, a SERAD apresentou os esclarecimentos por meio da NOTA TÉCNICA Nº 13387/2022/SEI-MCOM (Doc. nº 10394112 -SEI).

7. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 10394112 - parte final - SEI).

8. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.1. PROCEDIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO RADIODIFUSÃO SONORA**

9. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, encontra-se disciplinada pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 5.785, de 23 de junho 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com mudanças promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, pelo Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

10. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, inclusive no que concerne à possibilidade de renovação da outorga concedida, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

#### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Arte. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional especializará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parâmetros anteriores.

4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para como emissoras de rádio e de quinze para como cancelamento de televisão.

Arte. 224. Para fazer o sucesso neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

#### **LEI Nº 4.117, DE AGOSTO DE 1962**

Art. 67. (...)

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade e o técnico interesse público em sua existência. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967\)](#)

#### **LEI Nº 5.785, DE 23 DE JUNHO DE 1972**

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º As entidades com o serviço em funcionamento em caráter precário mantêm as mesmas condições dele decorrentes. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput deste artigo serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

#### **DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no [art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#), acompanhado da documentação prevista. [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#). [Vigência](#)

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o **caput** serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no **caput** e § 1º. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)



§ 3º A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.804, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - revogado

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - revogado

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - revogado

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “g” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#). [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

## DECRETO Nº 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Art. 5º Os processos de pedido de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação deste Decreto cujo requerimento esteja pendente de decisão serão instruídos conforme o disposto no [art. 113 do Decreto nº 52.795, de 1963](#).

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos processos cuja decisão tenha sido tomada.

11. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, deve ser realizada à luz do que dispõe as normas acima mencionadas.

## II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

12. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

13. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 13387/2022/SEI-MCOM, manifestou-se nos seguintes termos a respeito do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, apresentado pela Sociedade Rádio Tubá Ltda (Doc. nº 10394112 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sociedade Rádio Tubá Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 86.432.085/0001-00**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50418943370**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.
2. Por meio da Nota Técnica nº 23.841/2019/SEI-MCTIC, esta Secretaria de Radiodifusão – SERAD encaminhou os autos à Consultoria Jurídica - CONJUR, para análise jurídico-formal do procedimento administrativo de renovação de outorga (SEI [4912988](#)).
3. Ocorre que, por intermédio da Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a unidade consultiva devolveu os autos a esta SERAD, com vistas à prestação de esclarecimentos complementares acerca do tipo de serviço de radiodifusão sonora em onda média executado pela entidade, da situação atual do inventário do sócio Antônio Damiani e das cotas do sócio falecido Nívio Capeler (SEI [5036308](#)).
4. Desta feita, foram editadas as Notas Técnicas nº 3649/2020/SEI-MCTIC, nº 10852/2021/SEI-MCOM e nº 10008/2022/SEI-MCOM, endereçadas à entidade, solicitando a complementação das informações necessárias ao deferimento do pedido (SEI [5192963](#), [8085188](#) e [10183465](#)). Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº [01250.015549/2020-71](#), nº [53115.027726/2021-00](#), nº [53115.001739/2022-21](#) e nº [01245.015024/2022-77](#)).  
(...)
6. Em atendimento ao item 4 da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, oriunda da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, esclareça-se que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI [10183007](#)).

Ressalte-se que o mencionado Termo Aditivo teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019 (SEI [10394195](#)).

7. No tocante ao item 5 da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, por meio da Nota Técnica nº 3649/2020/SEI-MCTIC, a entidade foi instada a prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, bem como regularizar a situação das cotas do sócio falecido Sr. Névio Capeler, mediante as devidas alterações contratuais (SEI [5192963](#)). Em resposta, a entidade prestou os seguintes esclarecimentos (SEI [5354448](#)):

(...)

8. Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, realizada no dia 12 de setembro de 2022, verificou-se que o processo de inventário do sócio Antônio Damiani ainda está em trâmite na comarca de Tubarão, conforme andamento processual (SEI [10393810](#) - Págs. 3-4).

9. Nesse sentido, tendo em vista o processo de inventário do sócio Antônio Damiani não foi concluído até o momento desta análise e, ainda, a alegação de impossibilidade de realizar as modificações societárias referentes às cotas do sócio Névio Capeler, posto que o assunto está sendo discutido em juízo, conforme andamento processual juntado aos autos (SEI 5354448 - Págs. 9-12), entende-se que, salvo melhor juízo, tais fatos não obstam a renovação da outorga, uma vez que os quadros societário/diretivo da entidade permanecem os mesmos conhecidos por esta Pasta Ministerial, por ocasião da 9ª alteração contratual.

10. Ressalta-se, ainda, que a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no citado Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI [10182998](#) - Págs. 5-9; e SEI [10393703](#)).

11. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade executa somente o serviço objeto desta análise, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Pedro de Biasi e o sócios Névio Capeler (espólio) e Antônio Damiani (espólio) não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Lino Brunel figura no quadro diretivo de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Orleans/SC.

12. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10182998](#) - Págs. 1-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10184370](#)).

13. Já em relação à documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores, tem-se que está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [10182570](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo

de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10182570](#)).

16. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

17. No tocante à regularidade técnica para execução do serviço, salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, deverá ser comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação, em frequência modulada, foi emitida em 24 de abril de 2021 e com validade até 1º de maio de 2024 (SEI [10183052](#); e SEI [10393648](#)).

21. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual se faz necessária a remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação à Nota Técnica nº 23.841/2019/SEI-MCTIC.

14. Portanto, infere-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que não existe impedimento técnico para que haja renovação da outorga concedida para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, pela Sociedade Rádio Tubá Ltda, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

15. Vale destacar que a SERAD esclareceu que o referido pedido é tempestivo, pois foi protocolizado no prazo vigente à época, conforme estabelece o art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, c/c o art. 112 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, (vide item 8 da NOTA TÉCNICA Nº 12817/2022/SEI-MCOM).

16. No que se refere ao limite de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a SERAD informou que o quantitativo de outorgas está dentro da previsão normativa, tanto no que se refere aos sócios, quanto aos dirigentes (vide item 13 da NOTA TÉCNICA Nº 23841/2019/SEI-MCOM). **O check-list realizado pela SERAD informa que houve a comprovação aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (vide item 2 do check-list Doc. nº 10182570 -SEI).**

17. O check-list, elaborado pela SERAD, informa que a referida entidade apresentou os seguintes documentos exigidos, dentre outros (Doc. nº 10182570 -SEI): i) requerimento de renovação de outorga; ii) certidão

simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; iii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iv) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; v) certidões de regularidade perante as fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; vi) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; vii) certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; viii) Comprovação pelos dirigentes da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

18. Cumpre esclarecer, ainda, que a renovação da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada será efetivada com a respectiva assinatura do termo aditivo ao contrato, conforme a redação do art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

19. Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, renovando a permissão à citada Fundação; ii) submissão da matéria ao Congresso nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iii) e elaboração do termo aditivo ao contrato.

20. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, para a Sociedade Rádio Tubá Ltda.

### III – CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Sociedade Rádio Tubá Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) **é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada**, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

22. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

23. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

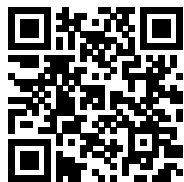
Brasília, 20 de setembro de 2022.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000002845201418 e da chave de acesso 602ef4eb



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 991570105 e chave de acesso 602ef4eb no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-09-2022 17:42. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00225/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

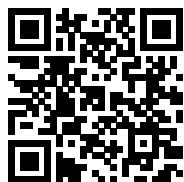
Aprovo o **PARECER n. 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 20 de setembro de 2022.

CAROLINA SCHERER  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000002845201418 e da chave de acesso 602ef4eb



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 991791918 e chave de acesso 602ef4eb no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-09-2022 17:46. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6861, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nºs 23.841/2019/SEI-MCTIC e 13.387/2022/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria**, Ministro de Estado das Comunicações, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10409112** e o código CRC **4A574DFD**.

**Brasília, 20 de setembro de 2022.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 23.841/2019/SEI-MCTIC e nº 13.387/2022/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10409116** e o código CRC **0F43ECAB**.

Ofício Interno nº 25628/2022/MCOM

Brasília, 20 de Setembro de 2022

Ao Senhor  
**Wagner Primo Figueiredo Neto**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Portaria nº 6861/2022/SEI-MCOM (10409112) e Exposição de Motivos (10409116)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM (10394112) e no Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10409099), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 5612/2022/SEI-MCOM (9880345) e Exposição de Motivos (9880367), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 21/09/2022, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10409124** e o código CRC **6DF308A8**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 14/12/2022 13:45:43  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Thiago Ricardo Gomes Igino  
**Ofício:** 9286064  
**Data prevista de publicação:** 15/12/2022  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20161370	ATO PORTARIA MCOM NA 6861.rtf	86120a8374fe6509 0f915c13e87acd95	8,00	R\$ 311,36
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>7,85</b>	<b>R\$ 311,36</b>

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/12/2022 | Edição: 235 | Seção: 1 | Página: 174

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.861, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nºs 23.841/2019/SEI-MCTIC e 13.387/2022/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 5bdb3e5eb18da

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> Sociedade Radio Tuba Ltda	
<b>Nome Fantasia:</b> Radio Tuba	
<b>Telefone:</b> (48) 36221504	<b>E-mail:</b> PLINO53@GMAIL.COM
<b>CNPJ:</b> 86.432.085/0001-00	<b>Número do Fistel:</b> 50418943370
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/05/1994	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 01/05/2024	
<b>Observações:</b> Termo Aditivo de Adaptação de Outorga de OM para FM, nº 38, de 04/09/2019, publicado no DOU de 11/12/2019, Processo nº 53000.018022/2014-04, ID_OM57dbac752343c	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Rua Gustavo Richard	<b>Complemento:</b> 2 Andar	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 90	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88701260

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Manoel Estevão Fernandes	<b>Complemento:</b> MORRO CONGONHAS	
<b>Bairro:</b> Congonhas	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88701800

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Senador Richard	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 90	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88701220

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Tubarão	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 285	<b>Frequência:</b> 104.9 MHz	<b>Classe:</b> A1	<b>ERP Máxima:</b> 24.5345kW
<b>HCI:</b> 60 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1010135322						Número Indicativo: ZYR969					
Data Último Licenciamento: 24/04/2021						Número da Licença: 53500.023736/2021-14					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 28° 31' 18.98" S				Longitude: 48° 59' 8.02" W				Cota da base: 207.1 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 070011701323						Modelo: FM12K5S					
Fabricante: BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 9.40 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF158-50JA						Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS					
Comprimento da Linha: 75 m			Atenuação: 0.658 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.50 dB			Impedância: 50 ohms		
Antena Principal											
Modelo: IFFMDC6						Fabricante: IF TELECOM					
Ganho: 5.16 dBd		Beam-Tilt: 4 °		Orientação NV: 310 °		Polarização: Circular		HCl: 60 m		ERP Máxima: 24.53 kW	
Padrão de Antena dBd											
0º: 2.9	5º: 2.83	10º: 2.75	15º: 2.67	20º: 2.6	25º: 2.54	30º: 2.5	35º: 2.49	40º: 2.5	45º: 2.52	50º: 2.56	55º: 2.6
60º: 2.65	65º: 2.71	70º: 2.79	75º: 2.88	80º: 2.97	85º: 3.04	90º: 3.1	95º: 3.14	100º: 3.16	105º: 3.17	110º: 3.18	115º: 3.19
120º: 3.2	125º: 3.2	130º: 3.2	135º: 3.2	140º: 3.21	145º: 3.22	150º: 3.24	155º: 3.29	160º: 3.35	165º: 3.42	170º: 3.49	175º: 3.55
180º: 3.6	185º: 3.63	190º: 3.64	195º: 3.65	200º: 3.65	205º: 3.65	210º: 3.65	215º: 3.65	220º: 3.65	225º: 3.65	230º: 3.65	235º: 3.63
240º: 3.61	245º: 3.57	250º: 3.52	255º: 3.46	260º: 3.4	265º: 3.34	270º: 3.3	275º: 3.27	280º: 3.24	285º: 3.23	290º: 3.21	295º: 3.2
300º: 3.2	305º: 3.19	310º: 3.2	315º: 3.21	320º: 3.21	325º: 3.21	330º: 3.2	335º: 3.16	340º: 3.12	345º: 3.07	350º: 3.02	355º: 2.96
Coordenadas por radial											
0º: Lat - Lon -	5º: Lat - Lon -	10º: Lat - Lon -	15º: Lat - Lon -	20º: Lat - Lon -	25º: Lat - Lon -	30º: Lat - Lon -	35º: Lat - Lon -	40º: Lat - Lon -	45º: Lat - Lon -	50º: Lat - Lon -	55º: Lat - Lon -
60º: Lat - Lon -	65º: Lat - Lon -	70º: Lat - Lon -	75º: Lat - Lon -	80º: Lat - Lon -	85º: Lat - Lon -	90º: Lat - Lon -	95º: Lat - Lon -	100º: Lat - Lon -	105º: Lat - Lon -	110º: Lat - Lon -	115º: Lat - Lon -
120º: Lat - Lon -	125º: Lat - Lon -	130º: Lat - Lon -	135º: Lat - Lon -	140º: Lat - Lon -	145º: Lat - Lon -	150º: Lat - Lon -	155º: Lat - Lon -	160º: Lat - Lon -	165º: Lat - Lon -	170º: Lat - Lon -	175º: Lat - Lon -
180º: Lat - Lon -	185º: Lat - Lon -	190º: Lat - Lon -	195º: Lat - Lon -	200º: Lat - Lon -	205º: Lat - Lon -	210º: Lat - Lon -	215º: Lat - Lon -	220º: Lat - Lon -	225º: Lat - Lon -	230º: Lat - Lon -	235º: Lat - Lon -
240º: Lat - Lon -	245º: Lat - Lon -	250º: Lat - Lon -	255º: Lat - Lon -	260º: Lat - Lon -	265º: Lat - Lon -	270º: Lat - Lon -	275º: Lat - Lon -	280º: Lat - Lon -	285º: Lat - Lon -	290º: Lat - Lon -	295º: Lat - Lon -
300º: Lat - Lon -	305º: Lat - Lon -	310º: Lat - Lon -	315º: Lat - Lon -	320º: Lat - Lon -	325º: Lat - Lon -	330º: Lat - Lon -	335º: Lat - Lon -	340º: Lat - Lon -	345º: Lat - Lon -	350º: Lat - Lon -	355º: Lat - Lon -
Distância por radial											
0º:	5º:	10º:	15º:	20º:	25º:	30º:	35º:	40º:	45º:	50º:	55º:
60º:	65º:	70º:	75º:	80º:	85º:	90º:	95º:	100º:	105º:	110º:	115º:
120º:	125º:	130º:	135º:	140º:	145º:	150º:	155º:	160º:	165º:	170º:	175º:
180º:	185º:	190º:	195º:	200º:	205º:	210º:	215º:	220º:	225º:	230º:	235º:
240º:	245º:	250º:	255º:	260º:	265º:	270º:	275º:	280º:	285º:	290º:	295º:
300º:	305º:	310º:	315º:	320º:	325º:	330º:	335º:	340º:	345º:	350º:	355º:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											

<b>Código Equipamento:</b> 070011701323	<b>Modelo:</b> FM1K0S
<b>Fabricante:</b> BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.	<b>Potência de Operação:</b> 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 24.53 kW

RDS	
<b>Código PI:</b>	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
201511947	640	Portaria	MC	26/09/1947	23/10/1947	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500546492019 80	141	Despacho	MCTIC	10/02/2020	12/02/2020	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
5350000783300	894	Portaria	Dentel-SC	20/09/1950	24/10/1950	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
9999	20682	Despacho	MC	02/06/1982		Advertência	Jurídico
9999	1561	Portaria	MC	15/07/1982	02/08/1982	Multa	Jurídico
9999	2296	Portaria	MC	05/11/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
9999	90348	Decreto	PR	23/10/1984	24/10/1984	Renovação	Jurídico
9999	240789	Despacho	MC	24/07/1989		Multa	Jurídico
9999	161089	Despacho	MC	16/10/1989		Multa	Jurídico
9999	200892	Despacho	MC	20/08/1992		Advertência	Jurídico
5350000783300	121	Portaria	Dentel-SC	06/04/1993		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	104	Portaria	Dentel-SC	06/10/1994		Autoriza o Uso de Radiofrequência e Consolida as Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	82	Portaria	Dentel-SC	27/09/1995		Autoriza o Uso de Radiofrequência e Consolida as Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	153	Portaria	MC	08/08/2000	18/08/2000	Multa	Jurídico
9999	111111	Decreto	PR	13/06/2001	15/06/2001	Renovação	Jurídico
9999	35087	Ato	ER	03/04/2003	07/04/2003	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	543	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.006909/202 0-59	1474	Ato	ORLE	18/03/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

530000028452014 18	6861	Portaria	MC	20/09/2022	15/12/2022	Renovação	Jurídico
-----------------------	------	----------	----	------------	------------	-----------	----------

Horário de funcionamento

Ofício Interno nº 28894/2022/MCOM

Brasília, 16 de dezembro de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10409116)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6861/2022/SEI-MCOM (10569418), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10409116), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 16/12/2022, às 13:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10575237** e o código CRC **6A6B5DEC**.

Brasília, 20 de Dezembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 23.841/2019/SEI-MCTIC e nº 13.387/2022/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada em 15/12/2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 32964/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 53000.002845/2014-18.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 21/12/2022, às 18:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10582752** e o código CRC **04034F93**.

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### DESPACHO

**PROCESSO: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADA: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.**

1. Por meio da Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 25494/2022/MCOM e do Parecer nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Sociedade Rádio Tubá Ltda (CNPJ 86.432.085/0001-00), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (SUPER 10394112, 10403312 e 10409099).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, no Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2022, renovando a concessão por novo período de 10 (dez) anos (SUPER10569418). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM (SUPER 10394112).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER10904738, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 17/05/2023, às 11:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 17/05/2023, às 12:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/05/2023, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/05/2023, às 10:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10904683** e o código CRC **70D6DD77**.

- Minuta Exposição de Motivos (10904738)

MINUTA DE  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada em 15 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 17/05/2023, às 11:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 17/05/2023, às 12:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/05/2023, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/05/2023, às 10:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10904738** e o código CRC **E3E3AA74**.

**Brasília, 19 de maio de 2023.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada em 15 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 02/06/2023, às 17:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10916686** e o código CRC **D931D836**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 36191/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor

**Braunner Fassheber**

Chefe de Gabinete do Ministro

Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10916686)**

Senhor Chefe de Gabinete,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP\_MCOM (10904683), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10916686), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**

Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10916687** e o código CRC **AEAC7B8C**.



Ofício Interno nº 37177/2023/MCOM

Brasília, 9 de junho de 2023

Ao Senhor  
**Enio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10916686)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP\_MCOM 10904683) encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10916686), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 09/06/2023, às 17:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946962** e o código CRC **3C6DC662**.

Brasília, 13 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada em 15 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16042/2023/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.002845/2014-18.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 14/06/2023, às 11:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10952099** e o código CRC **0981823E**.

Brasília, 13 de Junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022, publicada em 15 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

---

**PARECER n. 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53000.002845/2014-18

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado)

EMENTA: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Inexistência óbice legal. Renovação da outorga anteriormente concedida. Encaminhamento à SERAD.

## **I - RELATÓRIO**

1. Por meio do Ofício Interno nº 25494/2022/MCOM, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à Sociedade Rádio Tubá Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (adaptado), na localidade de Tubarão/SC, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos anteriores, que o Presidente da República, por meio do Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 115-E, de 15 de junho de 2001, e o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 543, de 2004, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 160, de 19 de agosto de 2004, renovaram a outorga conferida à Sociedade Rádio Tubá Ltda para executar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Tubarão/SC.

3. Verifica-se da documentação acostada que houve a adaptação da mencionada outorga com a finalidade de que fosse prestado o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, sendo celebrado termo aditivo para tanto, o qual foi publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 239, de 11 de dezembro de 2019 (Doc. nº 10394195 -SEI).

4. A Sociedade Rádio Tubá Ltda apresentou requerimento de renovação da outorga em 20 de janeiro de 2014, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024. (Doc. nº 0628483 - SEI).

5. Merece registro que esta Consultoria Jurídica, por meio da NOTA n. 00894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, solicitou os seguintes esclarecimentos à Secretaria de Radiodifusão (Doc. nº 5036308 -SEI), *in litteris*:

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Sociedade Rádio Tubá Ltda.. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina, referente ao período de 1º.5.2014 a 1º.5.2024.

2. Sobre o pedido, a Secretaria de Radiodifusão, na NOTA TÉCNICA Nº 23841/2019/SEI-MCTIC, apresentou a seguinte conclusão:  
(...)
3. Contudo, entendemos que alguns ajustes e esclarecimentos se fazem necessários antes de qualquer manifestação conclusiva acerca da possibilidade de deferimento do pleito, conforme será demonstrado a seguir.
4. Primeiramente, observamos que se trata de serviço de radiodifusão sonora em onda média, mas não há informações sobre o tipo de onda média, se local ou regional. Tal informação é relevante, pois o serviço de radiodifusão em onda média local foi extinto nos termos do art. 1º do Decreto nº 8.139/2013, e, por isso, não pode ser renovada.
5. No que se refere à composição societária, verificamos que os sócios Antônio Damiani e Nívio Capeler faleceram. No caso do sócio Nívio Capeler, já foi expedido formal de partilha, em 20.8.2018,, mas não houve alteração do contrato social para contemplar a nova situação (Doc. SEI nº 4884220). Em relação ao sócio Antônio Damiani, foi juntado termo de compromisso de inventariante, datado de 26.9.2017, mas não há notícias sobre o deslinde do processo (Doc. SEI nº 4884220).
6. Sobre o ponto, esclarecemos que durante o procedimento de inventário, a Administração tem admitido a renovação de outorgas de entidades cujos quadros societários estejam relativamente indefinidos, em razão do falecimento de sócio. Todavia, para isso, além da identificação do inventariante (regularmente constituído) é preciso aferir se o processo ainda está em andamento. Findo o procedimento de inventário, não há motivos para aceitar essa situação. No presente caso, um dos inventários foi concluído, mas não se formalizou a sucessão de sócios perante a sociedade.
7. Ante o exposto, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para que:
  - a) informe o tipo de onda média de que trata o processo; e
  - b) intime a sociedade, com fim de prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, e regularize a situação das cotas do sócio falecido Nívio Capeler, mediante as devidas alterações contratuais.

6. Em atenção à mencionada NOTA, a SERAD apresentou os esclarecimentos por meio da NOTA TÉCNICA Nº 13387/2022/SEI-MCOM (Doc. nº 10394112 -SEI).

7. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 10394112 - parte final - SEI).

8. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.1. PROCEDIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO RADIODIFUSÃO SONORA**

9. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, encontra-se disciplinada pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 5.785, de 23 de junho 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com mudanças promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, pelo Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

10. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, inclusive no que concerne à possibilidade de renovação da outorga concedida, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

#### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**



Arte. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional especializará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parâmetros anteriores.

4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para como emissoras de rádio e de quinze para como cancelamento de televisão.

Arte. 224. Para fazer o sucesso neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

#### **LEI Nº 4.117, DE AGOSTO DE 1962**

Art. 67. (...)

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade e o técnico interesse público em sua existência. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967\)](#)

#### **LEI Nº 5.785, DE 23 DE JUNHO DE 1972**

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os [doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. \(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º As entidades com o serviço em funcionamento em caráter precário mantêm as mesmas condições dele decorrentes. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput deste artigo serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

#### **DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses [anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. \(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) **V i g ê n c i a**

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o **caput** serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, [exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e § 1º. \(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. [\( Incluído pelo dada pelo Decreto nº 10.804, de 2021\)](#) [\( Vigência\)](#)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - revogado

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente [em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;](#) [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - revogado

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da [apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;](#) e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - revogado

XI - declaração de que: [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [V i g ê n c i a](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [V i g ê n c i a](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [V i g ê n c i a](#)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [V i g ê n c i a](#)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [V i g ê n c i a](#)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [V i g ê n c i a](#)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [V i g ê n c i a](#)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de [mensagem da Presidência da República, para deliberação](#). (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

§ 3º A existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

## DECRETO Nº 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Art. 5º Os processos de pedido de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação deste Decreto cujo requerimento esteja pendente de decisão serão instruídos conforme o disposto no [art. 113 do Decreto nº 52.795, de 1963](#).

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos processos cuja decisão tenha sido tomada.

11. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, deve ser realizada à luz do que dispõe as normas acima mencionadas.

## II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

12. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

13. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 13387/2022/SEI-MCOM, manifestou-se nos seguintes termos a respeito do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, apresentado pela Sociedade Rádio Tubá Ltda (Doc. nº 10394112 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sociedade Rádio Tubá Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 86.432.085/0001-00**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50418943370**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

2. Por meio da Nota Técnica nº 23.841/2019/SEI-MCTIC, esta Secretaria de Radiodifusão – SERAD encaminhou os autos à Consultoria Jurídica - CONJUR, para análise jurídico-formal do procedimento administrativo de renovação de outorga (SEI [4912988](#)).

3. Ocorre que, por intermédio da Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a unidade consultiva devolveu os autos a esta SERAD, com vistas à prestação de esclarecimentos complementares acerca do tipo de serviço de radiodifusão sonora em onda média executado pela entidade, da situação atual do inventário do sócio Antônio Damiani e das cotas do sócio falecido Névio Capeler (SEI [5036308](#)).

4. Desta feita, foram editadas as Notas Técnicas nº 3649/2020/SEI-MCTIC, nº 10852/2021/SEI-MCOM e nº 10008/2022/SEI-MCOM, endereçadas à entidade, solicitando a complementação das informações necessárias ao deferimento do pedido (SEI [5192963](#), [8085188](#) e [10183465](#)). Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão

(Protocolos nº  
0 1 2 5 0 . 0 1 5 5 4 9 / 2 0 2 0 -  
7 1,  
5 3 1 1 5 . 0 2 7 7 2 6 / 2 0 2 1 -  
0 0, nº [53115.001739/2022-21](#) e nº [01245.015024/2022-77](#)).

(...)

6. Em atendimento ao item 4 da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, oriunda da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, esclareça-se que a outorga foi

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/tarefas/administrativo/coordenacao/6522/tarefa/149482759/processo/16741389/visuali...>  
adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SEI [10183007](#)).

Ressalte-se que o mencionado Termo Aditivo teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019 (SEI [10394195](#)).

7. No tocante ao item 5 da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, por meio da Nota Técnica nº 3649/2020/SEI-MCTIC, a entidade foi instada a prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, bem como regularizar a situação das cotas do sócio falecido Sr. Névio Capeler, mediante as devidas alterações contratuais (SEI [5192963](#)). Em resposta, a entidade prestou os seguintes esclarecimentos (SEI [5354448](#)):

(...)

8. Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, realizada no dia 12 de setembro de 2022, verificou-se que o processo de inventário do sócio Antônio Damiani ainda está em trâmite na comarca de Tubarão, conforme andamento processual (SEI [10393810](#) - Págs. 3-4).

9. Nesse sentido, tendo em vista o processo de inventário do sócio Antônio Damiani não foi concluído até o momento desta análise e, ainda, a alegação de impossibilidade de realizar as modificações societárias referentes às cotas do sócio Névio Capeler, posto que o assunto está sendo discutido em juízo, conforme andamento processual juntado aos autos (SEI 5354448 - Págs. 9-12), entende-se que, salvo melhor juízo, tais fatos não obstam a renovação da outorga, uma vez que os quadros societário/diretivo da entidade permanecem os mesmos conhecidos por esta Pasta Ministerial, por ocasião da 9ª alteração contratual.

10. Ressalta-se, ainda, que a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no citado Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI [10182998](#) - Págs. 5-9; e SEI [10393703](#)).

11. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade executa somente o serviço objeto desta análise, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Pedro de Biasi e o sócios Névio Capeler (espólio) e Antônio Damiani (espólio) não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Lino Brunel figura no quadro diretivo de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Orleans/SC.

12. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10182998](#) - Págs. 1-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10184370](#)).

13. Já em relação à documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores, tem-se que está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [10182570](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo

de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10182570](#)).

16. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbra quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

17. No tocante à regularidade técnica para execução do serviço, salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, deverá ser comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação, em frequência modulada, foi emitida em 24 de abril de 2021 e com validade até 1º de maio de 2024 (SEI [10183052](#); e SEI [10393648](#)).

21. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual se faz necessária a remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação à Nota Técnica nº 23.841/2019/SEI-MCTIC.

14. Portanto, infere-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que não existe impedimento técnico para que haja renovação da outorga concedida para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, pela Sociedade Rádio Tubá Ltda, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

15. Vale destacar que a SERAD esclareceu que o referido pedido é tempestivo, pois foi protocolizado no prazo vigente à época, conforme estabelece o art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, c/c o art. 112 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, (vide item 8 da NOTA TÉCNICA Nº 12817/2022/SEI-MCOM).

16. No que se refere ao limite de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a SERAD informou que o quantitativo de outorgas está dentro da previsão normativa, tanto no que se refere aos sócios, quanto aos dirigentes (vide item 13 da NOTA TÉCNICA Nº 23841/2019/SEI-MCOM). **O check-list realizado pela SERAD informa que houve a comprovação aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (vide item 2 do check-list Doc. nº 10182570 -SEI).**

17. O check-list, elaborado pela SERAD, informa que a referida entidade apresentou os seguintes documentos exigidos, dentre outros (Doc. nº 10182570 -SEI): i) requerimento de renovação de outorga; ii) certidão



simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; iii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iv) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; v) certidões de regularidade perante as fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; vi) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; vii) certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; viii) Comprovação pelos dirigentes da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

18. Cumpre esclarecer, ainda, que a renovação da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada será efetivada com a respectiva assinatura do termo aditivo ao contrato, conforme a redação do art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

19. Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, renovando a permissão à citada Fundação; ii) submissão da matéria ao Congresso nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iii) e elaboração do termo aditivo ao contrato.

20. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, para a Sociedade Rádio Tubá Ltda.

### III – CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Sociedade Rádio Tubá Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) **é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada**, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

22. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

23. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 20 de setembro de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000002845201418 e da chave de acesso 602ef4eb



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 991570105 e chave de acesso 602ef4eb no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-09-2022 17:42. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00225/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

Aprovo o **PARECER n. 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 20 de setembro de 2022.

CAROLINA SCHERER  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000002845201418 e da chave de acesso 602ef4eb



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 991791918 e chave de acesso 602ef4eb no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-09-2022 17:46. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/12/2022 | Edição: 235 | Seção: 1 | Página: 174

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.861, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nºs 23.841/2019/SEI-MCTIC e 13.387/2022/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 13387/2022/SEI-MCOM

**PROCESSO: 53000.002845/2014-18**

**INTERESSADA: SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sociedade Rádio Tubá Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 86.432.085/0001-00**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50418943370**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

2. Por meio da Nota Técnica nº 23.841/2019/SEI-MCTIC, esta Secretaria de Radiodifusão – SERAD encaminhou os autos à Consultoria Jurídica - CONJUR, para análise jurídico-formal do procedimento administrativo de renovação de outorga (SEI 4912988).

3. Ocorre que, por intermédio da Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a unidade consultiva devolveu os autos a esta SERAD, com vistas à prestação de esclarecimentos complementares acerca do tipo de serviço de radiodifusão sonora em onda média executado pela entidade, da situação atual do inventário do sócio Antônio Damiani e das cotas do sócio falecido Névio Capeler (SEI 5036308).

4. Desta feita, foram editadas as Notas Técnicas nº 3649/2020/SEI-MCTIC, nº 10852/2021/SEI-MCOM e nº 10008/2022/SEI-MCOM, endereçadas à entidade, solicitando a complementação das informações necessárias ao deferimento do pedido (SEI 5192963, 8085188 e 10183465). Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 01250.015549/2020-71, nº 53115.027726/2021-00, nº 53115.001739/2022-21 e nº 01245.015024/2022-77).

### **ANÁLISE**

5. Inicialmente, para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever trecho da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a saber (SEI 5036308):

[...]

3. Contudo, entendemos que alguns ajustes e esclarecimentos se fazem necessários antes de qualquer manifestação conclusiva acerca da possibilidade de deferimento do pleito, conforme será demonstrado a seguir.

4. Primeiramente, observamos que se trata de serviço de radiodifusão sonora em onda média, mas não há informações sobre o tipo de onda média, se local ou regional. Tal informação é relevante, pois o serviço de radiodifusão em onda média local foi extinto nos termos do art. 1º do Decreto nº 8.139/2013, e, por isso, não pode ser renovada.

5. No que se refere à composição societária, verificamos que os sócios Antônio Damiani e Névio Capeler faleceram. No caso do sócio Névio Capeler, já foi expedido formal de partilha, em 20.8.2018,, (sic) mas não houve alteração do contrato social para contemplar a nova situação (Doc. SEI nº 4884220). Em relação ao sócio Antônio Damiani, foi juntado termo de compromisso de inventariante, datado de 26.9.2017, mas não há notícias sobre o deslinde do processo (Doc. SEI nº 4884220) .



6. Sobre o ponto, esclarecemos que durante o procedimento de inventário, a Administração tem admitido a renovação de outorgas de entidades cujos quadros societários estejam relativamente indefinidos, em razão do falecimento de sócio. Todavia, para isso, além da identificação do inventariante (regularmente constituído) é preciso aferir se o processo ainda está em andamento. Findo o procedimento de inventário, não há motivos para aceitar essa situação. No presente caso, um dos inventários foi concluído, mas não se formalizou a sucessão de sócios perante a sociedade.

7. Ante o exposto, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para que:

- a) informe o tipo de onda média de que trata o processo; e
- b) intime a sociedade, com fim de prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, e regularize a situação das cotas do sócio falecido Névio Capeler, mediante as devidas alterações contratuais.

6. Em atendimento ao item 4 da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, oriunda da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, esclareça-se que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SEI 10183007). Ressalte-se que o mencionado Termo Aditivo teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019 (SEI 10394195).

7. No tocante ao item 5 da referida Nota nº 894/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, por meio da Nota Técnica nº 3649/2020/SEI-MCTIC, a entidade foi instada a prestar informações atualizadas sobre o inventário do sócio falecido Sr. Antônio Damiani, bem como regularizar a situação das cotas do sócio falecido Sr. Névio Capeler, mediante as devidas alterações contratuais (SEI 5192963). Em resposta, a entidade prestou os seguintes esclarecimentos (SEI 5354448):

[...]

É necessário, inicialmente, elucidar os motivos que levaram à 9ª alteração realizada no contrato social da pessoa jurídica em questão, que segue em anexo para conhecimento.

Com o falecimento dos sócios Névio Capeler e Antônio Damiani, o sócio remanescente, Raimundo Ghizoni, decidiu vender suas cotas. Como a administração empresarial restaria acéfala, ou seja, sem administrador, viu-se a necessidade de realizar uma nova alteração no contrato social da Rádio Tubá Ltda ME. Para isso, os padres Pedro de Biasi e Lino Brunel adquiriram as cotas de Raimundo Ghizoni, em quantias iguais de

10.485 (dez mil quatrocentos e oitenta e cinco) cotas de R\$ 1,00 (um real), passando a configurar como sócios-administradores.

Dessa forma, a pessoa jurídica em questão passou a ter legitimidade e representação legal, restando como sócios: Pedro de Biasi, Lino Brunel, e os espólios de Névio Capeler e de Antônio Damiani.

Esclarecido este ponto, parte-se para as questões suscitadas acima:

a) Quanto ao sócio Antônio Damiani, tem-se que seu **processo de inventário ainda está em trâmite na comarca de Tubarão**, conforme andamento processual em anexo. Nesta toada, incabível a transferência de suas cotas sociais da Rádio Tubá aos herdeiros, posto que não há sequer plano de partilha no referido de processo de inventário.

Destarte, necessário aguardar determinação judicial naqueles autos do processo judicial, para que seja viável a transmissão das cotas aos seus herdeiros e consequentemente seja realizada nova alteração no contrato social para perfectibilizar tal futura decisão judicial.

b) O sócio Névio Capeler, enquanto vivo, **ajuizou ação de resilição contratual, requerendo sua saída da Rádio e buscando apurar seus haveres. A ação ainda corre em juízo, estando atualmente em análise o pedido de realização de perícia, para a apuração dos haveres postulados, conforme andamento processual em anexo.**

**Não é possível, portanto, realizar modificações societárias quanto a este sócio, posto que o assunto está sendo discutido em juízo. Assim, eventual modificação poderia ser realizada somente por determinação judicial no referido processo de resilição ou dissolução societária.** (grifamos)

8. Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, realizada no dia 12 de setembro de 2022, verificou-se que o processo de inventário do sócio Antônio Damiani ainda está em trâmite na comarca de Tubarão, conforme andamento processual (SEI 10393810 - Págs. 3-4).

9. Nesse sentido, tendo em vista o processo de inventário do sócio Antônio Damiani não foi concluído até o momento desta análise e, ainda, a alegação de impossibilidade de realizar as modificações societárias referentes às cotas do sócio Névio Capeler, posto que o assunto está sendo discutido em juízo, conforme andamento processual juntado aos autos (SEI 5354448 - Págs. 9-12), entende-se que, salvo melhor juízo, tais fatos não obstam a renovação da outorga, uma vez que os quadros societário/diretivo da entidade permanecem os mesmos conhecidos por esta Pasta Ministerial, por ocasião da 9ª alteração contratual.

10. Ressalta-se, ainda, que a entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no citado Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 10182998 - Págs. 5-9; e SEI 10393703).

11. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade executa somente o serviço objeto desta análise, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Pedro de Biasi e o sócios Névio Capeler (espólio) e Antônio Damiani (espólio) não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Lino Brunel figura no quadro diretivo de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Orleans/SC.

12. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10182998 - Págs. 1-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10184370).

13. Já em relação à documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores, tem-se que está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10182570). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do

15. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10182570).

16. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

17. No tocante à regularidade técnica para execução do serviço, salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, deverá ser comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em

conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

**§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.**

**§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifamos)**

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação, em frequência modulada, foi emitida em 24 de abril de 2021 e com validade até 1º de maio de 2024 (SEI 10183052; e SEI 10393648).

21. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora colacionados aos autos satisfazem o pedido de esclarecimento formulado pela CONJUR/MCOM, motivo pelo qual se faz necessária a remessa dos autos àquela unidade administrativa em complementação à Nota Técnica nº 23.841/2019/SEI-MCTIC.

## CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso

Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

23. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

24. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/09/2022, às 11:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 15/09/2022, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 15/09/2022, às 11:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 16/09/2022, às 12:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10394112** e o código CRC **009EEE0D**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº , DE DE DE 2022.**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 23.841/2019/SEI-MCTIC e nº 13.387/2022/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947,

para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 23.841/2019/SEI-MCTIC e nº 13.387/2022/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

---

Referência: Processo nº 53000.002845/2014-18

SEI nº 10394112



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 23 de junho de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 245 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 23/06/2023, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4359158** e o código CRC **5D89E054** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 2004/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 245/2023.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 245/2023 (4359143), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, "pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA. (CNPJ nº 86.432.085/0001-00), nos termos da Portaria MVOP nº 640, de 26 de setembro de 1947, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina".

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 23/06/2023, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4359411** e o código CRC **BF8517DF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 245/2023 (4359143), do Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 245/2023.

**Trâmite do Processo:**

Despacho/DIPUBL/CODOC (4359158), para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PR.

Concluir o registro na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, Pastas de competência do assunto.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 26/06/2023, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4364796** e o código CRC **BF03A525** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.002845/2014-18

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 62 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA.
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	53000.002845/2014-18

Senhor Secretário Especial Adjunto,

**I - RELATÓRIO**

- Trata-se do processo nº 53000.002845/2014-18, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA** CNPJ nº 86.432.085/0001-00, na localidade de **Tubarão/SC**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

**II - ANÁLISE**

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.002845/2014-18, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Secretário Adjunto de Infraestrutura - Substituto

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

---

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery**, Subchefe Adjunto de Infraestrutura, em 05/04/2024, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 05/04/2024, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5083999** e o código CRC **394B2DA6** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 99/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53000.002845/2014-18.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00245/2023 MCOM, de 13 de junho de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Tubarão (SC).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00245/2023 MCOM (4355580), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.002845/2014-18, acompanhado da [Portaria nº 6.861, de 20 de setembro de 2022](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, no município Tubarão, estado de Santa Catarina, sem direito à exclusividade, para a empresa SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 86.432.085/0001-00, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Nota Técnica nº 13387/2022/SEI-MCOM, de 16 de setembro de 2022 (4359156), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD)<sup>[3]</sup>, posicionou-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora na localidade de Tubarão (SC), nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
4. Por sua vez, o Parecer Jurídico nº 00755/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4355565) posicionou-se pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, destacando que "*não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Sociedade Rádio Tubá Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Tubarão/SC, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024*".
5. O quadro societário e diretoria da empresa [SOCIEDADE RÁDIO TUBÁ LTDA](#) encontra registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[4]</sup>.
6. A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	86.432.085/0001-00
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$39.565,00 (Trinta e nove mil e quinhentos e sessenta e cinco reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	ANTONIO DAMIANI
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	LINO BRUNEL
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	NEVIO CAPELER
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	PEDRO DE BIASI
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/04/2024 às 16:10 (data e hora de Brasília).

7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[5]</sup>, cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da [Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#).

8. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) a existência da Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 15 de setembro de 2023 (4355562), com a anotação de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

9. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 25 do Decreto nº 9.191, de 2017.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Succedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 16/04/2024, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 16/04/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 16/04/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5104721** e o código CRC **AA1376BF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de **Mensagem nº 361**, de **25 de junho de 2024**, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da **Portaria nº 9.934, de 7 de julho de 2023**, publicada no Diário Oficial da União do **dia 19 de setembro de 2023**, que torna sem efeito, a Portaria nº 95, de 11 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de março de 2010, que outorgou permissão à Sampaio & Martins Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício (5842583)

Encaminhe-se ao Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**SÉRGIO VIANA CAVALCANTE**

Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos, substituto  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 9.085, de 10 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2023, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Empresa de Comunicação Sampaio Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministra de Estado